

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ROBERTA RODRIGUES PONCIANO

**O MUNDO DO TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
análise das egressas do Programa Mulheres Mil,
do Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Itumbiara**

**UBERLÂNDIA
2017**

ROBERTA RODRIGUES PONCIANO

O MUNDO DO TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
análise das egressas do Programa Mulheres Mil,
do Instituto Federal de Goiás (IFG) – *Campus Itumbiara*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profª. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos.

UBERLÂNDIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P795m Ponciano, Roberta Rodrigues, 1979-
2017 O mundo do trabalho e a qualificação profissional : análise das egressas do programa mulheres mil, do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Campus Itumbiara / Roberta Rodrigues Ponciano. - 2017.
125 f. : il.

Orientadora: Adriana Cristina Omena dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Formação profissional - Teses. 3. Instituto Federal de Goiás (IFG) – Itumbiara (GO) - Teses. 4. Mulheres - Condições sociais - Teses. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

ROBERTA RODRIGUES PONCIANO

O MUNDO DO TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
análise das egressas do Programa Mulheres Mil,
do Instituto Federal de Goiás (IFG) – *Campus Itumbiara*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos.

Aprovada em: 06/06/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. José Claudinei Lombardi
Universidade de Campinas – UNICAMP



Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dedico à minha mãe, ao meu pai, às minhas irmãs
e ao meu sobrinho, por tudo que me ensinaram e
por sempre me apoiarem durante o meu caminhar.

Por vezes, estivemos distantes fisicamente, mas
sempre ligados pelo coração.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Elizete, que sempre me dedicou seu amor, carinho e compreensão, me dando forças e todo apoio necessário para caminhar. Meu reduto e fortaleza.

Ao meu pai Nelson, que me deu todo amor e ensinamentos necessários para eu ser a pessoa que sou hoje e que, mesmo não estando aqui neste mundo, está sempre comigo no coração.

Às minhas irmãs Patrícia e Daniela, que me sustentaram em vários momentos da vida e que fazem parte de um amor que só me faz crescer sempre.

Ao meu pequeno sobrinho Nelson, que aprendeu sobre a importância do estudo para a titia e me apoiou em todos os momentos, mesmo com tão pouca idade.

Ao meu namorado e noivo Marcio Francisco, pelo amor, companheirismo, apoio e incentivo em todos os momentos.

Aos meus demais familiares, que torceram e dedicaram o carinho por mim nesse período de crescimento.

À minha orientadora Adriana Omena, pelos inúmeros aprendizados que me proporcionou e pela paciência em me orientar nos momentos de “e agora, por qual caminho seguir...?”. Orientação esta que, muitas vezes, foram além disso, com dedicação e paciência para me mostrar os caminhos a seguir em frente. Aprendi a conhecê-la e admirá-la como profissional e como ser humano do bem, e só tenho a agradecer por tudo.

Às amigas Luciene Oliveira, Regiane Francelina e Luciana Charão, que fizeram parte desta conquista e que estiveram ao meu lado com todo apoio, carinho, incentivo e amizade. Independentemente do mestrado, a amizade continuará, pois estarão comigo no coração.

Às demais amigas e amigos que torceram por mim e que acompanharam, mesmo distantes, as minhas conquistas.

Aos professores, colegas do Mestrado e demais servidores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-UFU) que, juntos, caminharam ao longo desses dois anos e construíram muitas coisas, trocando conhecimentos comigo. Aprendi muito com todos vocês.

A todas as pessoas do meu local de trabalho, Instituto Federal de Goiás (IFG) – *Campus Itumbiara*, que de alguma forma contribuíram para o meu ser profissional e disponibilizaram informações para a realização desta pesquisa.

Às egressas do Programa Mulheres Mil, do IFG – *Campus Itumbiara*, que gentilmente apoiaram esta pesquisa e se dispuseram a dar entrevista para o desenvolvimento desta dissertação.

O sentimento que me toma neste momento é de gratidão. Assim, só tenho a agradecer. Muito obrigada, muito obrigada, muito obrigada a todos, indistintamente. Alguns mais próximos, outros mais longe, colaboraram e me apoiaram cada um da sua forma e do seu modo de entender a vida, para que eu pudesse caminhar a passos que foram sendo construídos por mim num constante crescer e desabrochar.

PONCIANO, Roberta Rodrigues. **O Mundo do trabalho e a qualificação profissional:** análise das egressas do Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Goiás (IFG) – *Campus* Itumbiara. 126p. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

RESUMO

Esta pesquisa propõe identificar e analisar como ocorreu a inserção das egressas no mundo do trabalho, de acordo com a formação obtida nos cursos ofertados no Programa Mulheres Mil, desenvolvido no Instituto Federal de Goiás (IFG) – *Campus* Itumbiara. Teve como objeto de estudo as mulheres que realizaram o curso no período de 2012 a 2014, retratando como estão atualmente as egressas das primeiras turmas e aquelas que o cursaram após a inserção do Mulheres Mil no Pronatec/Brasil Sem Miséria. O Programa Mulheres Mil é uma política pública de qualificação profissional, com vistas a possibilitar o acesso, com exclusividade, de mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade social à educação profissional e tecnológica, na tentativa de ampliar as oportunidades de acesso e de mobilidade no mercado de trabalho. Convém salientar que o trabalho feminino apresenta uma historicidade propalada em discursos governamentais por meio de políticas públicas, como pressão para mudanças na histórica exclusão das mulheres do mercado de trabalho. Nesse ínterim, o Programa Mulheres Mil é uma qualificação profissional com contradições ao longo de seu desenvolvimento: na teoria, indica uma educação que buscava a totalidade do aprendizado, mas, na prática, não conseguiu realizar tal feito. Os resultados obtidos mostram que o Programa Mulheres Mil se centra apenas na ideia do ensino profissionalizante, com formação rápida e deficitária de mão de obra feminina atuante em diversas contextos que abarcam o precário, a informalidade, o desemprego, o flexível, o lar etc. Desse modo, em termos de educação e trabalho, os cursos limitaram o acesso à cidadania e a equidade dessas mulheres, com naturalização das diferenças de gênero e a manutenção das egressas em situações vulneráveis, no que concerne ao mercado de trabalho. De fato, tais cursos propiciaram conhecimentos mais abrangentes e voltados para trabalhos com características femininas que frequentemente remetem a atividades precárias que reforçaram as desigualdades vivenciadas por elas.

Palavras-chave: Qualificação profissional; Trabalho; Programa Mulheres Mil.

PONCIANO, Roberta Rodrigues. **The World of work and professional qualification:** analysis about egresses of Thousand Women Program, from Instituto Federal de Goiás – Itumbiara Campus. 126p. 2017. Dissertation (Master's degree in Education) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ABSTRACT

This research aims to identify and analyze how occurred the insertion of the egresses in the world of work, according to the training obtained in the courses offered in Thousand Women Program, developed at Instituto Federal de Goiás (IFG) – Itumbiara Campus. Women who took the course in the period from 2012 to 2014 were the object of the study, portraying how the egresses of the first classes are today and those who attended it after the insertion of Thousand Women in Pronatec/Brazil without Misery. Thousand Women Program is a public policy of professional qualification, in order to allow the exclusively access of women in a poverty situation and social vulnerability to professional and technological education, in an attempt to increase the access and mobility opportunities in the labor market. It should be noted that women's work presents a historicity publicized in governmental discourses through public policies, as a pressure for changes in the historical exclusion of women from the labor market. Meanwhile, Thousand Women Program is a professional qualification with contradictions throughout its development: theoretically, it indicates an education that would seek the totality of the learning, but in practice, it was not able to perform that accomplishment. The results show that Thousand Women Program centers only on the idea of professionalizing education, with a rapid and unsatisfactory training of female labor force in diverse contexts that include precariousness, informality, unemployment, flexible, housekeeping etc. Thus, in terms of education and work, the courses limited the access to citizenship and the equity of these women, with naturalization of the gender differences and the maintenance of the students in vulnerable situations, in relation to the labor market. In fact, these courses provided extensive knowledge focused on jobs with feminine characteristics that frequently refer to precarious activities that reinforced the inequalities experimented by them.

Keywords: Professional qualification; Work; Thousand Women Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Distribuição das entrevistadas segundo a renda	83
Gráfico 2. Distribuição das entrevistadas segundo o acesso ao benefício/bolsa	84
Gráfico 3. Distribuição das entrevistadas segundo a ocupação	85
Quadro 1. Lista de modalidades de demanda	68
Quadro 2. Passo a passo da execução do Pronatec/BSM Mulheres Mil	70
Quadro 3. Perfil das alunas do Pronatec/BSM	72
Quadro 4. Cursos, quantidade de alunas concluintes e número de vagas ofertadas de 2012 a 2014 no IFG – <i>Campus Itumbiara</i>	76
Quadro 5. Perfil das entrevistadas: idade e estado civil	80
Quadro 6. Escolaridade atual das mulheres	82
Quadro 7. Cursos do Programa Mulheres Mil e profissão atual das mulheres	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Breve memorial: um relato sobre as escolhas para a pesquisa	12
1.2 Trabalho, sociedade e educação que norteiam a pesquisa na pós-graduação	15
1.3 O percurso metodológico	17
1.4 Plano da dissertação	20
2 TRABALHO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO – ALGUMAS REFLEXÕES	22
2.1 Trabalho: elemento transformador ou transformado?.....	23
2.2 Empregabilidade	26
2.3 A educação profissional e suas especificidades	33
2.4 A categoria de gênero e suas relações com o capitalismo	42
2.5 Os caminhos da divisão sexual do trabalho	45
3 PROGRAMA MULHERES MIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	51
3.1 A rede federal e sua expansão para o município de Itumbiara-GO	51
3.2 O projeto Mulheres Mil	53
3.3 Marco legal da instituição do Programa Mulheres Mil	60
3.3.1 Ações e objetivos do Programa Mulheres Mil	63
3.3.2 Programa Mulheres Mil no âmbito do Pronatec/BSM	66
3.3.3 Os cursos ofertados no Programa Mulheres Mil do IFG – Campus Itumbiara e sua relação com o mundo do trabalho no âmbito da cidade de Itumbiara-GO	73
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	77
4.1 Perfil das participantes da pesquisa: as egressas do Programa Mulheres Mil	79
4.2 Análise das entrevistas	87
4.2.1 Trabalho geral na percepção das egressas	88
4.2.2 Sobre o curso realizado pelas egressas	90
4.2.3 Trabalho das egressas ao ingressarem no Programa Mulheres Mil	94
4.2.4 Trabalho das egressas após o término do curso do Programa Mulheres Mil	95
4.2.5 Trabalho	100

4.2.6 Sugestões, críticas e observações sobre o Programa Mulheres Mil	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	116
Apêndice 1 – Roteiro das entrevistas com as mulheres (questões fechadas)	116
Apêndice 2 – Roteiro das entrevistas com as mulheres (questões abertas)	117
Apêndice 3 – Parecer consubstanciado do CEP/UFU	119

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na Linha de Pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação”, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU), e propõe analisar a atual situação das egressas do Programa Mulheres Mil no mercado de trabalho, nos cursos desenvolvidos no Instituto Federal de Goiás (IFG) – *Campus Itumbiara*. Tencionou-se analisar e identificar como ocorreu a inserção dessas mulheres, além de verificar em quais espaços elas atuam, já que esse aspecto é um dos objetivos do referido Programa.

É importante salientar que o referido programa foi criado pela Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011 (BRASIL, 2011f), e esteve inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do governo brasileiro, com a finalidade de proporcionar formação educacional, profissional e tecnológica. Visando a elevação de escolaridade, a emancipação e o acesso ao mundo do trabalho, por meio de estímulos ao empreendedorismo e à empregabilidade, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social consigam melhorar a qualidade de suas vidas e das suas comunidades.

No tocante aos programas de educação profissional e tecnológica a serem ofertados, no art. 4º daquela portaria, são englobados os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores e a educação profissional técnica de nível médio. Na instituição eleita para pesquisa, há somente um programa na modalidade FIC.

O Programa Mulheres Mil possui características próprias e finalidades específicas. Desde a implantação, várias demandas surgiram e, em 2014, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) integrou o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (PRONATEC/BSM). Para tanto, manteve o objetivo principal do programa – possibilitar o acesso, com exclusividade, de mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade à educação profissional e tecnológica –, a fim de ampliar as oportunidades de acesso e de mobilidade no mercado de trabalho (BRASIL, 2014a).

Com o intuito de justificar a opção pela temática a ser desenvolvida nesta dissertação de mestrado, relacionando as inquietações surgidas ao longo do caminho, descreve-se a seguir o caminho percorrido da trajetória pessoal/profissional da pesquisadora. Tal aspecto permite refletir sobre a minha construção como ser humano e, ainda, acerca de meu desenvolvimento profissional a partir das experiências vividas.

1.1 Breve memorial: um relato sobre as escolhas para a pesquisa

Em 2002, graduei-me em Veterinária pela Universidade de Uberaba e fui trabalhar em uma fábrica de alimentos, como responsável técnica de um frigorífico na cidade de Rio Verde-GO. Atuei lá por quatro anos, onde pude presenciar todo tipo de trabalho, o que me levava a conhecer a realidade das pessoas do chão de fábrica e, quando podia, a ajudá-las e incentivá-las a estudar, com o intuito de despertar nelas sentimentos e vontades de obter melhorias em suas vidas, bem como entender a importância que tinham no contexto em que estavam inseridas, para que não fossem massacradas pelas nuances do capitalismo. Cheguei a ministrar alguns cursos na fábrica, e os direcionava sempre para incentivar as pessoas a buscarem seus direitos, tendo consciência de seus atos e como usá-los para se aperfeiçoarem. Nesse período participei de uma pós-graduação *lato sensu*, de alguns cursos de aperfeiçoamento e de eventos na minha área de formação e atuação.

Queria ir além do trabalho realizado na fábrica. Havia a necessidade de estudar e ensinar mais, mas estava como um “passarinho preso na gaiola”, sem ter como me expressar, limitando minhas ideias e atitudes conforme o que o meio no qual estava inserida me permitia. Muitas vezes fui cerceada nas minhas atitudes em ministrar cursos aos trabalhadores do chão da fábrica¹, sendo “orientada” a não abordar assuntos que pudessem gerar conflitos no interior da empresa entre os superiores e subordinados.

Então, no início de 2007, pedi demissão da fábrica, pois fora convidada para ministrar aulas na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Itumbiara-GO, minha cidade natal. Ingressei como professora para ministrar uma disciplina no curso de Agronomia, atuando no período de 2007 a 2008. Estava muito feliz pela oportunidade de atuar no meio acadêmico, dado que nessa fase de encantamento me dediquei com afinco, desenvolvendo da melhor forma todas as minhas aulas com os alunos. Nessa instituição, deparei-me com estudantes que apresentavam dificuldades de aprendizado, sendo necessário mostrar meu compromisso social e político com a formação deles.

¹ A expressão “trabalhadores do chão da fábrica” era amplamente utilizada na indústria onde atuei, com a finalidade de denominar o conjunto de funcionários que executavam tarefas produtivas, geralmente em nível operacional, diferenciando-os daqueles indivíduos cujas atividades eram caracterizadas como gerenciais, intelectualizadas e administrativas no processo industrial.

Nunca consegui me conformar com certas coisas, e isso me levava a conversar com os alunos e mostrar a eles a importância de rever algumas atitudes, sem estrangular os princípios que acreditavam, respeitando as diversidades, mas com o escopo de mudar as concepções equivocadas, adquiridas ao longo do desenvolvimento intelectual e moral deles. Um exemplo disso se refere ao fato de acreditarem que, por serem pobres e do interior de Goiás, teriam de se posicionar eternamente como ignorantes de saber perante a sociedade.

Participei da implantação de uma Organização Não Governamental (ONG) de proteção de animais e meio ambiente, no ano de 2007, com o intuito de mudar a concepção da política local em relação aos animais. Devido a inúmeros abusos de poder e desvio de verbas, elaboramos várias campanhas educativas e palestras em escolas, além de fazermos denúncias ao Ministério Público para investigar tais descasos com animais e pessoas de baixa renda. Estava sempre ligada a questões que remetiam à política pública nos variados contextos relacionados às mazelas de uma classe subordinada ao poder e sem perspectivas de mudanças, por não ter uma consciência crítica e real dos direitos como cidadãos.

Então ingressei no IFG – *Campus Itumbiara*, em 2009, como técnica administrativa, atuando na Coordenação de Apoio ao Departamento das áreas acadêmicas, em que participava ativamente de todas as ações relacionadas a ensino, pesquisa e extensão. Em contrapartida, continuei como veterinária em outros momentos de trabalho fora do IFG, além de realizar atendimentos voluntários a animais de pessoas carentes. Nesses momentos havia um atendimento fraterno e educacional de toda a família, com orientações diversas, como cuidados com animais e a família, melhorias na higiene, encaminhamento para possíveis vagas de trabalho e elevação de autoestima, seja com conversas ou ouvindo o outro.

Nesse mesmo período comecei a ministrar, de maneira voluntária, aulas de várias atividades lúdicas em uma instituição filantrópica, direcionando-as para a formação social e crítica de crianças e adolescentes. Com as mulheres, mães e jovens em diversas idades, trabalhei aspectos como desenvolvimento profissional, orientações sobre sexualidade, cuidados com a família, auxílio nas atividades escolares dos filhos etc. Também escrevia artigos para um jornal local abordando assuntos como família, escola, amor próprio, formação humana, desenvolvimento de senso crítico, entre outros. Nesse sentido, sempre me envolvia com questões que me remetiam a gênero, classes menos favorecidas, mercado de trabalho e aprendizado escolar ou da vida propriamente dita.

Em 2012, no IFG – *Campus Itumbiara*, fui convidada a participar como docente do Programa Mulheres Mil, modalidade de ensino que desenvolve ações para inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Além da escolaridade, tem o objetivo de contribuir para o acesso ao mundo do trabalho, com estímulos de desenvolvimento de seu próprio negócio e incentivo à permanência no mercado do trabalho. Realiza-se uma avaliação socioeconômica das comunidades locais para escolha do curso a ser ministrado, podendo ser de diversas áreas. Voltado à orientação das diferentes habilidades das alunas, conforme a vocação da região, é oferecido a cada seis meses, e todas as mulheres matriculadas e frequentes recebem um auxílio para custear as despesas com os estudos.

Aceitei ministrar uma disciplina, por me identificar inicialmente com o público-alvo para o qual ela era direcionada e por entender que essa seria a oportunidade de conhecer melhor tal formação profissional. Então, ministrei a disciplina de inglês básico no Programa Mulheres Mil, de forma voluntária, já que não havia a remuneração para os atuantes nesse contexto. Construí toda a ementa da disciplina e me dediquei primeiramente a estudar o programa e suas particularidades para saber qual era o tipo de alunas em sala para, com isso, definir como iria ministrar as aulas para estudantes oriundas de diferentes escolaridades e vivências; logo, conheci cada vez mais sobre o assunto e os inúmeros conflitos.

Fiquei instigada com diversas situações que ocorriam no decorrer do Mulheres Mil. No início do programa, momento de minha atuação, os docentes atuantes eram voluntários; portanto, tal questão dificultava o processo, já que o trabalho era algo extra, sem remuneração, e não era computado na carga horária do trabalho. Isso poderia, de fato, influenciar ou não na atuação dos docentes ao ministrarem as disciplinas, com a possibilidade de deturpar o que o programa sugeria (melhorar a escolaridade das alunas).

Outra questão se referia à forma com que as egressas seriam abarcadas pelo mercado de trabalho, já que os cursos oferecidos, em sua maioria, não possuem relação direta com a empregabilidade local, conforme constava no guia metodológico do programa. Assim, questionase: Realmente houve emancipação e acesso ao mundo do trabalho? Essa política pública abrange mulheres em situação de pobreza – algo ideológico, manipulatório das camadas mais pobres –, para favorecer a quem? Isso realmente proporcionou melhorias à parcela da população atendida?

Novamente em 2013 ministrei a disciplina de inglês básico, em que houve diversas dúvidas acerca do funcionamento e da implantação de tal projeto. Ao observar e participar dessa

realidade, me perguntava se os objetivos foram sendo perdidos ao longo da implantação e do desenvolvimento das ações. As alunas demonstravam interesse em aprender e, mediante as conversas em sala de aula, percebi que algumas estavam ali apenas para receber a ajuda de custo, ao passo que outras realmente buscavam melhorar a situação atual de escolaridade e a formação humana. Era interessante verificar a importância que davam aos estudos e a vontade que possuíam de mudar suas vidas a partir do conhecimento adquirido, mas sempre me indagava se o programa iria lhes proporcionar reais transformações.

Assim, em 2014 escrevi alguns artigos sobre o Programa Mulheres Mil, que foram apresentados e publicados em eventos da educação, o que contribuiu ainda mais para me aprofundar nos estudos sobre gênero, vulnerabilidade social, educação profissional e mundo do trabalho. Os trabalhos foram intitulados como: 1) Construindo saberes através do ensino básico de inglês, visando à atuação no mundo de trabalho; 2) Educação profissional e mundo do trabalho: o Programa Mulheres Mil; 3) Participação das mulheres no mercado de trabalho; 4) Educação profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre a política educacional; 5) Primeiros olhares: perspectivas e desafios discentes, da formação à inserção no mundo do trabalho.

Dessa maneira, aumentou ainda mais meu interesse pela temática, o que me direcionou a trilhar caminhos para a apropriação de novos conhecimentos.

1.2 Trabalho, sociedade e educação que norteiam a pesquisa na pós-graduação

A participação em eventos marxistas e sobre política educacional despertou em mim um sentimento de estudar tais assuntos, buscando aprofundar conhecimentos que antes eram superficiais. Em 2014 ministrei cursos no IFG sobre os seguintes tópicos: Diversidade na sala de aula: desafios para o futuro professor; Identidade e diferença: reflexões sobre a vivência escolar; Gênero e educação: desmistificando estereótipos sociais. Ademais, coordenei e ministrei um projeto de ensino sobre o ciclo de debates “Sociedade de classes e conceito de classes de Karl Marx”, pois era um assunto que estudava para fazer o curso de mestrado, em que o utilizei para a escrita do projeto a ser submetido na Linha de Pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação”.

Ingressei no curso de mestrado em 2015, na referida Linha de Pesquisa, e a participação em eventos para debates de temas relacionados ao tema de meu estudo, bem como as disciplinas cursadas, foram fundamentais para me auxiliar no desenvolvimento deste texto, já que pude tirar

dúvidas e aprofundar os conhecimentos existentes. A escolha do objeto de estudo, ou seja, as egressas do Programa Mulheres Mil, está relacionada a alguns motivos.

A primeira dessas razões diz respeito ao fato de trabalhar no IFG – *Campus Itumbiara* e acompanhar a implantação desse tipo de ensino profissionalizante na referida instituição, me envolvendo com as diversas mudanças estruturais e práticas referentes ao desenvolvimento de tal modalidade de ensino. Para pesquisar tal assunto, foi decisivo o meu envolvimento numa abordagem crítica que fosse além da superficialidade e do operacional, para conhecer melhor o programa, o público-alvo e suas demais particularidades.

Outro elemento importante se relaciona à escassez de trabalhos acadêmicos, já que a maioria das discussões advém de publicações em documentos oficiais produzidos a partir do enfoque da própria gestão do programa, além de se voltar à análise da aprendizagem, sem se relacionar diretamente ao mundo do trabalho. É imprescindível refletir não só sobre o programa e suas propostas, mas elencar impactos na sociedade e sua eficiência quanto à melhoria de vida das egressas, com base na percepção delas, discutindo sobre a inserção ou não dessas pessoas no mercado de trabalho formal, informal, precário ou marginalizado.

Tem-se observado mudanças no mundo do trabalho e na participação das mulheres nesse entremedio, mas é necessário analisar significativamente as desigualdades ainda existentes. Diante disso, o estudo em questão tem o anseio de contribuir com reflexões sobre o acesso ao mundo do trabalho, com análise efetiva do programa, e consolidar dados para a comunidade acadêmica.

Existem algumas questões ao longo do desenvolvimento do programa, as quais tornam-se necessárias sua verificação como: Qual motivo de as mulheres se inscreverem no programa – apenas ajuda de custo ou a procura por uma qualificação, para saírem da condição marginalizada que se encontram? Conseguem obter visão de empreendedorismo, com efetiva inserção no mercado de trabalho ou implementação de um negócio próprio? O curso ofertado propiciou uma oportunidade de trabalho, correspondendo a ocupações existentes no mercado de trabalho, ou foi apenas uma qualificação sem retorno algum? O saber se relacionou com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva? Até que ponto o nível de escolaridade influencia o exercício da profissão? E a partir disso, elencamos os objetivos desenvolvidos nesta pesquisa.

Portanto, a pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar a inserção no mundo do trabalho das egressas, de acordo com a formação obtida nos cursos ofertados no Programa Mulheres Mil desenvolvido no IFG – *Campus Itumbiara*. Como objeto de estudo, as mulheres

que realizaram o curso no período de 2012 a 2014 no IFG – *Campus Itumbiara*, podendo retratar como estão hoje as egressas das primeiras turmas e aquelas que o cursaram após a inserção do programa no Pronatec/BSM.

A fim de atingir o objetivo geral, são objetivos específicos desta pesquisa: Descrever o Programa Mulheres Mil no Brasil; Delinear o perfil social e econômico das egressas; Mapear e avaliar a trajetória das egressas no mundo do trabalho, conhecendo os motivos que levam mulheres a buscar a profissionalização a partir do programa; e verificar se os estudos dos arranjos, das vocações e das potencialidades produtivas, sociais e culturais das comunidades beneficiadas pelo programa estão condizentes com a empregabilidade local.

1.3 O percurso metodológico

A construção deste estudo partiu do pressuposto de que a pesquisa científica é considerada um processo dinâmico de articulação entre elementos que integram cada realidade e a produção do conhecimento; assim, tanto o investigador quanto os investigados são sujeitos, e o objeto é a realidade, o ponto de partida.

É necessário chegar à compreensão e à explicação dos fenômenos sociais, relacionando-os com as condições históricas que lhes deram origem e que estão em constante interação. A reflexão crítica ocorre a partir do momento em que o pesquisador começa a se questionar sobre o que está por trás da aparência dos fenômenos, procurando respostas em situações dadas como naturais, mas que foram naturalizadas por uma visão de mundo.

Convém salientar que, quanto aos procedimentos metodológicos adotados, trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e documental. É aplicada porque se refere a um interesse prático, apontando os resultados quanto à inserção das egressas no mercado de trabalho. Tendo em vista os poucos estudos sobre a temática e o ineditismo em relação à realidade dessas egressas no município estudado, os resultados serão essenciais para estudos acadêmicos e profissionais envolvidos com esse programa.

Refere-se ainda a uma pesquisa descritiva, pois apresenta o que é, com observação e registro dos fatos, e, de acordo com Triviños (1987), analisa e correlaciona fatos sem manipulá-los. Procura-se descobrir a frequência com que ocorreram os assuntos, sua relação e conexão com outros, natureza e características, com observações, análises e descrições de determinada classe

social (nesta pesquisa, as egressas do Programa Mulheres Mil), classificações e interpretações dos dados para produção deste estudo. E ainda se pretende verificar e analisar, a partir da aplicação da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, se ocorreu e como se deu a inserção no mercado de trabalho das egressas do Programa Mulheres Mil.

Destaca-se por ser uma pesquisa documental que se vale de materiais diversos que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo desta pesquisa. Lüdke e André (2012) afirmam que, são considerados documentos os materiais escritos que permitem seu uso como fonte de informações, incluindo leis e regulamentos, normas, pareceres, memorandos, jornais, revistas, discursos, livros, estatísticas e arquivos escolares. Alguns desses aportes foram utilizados para delinear e explicar o Programa Mulheres Mil, a fim de situar o presente estudo na discussão acerca da implantação do programa com suas características, metodologias adotadas, quantificação das vagas ofertadas e das egressas certificadas, evolução e efetivação no âmbito nacional e local da cidade de Itumbiara-GO no IFG – *Campus Itumbiara*, elencando o objeto de estudo (inserção das egressas no mercado de trabalho).

Em virtude das características do objeto de estudo, a condução desta pesquisa se fez mediante a abordagem qualitativa, para compreender o significado e a descrição detalhada dos fenômenos estudados no contexto em que estão inseridos, e não apenas a expressividade numérica. Nesse tipo de proposta, os fenômenos correspondem ao processo de inserção ou não das egressas no mercado de trabalho, e o contexto é o próprio meio em que se encontram atualmente, podendo ser diferentes formal, informal, cooperativas, de desemprego, entre outros.

Ressalta-se o aspecto qualitativo da proposta, haja vista que as relações estabelecidas nesse processo, mesmo que utilizem quantificações e dados numéricos, como na descrição da determinação do perfil das egressas, foram utilizadas apenas como complemento e direcionamento na interpretação dos dados. Vale citar que essas informações se constituíram a partir da fala dessas pessoas.

A técnica utilizada para a coleta de dados da pesquisa foi a entrevista semiestruturada, com perguntas nas quais as pesquisadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto. Assim, de acordo com suas experiências e à medida que a investigadora explicava a linha de pensamento no foco principal deste estudo, as mulheres contribuíam com a elaboração do conteúdo ora apresentado.

Alguns cuidados foram observados na formulação das questões, levando em consideração que o público-alvo desta pesquisa eram mulheres que, à época dos cursos, eram consideradas vulneráveis, de diferentes faixas etárias e escolarização. Nesse sentido, Manzini (2003) salienta que os cuidados devem ser desde a linguagem, utilizando um vocabulário adequado à pesquisa, com clareza e precisão, evitando palavras vagas ou inespecíficas, até a forma das perguntas.

É, de fato, imprescindível adequar o tamanho das questões, diante das possíveis dificuldades de elaboração por parte das entrevistadas, sem uso de frases manipulativas, com uma sequência de questionamentos dos mais fáceis até os mais difíceis, com uso de blocos temáticos; caso algumas pessoas apresentassem dificuldades em responder às perguntas, a pesquisadora se ateve para direcionar, no momento oportuno, a discussão para o assunto de interesse desta dissertação, fazendo perguntas adicionais para recompor o contexto da entrevista e/ou elucidar questões que não ficaram muito claras.

Para tanto, o roteiro foi composto por perguntas (Apêndices 1 e 2) relacionadas ao perfil e à explicação de opiniões e argumentos, além do desdobramento de questões que possibilitassem descobertas e a compreensão do fenômeno sob a ótica da informante. Tal escolha metodológica favoreceu “[...] não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Ao considerar a natureza da presente pesquisa, concorda-se que as pessoas, ao serem pesquisadas, compõem uma amostra de diversidade representativa não no sentido estatístico, e sim no que se refere à efetiva contribuição com o problema proposto pelo estudo. Dessa forma, os sujeitos da investigação foram escolhidos dentre aqueles que receberam a certificação e, por meio da amostragem “bola de neve²” (ou *snowball*), foram recrutados a partir da relação de pessoas dispostas a indicar contatos, como alega Becker (1993).

Nesses termos, o recrutamento foi realizado a partir da minha rede de contatos pessoais que, por sua vez, indicaram outras mulheres. Para fins de esclarecimento, saliento que fui docente no Mulheres Mil e que havia dez contatos fornecidos a mim por elas, à época dos cursos realizados no IFG – *Campus Itumbiara*.

Inicialmente, lancei mão dos contatos telefônico das mulheres, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentre os indivíduos da população em geral –

² Flick (2009) explica que a amostragem “bola de neve” permite que um caso leve a outro.

elas ajudaram a iniciar os próximos contatos e a definir o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicitei que os sujeitos indicados sugerissem novos contatos com as características desejadas a partir da própria rede pessoal, e assim sucessivamente. Isso fez com que o quadro de amostragem crescesse a cada entrevista, já que cada indivíduo participante recomendou outro sujeito, de forma que a amostragem aumentasse num ritmo linear, limitado a 15 mulheres no total.

Com vistas a padronizar a amostra diante da heterogeneidade apresentada, selecionaram-se três mulheres, com idade a partir de 18 anos, de cada curso do Programa Mulheres Mil do IFG – *Campus Itumbiara*, ofertado no período de 2012 a 2014, para abranger aquelas que estudaram antes e após a inserção do programa no Pronatec. As entrevistas foram realizadas na residência de cada participante da pesquisa, com consentimento e autorização delas em horários agendados por contato telefônico.

Submeteu-se a pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFU, para que fosse aprovada *a posteriori*. O Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado e assinado pela pesquisadora e pelas entrevistadas, com esclarecimentos e autorização de participação no estudo. O parecer de aprovação encontra-se no Apêndice 3.

1.4 Plano da dissertação

Esta dissertação é composta de cinco capítulos suscintamente discutidos a seguir, tendo assim uma visão geral de como foram abordados os assuntos relativos à investigação. O primeiro diz respeito à “Introdução”, em que há uma abordagem geral da pesquisa, contendo ainda a descrição da minha trajetória acadêmica, com explicação sobre a escolha do objeto de estudo, apresentação do objetivo geral e dos específicos, bem como da metodologia utilizada. Então, expõe-se claramente o tema a ser tratado – no caso, a inserção das egressas no mercado de trabalho após cursarem o Programa Mulheres Mil –, incluindo os motivos de realização da pesquisa, sua importância e delimitação.

O segundo capítulo, intitulado “Trabalho, educação profissional e gênero – algumas reflexões”, com abordagem teórica sobre os principais quesitos existentes para, assim, contextualizar a relação existente entre tais assuntos e o desenvolvimento deles a partir da década de 1990. A necessidade de tal teoria complementa o Capítulo 3, já que o Programa Mulheres Mil vai ao encontro das categorias ora abordadas.

Tem-se o terceiro capítulo, denominado “Programa Mulheres Mil: qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social”, aborda a descrição do Programa Nacional Mulheres Mil como uma das metas das políticas públicas para as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, a discussão perpassa desde a implantação do programa, percorrendo um caminho sobre as suas características, as metodologias, a evolução e a sua efetivação no IFG – *Campus Itumbiara*, correlacionando os cursos ofertados com a empregabilidade local. É importante tratar tal assunto devido às inúmeras modificações que ocorreram no programa ao longo de sua implantação.

O quarto capítulo concerne à “Apresentação dos resultados da pesquisa” por meio da entrevista semiestruturada realizada com as egressas. As análises inicialmente foram feitas de maneira individual, em que há a compreensão das contribuições ressaltadas pelas entrevistadas articuladas às reflexões teóricas. Expressões e dados citados nas falas das mulheres foram explicitados de modo a dar maior visibilidade às suas opiniões, valorações e sentimentos conforme os limites da pesquisa. Para o tratamento das questões sobre o perfil dessas pessoas, empregaram-se técnicas usuais de análises estatísticas para se chegar à porcentagem das respostas.

Há de se mencionar que, diante das contribuições advindas das egressas dos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil do *Campus Iutmbiara*, houve um rápido treinamento, de natureza incompleta, a partir de algum domínio de educação geral. Isso não implica necessariamente o acesso a um conhecimento crítico e construtivo para o desenvolvimento da capacidade de emancipação humana, pois algumas delas não conseguiram aprender e se inserir no mercado de trabalho, permanecendo desempregadas com frequência ou em trabalhos precários e informais, como um meio de subsistência.

Para finalizar a dissertação, há o último capítulo com as “Considerações finais” do tema trabalhado, com destaque às principais contribuições advindas da pesquisa. Fazem parte deste estudo, ainda, a bibliografia utilizada no transcorrer do texto e os apêndices.

2 TRABALHO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO – ALGUMAS REFLEXÕES

Este capítulo partiu da necessidade de abordar questões e análises teóricas sobre trabalho, educação profissional e gênero no cenário da lógica capitalista. Os argumentos apresentados abordam o trabalho como uma categoria fundante do ser social e transformadora do modo de produção e reprodução da vida humana. Nesse contexto tem-se a educação profissional propalada num discurso de existência da relação do aumento da escolaridade com uma empregabilidade maior, sendo vista como alvo de oportunidades para diferentes classes sociais com interesses antagônicos, mais especificamente no caso desta pesquisa, as mulheres em situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Como desdobramento, é importante suscitar que, na reflexão sobre trabalho, educação profissional e gênero, há um movimento convergente que emerge a noção de empregabilidade no mundo do trabalho. Isso ocasiona a precarização não só no campo das relações sociais de produção de mulheres em situação de vulnerabilidade, mas também no campo educacional, por meio dos cursos de qualificação profissional como o Programa Mulheres Mil aqui analisado.

Para tanto, as questões que afetam tanto o mundo do trabalho, a educação profissional e as questões de gênero serão amplamente discutidas, partindo de um amplo painel de diversas concepções teóricas que se relacionam diretamente ao objetivo da pesquisa, pois não existe uma visão isolada das partes do estudo. Nas palavras de Triviños (1987, p. 133), “[...] a fundamentação teórica serve para apoiar as ideias que vão surgindo no desenvolvimento da investigação”.

Nota-se que o mundo do trabalho se tornou um imenso território, com fronteiras extensas e complexas que cada vez mais são permeáveis e se referem às interfaces de outros campos de estudo. Especificamente no caso desta pesquisa, a relação perpassa pela educação profissional e a categoria gênero, proporcionando análises direcionadas a uma apreensão melhor dos fatos.

Este capítulo é apresentado conforme um determinado caminho baseado na análise do mundo do trabalho e de seus significados, delineamentos, transformações e consequências relacionados à educação profissional. Avança-se no sentido de entender o conceito de gênero, a divisão sexual do trabalho e suas relevâncias no mundo laboral, partindo de investigações multifacetadas que proporcionaram observar o quanto conveniente se tornam essas relações.

2.1 Trabalho: elemento transformador ou transformado?

Devido às inúmeras transformações que ocorrem no mundo do trabalho, é importante compreender alguns significados que o termo “trabalho” adquiriu ao longo dos anos, relacionando-o às contradições das relações sociais observadas no capitalismo contemporâneo, já que o trabalho foi (e continuará sendo) essencial e central para o ser humano.

Nesses termos, é necessário explicar que:

O mundo do trabalho implica em uma relação dialética e contraditória entre a formação humana, as ações econômicas, políticas e culturais do seu tempo. Daí a sua complexidade e potencialidade de análises. A humanidade ao transformar a natureza, transforma a si própria, produzindo novas ações perante o mundo, elaborando uma nova cultura e percepção daquilo que ela mesma o é. O entendimento do mundo do trabalho é fundamental para a problematização da sociedade. É no seu interior e nas prerrogativas de diferentes e heterogêneos processos de mundo que se manifestam pressupostos quanto ao presente e ao futuro da humanidade, transitando entre a esperança e o pessimismo. A elaboração do trabalho concreto e abstrato, as disputas inerentes à constituição do mundo do trabalho e, consequentemente, a existência e formação dos trabalhadores entram em discussão, um processo em transformação que acirram debates e polêmicas não tão novas assim (LUCENA, 2011, p. 104).

O trabalho humano é um elemento histórico que explica as relações sociais da existência, visando à associação da prática social e escolar, com base no reconhecimento da capacidade da classe trabalhadora de se autogerir numa sociedade igualitária. Ele é “[...] visto não enquanto categoria geral, abstrata, mas enquanto produção concreta da existência do homem em circunstâncias históricas dadas” (FRIGOTTO, 2010, p. 209).

Ainda de acordo com essa concepção, o autor explica que:

A relação dialética homem-trabalho-homem não significa apenas que o homem, ao transformar a natureza, se transforma a si mesmo, mas também que a atividade prática dos homens é o ponto de partida do conhecimento e a categoria básica do processo de conscientização. Esta concepção do trabalho humano como o fundamento do conhecimento e da conscientização [...] é explícito em Marx, no Prefácio de *Contribuição a crítica da economia política*, afirma: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, senão pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (FRIGOTTO, 2010, p. 24, grifos do autor).

Nesses termos, o sentido ontológico do trabalho trata de sua concepção como práxis humana e que, nas palavras de Ramos (2008, p. 8), é “[...] a forma pela qual o homem produz sua

própria existência na relação com a natureza e com os outros homens, e, assim, produz conhecimentos” – ou seja, entende-se que existe uma relação de identidade entre trabalho e geração de conhecimentos. A autora aborda ainda que o trabalho passa a ter também um sentido histórico, “[...] como categoria econômica e práxis diretamente produtiva” (*idem*); portanto, é algo que permite a produção da existência material do ser humano.

Considera-se então que, desde os tempos remotos até os dias atuais da existência humana, o trabalho é uma atividade vital e específica, um elemento fundante da sociabilidade, pois é através dele que o homem produz os meios de vida e se qualifica para a vida. Ele pode se apresentar de diferentes formas que podem ser superadas por outras maneiras de trabalho e, assim, se organizar como categoria central para a percepção das práticas sociais, inclusive a educação. Isso pode ser visto na seguinte afirmação:

O trabalho humano efetiva-se, concretiza-se, em coisas, objetos, formas, gestos, palavras, cores, sons, em realizações materiais e espirituais. Aqui é preciso fazer uma distinção entre o trabalho como relação criadora do homem com a natureza, o trabalho como atividade de autodesenvolvimento físico, material, cultural, social, político, estético, o trabalho como manifestação de vida, e o trabalho nas suas formas históricas de sujeição, de servidão ou de escravidão, ou do trabalho moderno, assalariado, alienado, forma específica de produção da existência no capitalismo. Há relações de trabalho concreto que atrofiam o corpo e a mente, trabalhos que embrutecem, que aniquilam, fragmentam, parcializam o trabalhador (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, n. p.).

Dessa forma, o trabalho é um determinante da produção e reprodução da vida humana, em que há a transformação não só de elementos da natureza, mas também do próprio homem. Portanto, “[...] trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1985, p. 149-150).

Tal fato leva a perceber que o trabalho, em uma compreensão ampliada, se trata de um componente mediador das relações entre ser humano e natureza, propiciando a compreensão das razões em que representa “[...] tanto a ‘causa’ da diferenciação entre ser humano e natureza, ‘meio’ de constante humanização do ser humano e natureza, ‘meio’ de constante humanização do ser humano e ‘fim’, ou finalidade em si do próprio processo ‘humano’ (ANTUNES, 2013, p. 56). Devido ao processo histórico já trilhado pelo homem, ele progride livre, ou seja, humanamente, sustentando a sua sobrevivência, e não mais produz apenas para manter a condição animal.

Pode-se dizer que o homem passa a ter habilidades e capacidades de produzir seus meios de vida, e pelo trabalho se educa e se transforma a partir da elaboração do conhecimento. Por conseguinte:

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos sob o nome trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. [...] O que o homem é, é pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2006, p. 3).

Lucena (2008) pondera que o trabalho proporciona ao trabalhador a busca da inteligência, da descoberta no coletivo do trabalho, bem como da promoção de saberes e de seu desenvolvimento. Consequentemente, por meio do ato laboral, homens e mulheres se distinguem dos animais, pois são capazes de se humanizar (transformando-se pelo trabalho) e modificar a natureza com ações como argumentar, articular, pensar e realizar escolhas, direcionadas à própria sobrevivência.

No fim deste processo de trabalho, o ser humano se depara com algo não mais imediatamente dado pela natureza, mas algo “transformado”, algo “humanizado”. Ou seja: ao final do processo de trabalho, o trabalhador se defronta com o “resultado” de sua ação; com a natureza feita “humana”; com sua “subjetividade objetivada”; “consigo” próprio na forma de objeto (ANTUNES, 2013, p. 55).

Nessa ótica, Noma e Czernisz (2010, p. 193) concebem que o trabalho é uma “[...] prática social vital para a humanização do ser social. Ao atuarem e transformarem a natureza para a satisfação de suas necessidades, os homens transformam a natureza e a si próprios, forjando a estrutura constitutiva do ser social”. Isso posto, tem-se que a totalidade das coisas produzidas no trabalho e por meio dele é explicitamente humana, pois contém características de relações sociais nas quais foram construídas. Em contrapartida, há momentos em que o trabalho se transforma em algo que degrada o trabalhador e se insere nos domínios das lógicas capitalistas de produção.

Em uma sociedade organizada sob o domínio do capital ocorre o estranhamento do trabalhador, com a perda do controle do produto do seu trabalho e, consequentemente, da sua ação, de si mesmo e da humanidade como um todo. Surge então um trabalhador que se encontra dominado pelo seu trabalho, função essa exercida com afinco pelo capital.

Ocorre que, na sociedade capitalista, o trabalho (atividade vital, essencial) é explorado (comprado por um preço menor do que a sua produção) definindo, assim, um processo de alienação (expropriação da atividade essencial em sua plenitude). Se o trabalho, como atividade essencial e vital, traz a possibilidade de realização plena do homem como tal (humanização), a exploração do trabalho o torna menos homem e quebra a possibilidade de, pelo trabalho, promover a sua humanização (FRANÇA; SILVEIRA DE FRANÇA, 2008, p. 149).

Assim sendo, o trabalho passa a ser apenas uma força de trabalho, colocada no mercado como um produto para ser pago na forma de salários, em que o trabalhador é mais um objeto dentro do processo de produção, assumindo uma posição passiva e não participativa. Infere-se que a forma do trabalho na sociedade capitalista é um meio propício à não realização das necessidades do trabalhador, em que satisfaz os interesses e os necessidades alheias ao trabalhador, ou seja, beneficia o capital, e “[...] o que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização plena *no e pelo trabalho* – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência” (ANTUNES, 2011, p. 144).

Nessa lógica há o trabalho da mulher para o qual, de acordo com Segnini (1998, p. 36), “[...] o mundo do trabalho não é unificador”, tampouco homogeneizador. Salienta-se que as análises que procuram compreender as formas de dominações e exploração de uma classe de maneira homogeneizada deixam de observar situações concretas, tais como as formas de uso da força de trabalho da mulher, que se apropriam das discriminações sociais presentes na sociedade. Há, pois, relevância em compreender a qualificação para o trabalho enquanto relação social de gênero, já que tais questões são amplamente discutidas no Programa Mulheres Mil, cujo público alvo são mulheres em situação de vulnerabilidade social.

No próximo item será discutido o movimento contraditório e intenso no qual o mundo do trabalho e o ser humano estão inseridos. Elencar-se-ão conceitos como empregabilidade e outros e que atingem diretamente as formas humanas de viver e de se desenvolver, mesmo que de maneira precária.

2.2 Empregabilidade

Quando se consolida o modo de produção capitalista, o trabalho passa por importantes transformações, com denominações diversas como empregabilidade, o que pode ser visto como a

repetição-reprodução sem apropriação dos seus conhecimentos, já que estes não mais pertencem ao trabalhador.

A vida do ser humano se torna ausente de autenticidade e sem sentido social, carregada de contradições e de exploração; assim, em vez da realização plena e da formação humana, o trabalho domina e expropria suas relações. Ele “[...] e seus desdobramentos passaram a coisificar os homens, visto que estes não mais se enxergam naquilo que produzem” (LUCENA, 2008, p. 16).

Então, o trabalho, que deveria ser considerado uma condição de existência do ser social ao proporcionar a sua realização plena, criando valores e sendo o ponto de partida para a sua humanização num mundo globalizado, se torna degradado pela sociedade capitalista: “[...] o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído. [...] desfigurado, o trabalho torna-se meio e não ‘primeira necessidade’ de realização humana” (ANTUNES, 2011, p. 145).

Nesse processo, o trabalho, que poderia ser visto como uma categoria básica na qual o indivíduo pode compreender as relações sociais de produção, passa a ser apenas “[...] emprego, preparo para uma ocupação”, em que os “[...] trabalhadores se submetem mais facilmente as relações capitalistas de trabalho no interior das fábricas” (FRIGOTTO, 2010, p. 235). Ademais, o trabalho se torna genérico, imaterial, direcionado para satisfazer as necessidades imediatas, não tendo sentido e nem valor; é visto apenas como emprego, ferramenta de uso para suprir as indigências de valorização do capital (exploração e expropriação do saber do trabalhador) e da reprodução da força de trabalho como mercadoria.

O termo empregabilidade é usado de forma ideológica no processo da reestruturação capitalista e teve início, ganhando espaço e centralidade, na década de 1990. Esse contexto econômico passou por profundas transformações no mundo produtivo e impunha competência técnica e científica para a força de trabalho se adequar ao mercado de trabalho, aliado à eliminação de postos de trabalho e, consequentemente, à intensificação da competição entre os trabalhadores. Porquanto, a noção de empregabilidade, termo amplamente utilizado nos documentos que regem o Programa Mulheres Mil e que será discutido no capítulo 3:

[...] se incorpora no senso comum como significado que contribui a estruturar, orientar e definir as opções (ou a falta de opções) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho, tornando-se também “a” referência

norteadora, o “dever ser” dos programas de formação profissional e, inclusive das políticas educacionais (GENTILI, 1999, p. 85, grifos do autor).

Diante de um processo produtivo rígido, no qual a demanda de mercado é, na maioria das vezes, induzida pela intervenção estatal, há o chamado padrão fordista-keynesiano de produção e acumulação capitalista, substituído *a posteriori* pela acumulação flexível. Esta ocorre com a reestruturação produtiva, expansão da competitividade e dos mercados de trabalho, e intensificação do uso das tecnologias.

Vários programas governamentais de educação profissional, foram implantados desse período em diante, reconhecidos como programas de alcance nacional para a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos, como no caso desta pesquisa o Programa Mulheres Mil, direcionados às diferentes classes sociais, como trabalhadores, donas de casa, jovens e adultos desempregados. Cada curso tem diferenças e semelhanças que foram adaptadas ao longo dos anos, conforme a política vigente, mas ainda permanece a essência da inclusão da população mais carente de recursos no mercado de trabalho (tanto no formal ou informal, precário e/ou terceirizado), para fortalecer o capital (e não as camadas menos favorecidas).

Lucena (2004) arrazoa que a empregabilidade é um termo utilizado com a finalidade de delimitar a condição que os indivíduos têm de ser empregáveis, numa tentativa de deslocar os riscos e as responsabilidades aos mais fracos – nesse caso, as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Assim, faz-se com que assumam a empregabilidade a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidos por meio da qualificação profissional em cursos ofertados como no Programa Mulheres Mil, os quais devem ser sintonizados com as necessidades do mercado de trabalho.

Enquanto isso, França e Scocuglia (2011, p. 25-26) complementam tais ideias com a seguinte reflexão:

No que se referem a questão do trabalho e educação ambas as categorias revestidas nos últimos anos da fremente necessidade de empregabilidade tem sido instrumentos recorrentes nos discursos políticos com interesse de resolver um dos principais problemas sociais no atual contexto. [...] Parece-nos que o contexto dos pronunciamentos políticos está presente a ideia de administrar a crise capitalista do desemprego escondendo essa crise por trás de um discurso triunfante do pensamento único neoliberal e da ideologia do globalismo. Aponta-se por outro lado a necessidade de alta qualificação/formação atrelada ao aumento da escolarização da população.

Nesse ínterim, a empregabilidade é uma das estratégias ideológicas para combater e justificar as mazelas oriundas do crescimento do desemprego, com precarização das relações de trabalho, além de “[...] um mecanismo que tentou isentar o capital e o Estado da responsabilidade pela promoção de medidas que garantissem a inserção da população trabalhadora no mercado de trabalho, em função do crescimento econômico combinado com redução de empregos” (SALES, 2012, p. 90). Nota-se que:

Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não existentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição dos empregos, corroídos em seus direitos e erodidos em suas conquistas (ANTUNES, 2009, p. 11).

Quando se fala de empregabilidade e de sua ampliação no mundo produtivo capitalista, é importante aliar tudo isso ao trabalho feminino, destacando que a mulher que se encontra “[...] nas camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61).

Vimos que nas últimas décadas o trabalho feminino vem aumentando ainda mais significativamente no *mundo produtivo fabril*. Essa incorporação, entretanto, tem desenhado uma (nova) *divisão sexual do trabalho* em que, salvo rara exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de *trabalho intensivo*, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto aquelas áreas caracterizadas como de *capital intensivo*, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino (ANTUNES, 2009, p. 108, grifos do autor).

No contexto do trabalho feminino, tem-se que a afirmação citada anteriormente vai ao encontro de Cisne (2015, p. 125), que explica que “[...] a subordinação da mulher no mundo do trabalho está vinculada à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de habilidades ditas femininas, voltados a atender os interesses do capital”. Ao intensificar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mobilizou-se o despertar de tensões, especialmente no que concerne à precariedade a que são submetidas em empregos, como as profissões direcionadas a especificidades femininas, as intensas jornadas de trabalhos, os afazeres domésticos, os salários desiguais e a precariedade nas diversas formas de trabalho.

Constata-se então que a classe trabalhadora (homens ou mulheres) está subordinada ao domínio capitalista:

Hoje, o modo dominante de trabalho no mundo é o trabalho assalariado ou a compra e venda de força de trabalho. Embora o contrato de trabalho seja regulado por lei e a ideologia dominante passe a ideia de que cada trabalhador é livre na negociação de sua força de trabalho, e que, portanto, cada um recebe o que é justo pelo que faz, sabemos que não é exatamente assim. Por estarmos em uma sociedade cindida em classes e grupos sociais, ser empregador e proprietário de meios e instrumentos de produção não é a mesma coisa que ser o vendedor de sua força de trabalho. O poder de um e de outro são poderes desiguais. Quando o desemprego é alto, isso se agrava, pois aumenta o poder de quem emprega e enfraquece o trabalhador que busca emprego (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 39).

Portanto, nas relações de trabalho desiguais se mantém a condição de precariedade da classe trabalhadora. Nessa conjuntura, quando se analisa a situação da mulher, pode-se dizer que há uma subjugação dupla dessa classe social especificamente, posto que as diversas conquistas de espaço e valorização pelas pessoas do sexo feminino têm acontecido paulatinamente e nem sempre representam ganhos absolutos e reais. Antunes (2001, p. 51) salienta que:

[...] uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do *gênero-para-si-mesmo* possibilite também a emancipação do gênero mulher (grifos do autor).

Tem-se, ainda, que:

[...] o trabalho, entendido como característica essencialmente humana, mesmo que de forma degradada e precária, ocupa posição fundamental na formação da identidade do indivíduo. Diante disso, o debate sobre educação e trabalho assume caráter emergencial, visto que é cada vez mais acentuada a subordinação do trabalho ao capital, ou seja, a exploração da mão de obra para sustentação do capitalismo. Interessa aqui lembrar que cada sociedade cria suas formas de divisão e organização do trabalho. É dessa forma que ocorreram as mudanças tanto no mundo do trabalho como na educação, apresentando a necessidade de estabelecer novas relações entre o trabalho e o capital, além de entre o Estado e os mercados, provocando uma nova forma de conceber o trabalho e o trabalhador, negando o sentido e significado do trabalho como categoria central na vida do trabalhador (FRANÇA; SILVEIRA DE FRANÇA, 2008, p. 148).

Diante desse fenômeno existe atualmente um incentivo à qualificação profissional, principalmente às profissões mais simples que não exigem formação prévia, e são direcionadas a

formação de atitudes de grupos menos favorecidos e empobrecidos, visando o acesso ao mercado de trabalho e à geração de renda, na contramão da formação e emancipação humana. E no caso desta pesquisa, são as egressas dos cursos ofertados no Programa Mulheres Mil - *Campus Itumbiara*. Portanto, constata-se que:

Paralelamente às transformações ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva e do novo padrão de acumulação, que fizeram emergir ou acirraram a desregulamentação, a flexibilização, a vulnerabilidade e a precarização do trabalho, uma nova ideia foi difundida: o nível de qualificação profissional determinaria a probabilidade de inserção no mercado de trabalho reconfigurado. [...] o desemprego decorrente da desqualificação compõe apenas um dos tipos de desemprego existentes. [...] outro ponto a desmistificar é o que conduz a ilusão de que os postos de trabalho estarão novamente disponíveis após a qualificação ou requalificação profissional. Este pensamento é falso porque, de um lado, ignora a retração do mercado de trabalho e sua demanda e, de outro, a elevação da mão de obra (MIRANDA; ARAUJO, 2006, p. 93-94).

Diversos trabalhadores apresentam-se marginalizados no mundo do trabalho devido à qualificação profissional oferecida a eles, sendo algo aligeirado e pautado no empreendedorismo, na protagonização da economia solidária e do cooperativismo, com valorização da autoestima e a continuação de estudos ainda que precários e restritos. Isso se articula a partir da captura das ações dos trabalhadores atendendo às solicitações do capitalismo no controle da força de trabalho:

Importa destacar o modo como hoje está sendo usada a qualificação: como materialização das necessidades momentâneas do mercado de trabalho, gerando uma limitação dos saberes e, mesmo, uma banalização dos mesmos pela rapidez com que se tornam obsoletos, revelando que a busca pelo conhecimento está menos voltada para o desenvolvimento mutuo (trabalhadores e organização) e mais para o desenvolvimento organizacional na busca de maior competitividade e produtividade (MIRANDA; ARAUJO, 2006, p. 94).

Tal questão é complementada por Souza (2013, p. 221), quando diz que:

[...] ao lado dos discursos em torno das novas tecnologias e da exigência de trabalhadores mais escolarizados, capazes de trabalhar em empresas de alto padrão tecnológico, com acesso a cursos de requalificação profissional, surge uma preocupação com aqueles que estão fora desse grupo seletivo, ou seja, os demais trabalhadores, que possuem pouca ou nenhuma escolaridade, empregados em setores economicamente declinantes, que são obrigados a abrir mão de seus direitos para manter seus empregos; que são forçados a aceitar serviços de baixa produtividade sem proteção social mínima, com vínculos temporários, além daqueles que estão desempregados. Para estes, a preocupação do Estado e empresários se resumo a complementação da escolarização básica e

a preparação para o exercício de trabalho simples. Além disso, incute-se nesses trabalhadores a cultura do empreendedorismo; a busca pelo autoemprego capaz de lhes garantir a geração de renda e ocupar seu “tempo de exclusão”.

Na lógica da articulação entre as necessidades econômicas, a oferta de educação profissional de classes menos favorecidas e o mundo do trabalho prolifera a propaganda ideológica de ações que envolvam populações marginalizadas e em situação de pobreza (exemplifica-se aqui a educação para mulheres vistas como multiplicadoras de valores e atitudes positivas). Há, pois, a perpetuação das desigualdades e do aprendizado submetidos às necessidades da acumulação, e não às do ser humano.

Lessa (2012, p. 218) assevera que “[...] uma característica histórica da formação no Brasil é que quanto mais periférica e precária a vinculação a área de produção, mais periférico e precário é o seu aprendizado profissional”, ou seja, a precariedade atinge as condições de produção da vida e da formação. Percebe-se que alguns grupos de pessoas (trabalhadores de setores estratégicos no mundo do trabalho) recebem um tipo de aprendizagem conforme a necessidade do mercado, em detrimento de outros (trabalhadores negligenciados pelo capital por não desempenharem tarefas estratégicas na economia), sendo todos submetidos à precariedade que implica na desvalorização da vida e em fragilidades existentes nesse contexto.

Cabe salientar que uma qualificação profissional que limite o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas dificulta o alcance da cidadania, pois:

O aumento do nível de escolaridade não significa elevação da sabedoria operária, muito menos a construção de homens superiores, que enxerguem além do trabalho alienado. O desafio consiste na união entre o saber e o fazer, junção de algo que as constantes transformações na organização técnica e social da produção capitalista separam e que está muito distante dos trabalhadores. A qualificação fragmentada e despolitizada constitui-se no esvaziamento do conteúdo dos trabalhadores. A qualificação profissional deve ir além, construindo uma crítica que permita aos trabalhadores discutir qual é a sociedade em que estão vivendo, seus limites e em que modelo gostariam de viver. A noção de qualificação profissional deve ser construída pelos próprios trabalhadores, recuperando a historicidade das suas lutas e reivindicações: o princípio para a concretização da cidadania (LUCENA, 2008, p. 24).

Com o intuito de esclarecer a concepção de trabalho e educação, assunto a ser abordado também no próximo tópico, cita-se que, na:

Confluência de duas práticas sociais – Trabalho e Educação –, essa expressão pode se referir a três domínios inter-relacionados: a) um campo conceitual e

semântico, em processo de estruturação, voltado para a sistematização de noções, a atribuição de significados, visando organizar e fundamentar, com base em resultados de pesquisas teóricas e empíricas, referenciais teóricos e metodológicos; b) um campo multidisciplinar e aberto de pesquisas que vem sendo construído pelos estudiosos do trabalho ao incluir a problemática da educação nas suas investigações e pelos estudiosos da educação nas suas relações com o mundo do trabalho; c) um campo de ações e experimentações, desenvolvidas em diferentes espaços e com objetivos variados, que se dedica a aplicar e testar a relevância teórica e prática, social e educacional, dos conhecimentos que vêm sendo construídos nessa confluência (MACHADO; MENEZES, 2000, n. p.).

É necessário difundir a visão das classes na busca por mudanças significativas nas relações sociais de exploração na sociedade capitalista, com o uso da educação como instrumento de rompimento e superação da circularidade e da banalização. Visa-se ultrapassar as barreiras do senso comum em direção à consciência crítica e, assim, contrapor a relação existente entre trabalho e educação (apenas como preparação para o mercado) e a capacidade de formação e emancipação humana.

Destarte, a educação profissional e a qualificação oriunda dela não podem ser consideradas um fator isolado que permitirá às mulheres o acesso a postos de trabalho de qualidade ou à adequada remuneração. Os avanços referentes à escolaridade não têm sido suficientes para modificar, de forma substancial, a desigualdade econômica, mas contribuem para fortalecer a identidade das mulheres, como pode ser visto no Programa Mulheres mil, e que será discutido no capítulo 3.

A seguir serão discutidos mais detalhadamente tais assuntos, relacionando-os à educação profissional e às suas particularidades.

2.3 A educação profissional e suas especificidades

A educação profissional é vista como um instrumento de formação para as diferentes esferas de produção e, em alguns casos, devido à formação educacional diferenciada, proporciona uma divisão de classes no contexto educacional. No Brasil, ela é composta por variadas opções de níveis de educação que vão desde os cursos de qualificação, de aperfeiçoamento, básicos e técnicos, aos tecnólogos e aos de pós-graduação, os quais podem ocorrer em escolas públicas, privadas, ambientes de aprendizado diversos, entre outros.

Como consta nas legislações, o desenvolvimento da educação profissional ocorre a partir de cursos e programas de: “I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (BRASIL, 2004). Na modalidade descrita no inciso I, os cursos deverão ter carga horária mínima de 160 horas para formação inicial, e todos os alunos concluintes farão jus ao certificado de formação iniciada ou continuada para o trabalho.

Mais especificamente a educação profissional, abordada no inciso I como qualificação profissional (incluindo a formação inicial e continuada de trabalhadores), vem sendo disseminada em programas educacionais instituídos pelo governo por meio da atualização de concepções e práticas políticas e educacionais, a exemplo do Pronatec/BSM – Programa Mulheres Mil, que tem como objetivo principal a qualificação para o trabalho e a elevação de escolaridade.

No âmbito do Pronatec, a Bolsa-Formação oferece, gratuitamente, “[...] cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de qualificação profissional. O Programa Mulheres Mil o Pronatec/Bolsa-Formação será operacionalizado por meio da mesma rede de atores envolvidos com o Pronatec/BSM” (BRASIL, 2014a, p. 5).

Tais assuntos serão amplamente abordados no capítulo posterior, mas aqui serão elencados alguns conceitos com o intuito de explicar determinados temas relacionados a esse programa:

Uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Criado pela Lei n. 12.513/2011, essa parceria prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas no CadÚnico, na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Essa oferta de cursos chama-se Pronatec Brasil sem Miséria (Pronatec/BSM) (BRASIL, 2013a, p. 5).

Esse processo vai ao encontro das inúmeras ações que, ao longo dos anos, vem sendo implantadas para promover o acesso e a formação das pessoas menos escolarizadas, baseando-se na profissionalização e qualificação direcionada ao mercado de trabalho; com isso, reitera-se a concepção de qualificação profissional voltada às inovações tecnológicas introduzidas no mercado de trabalho, as quais devem corresponder à pretensa empregabilidade.

Carvalho (2003, p. 78-79) discorre que:

A concepção de educação profissional e a estrutura educacional dela derivada têm sido organizadas, ao longo da história da educação, sob determinações da conjuntura econômica e política dos diferentes países. Assim, ela tem buscado responder, prioritariamente, as expectativas do mercado de trabalho, da política econômica e secundariamente, as necessidades da clientela destinada a essa parcela do processo formativo.

De fato, a educação profissional teve particularidades direcionadas para um conceito de profissionalização em atendimento aos interesses do mercado de trabalho. Alguns cursos de curta duração são descontextualizados de uma política efetiva de implantação e desenvolvimento, tendo como discurso a geração de trabalho, emprego e renda, além da adequada elaboração de políticas sociais que visem às melhorias na vida das pessoas atendidas por tal ensino:

A trajetória da educação profissional nos permite, assim, demonstrar que esta modalidade do sistema educativo sempre esteve atrelada aos interesses econômico-sociais do país e que a absorção dos novos conceitos não tem alterado esta premissa, tendo sido realizado, apenas, a atualização de uma mesma concepção. Ela evidencia, ainda, que o dualismo da educação, conforme os segmentos sociais, é a marca fundamental desse tipo de formação (CARVALHO, 2003, p. 79).

Cabe salientar que o caráter restrito das políticas de inclusão educacional e social está direcionado para garantir renda mínima aos mais pobres, e não especificamente a uma existência real de consolidação de direitos dessa parcela da população, sem igualizar direitos e rendas. Ainda assim, não se pode rejeitar totalmente a ideia de que diversos programas educacionais, desenvolvidos desde 2003 e direcionados a homens e mulheres em situação de extrema pobreza, afetaram significativamente as condições materiais de existência de pessoas que foram profundamente influenciadas pelas políticas da década de 1990.

Nesse contraponto, a educação geral direcionada à formação dos trabalhadores, tanto de homens quanto das mulheres, propicia o acesso a conhecimentos amplos, generalistas e competências mais simples para a integração a vida social e produtiva. Pretende-se, pois, favorecer a submissão ao desenvolvimento do ser humano de forma precária, sem mudanças efetivas na forma de aprender o saber. Portanto:

A formação de subjetividades flexíveis, tanto do ponto de vista cognitivo quanto ético, se dá, predominantemente, pela mediação da educação geral, como já se afirmou anteriormente; é por meio dela, disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, que os que vivem do trabalho adquirem conhecimentos genéricos que lhes permitirão exercer, e aceitar, múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos

simplificados, representativos, fragmentados, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, de natureza psicofísica, a partir de algum domínio de educação geral, o que não implica necessariamente o acesso à educação básica completa (KUENZER, 2007a, p. 1169).

A dinâmica contraditória da modernização modifica padrões de sociabilidade e gera expectativas individuais e familiares, proporcionando novas demandas profissionais e o desenvolvimento de condições para as novas experiências de escolarização. Em vista disso, tem-se que cada classe social – aqui mais especificamente as mulheres em situação de vulnerabilidade social, participantes de cursos profissionalizantes –, corresponde a um tipo específico de escola coerente às funções sociais atribuídas a elas.

Sendo assim, o sistema educativo expande e desenvolve cursos rápidos e precários, visando à formação do trabalhador ou de desempregados e outros tipos de potenciais candidatos a vagas de emprego, conforme as mudanças do processo produtivo. Eles não se relacionam com o trabalho concreto, e as qualificações se tornam desqualificações dependentes das relações sociais de trabalho, o que abarca, com frequência, uma educação precária, superficial, desvinculada da prática e direcionada a trabalhos flexíveis, fragmentados e informais, em que o trabalhador passa a não ter a possibilidade de defender seus direitos como classe.

Para Kuenzer (2002, p. 15), tem-se uma “certificação vazia”, em que as ações de escolarização se tornam “[...] modalidades aparentes de inclusão, que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência”. Nessa lógica:

A formação profissional se reduz a conformação ideológica e adestramento técnico. Formar, profissionalizar vai significar um esforço – nem sempre bem-sucedido – de adaptar, conformar, o aprendiz ao processo de retaliação das ocupações no interior da evolução capitalista de produção. Formar, em última análise, tem um sentido de parcializar e de desqualificar (FRIGOTTO, 2010, p. 235).

A ampliação do acesso à escola e o aumento de cursos voltados a diferentes públicos estão intrinsecamente ligados à ampliação das forças produtivas e funcionais dos interesses econômicos e sociopolíticos dominantes. Aliada a isso, há uma desqualificação da escola, o que, nas palavras de Frigotto (2010, p. 186):

Concretamente, a questão da desqualificação da escola é, antes de tudo, uma desqualificação para a escola frequentada pela classe trabalhadora, muito embora possa sê-lo para a burguesia. Qual o interesse da classe burguesa por um

ensino e uma educação nivelados pela qualidade, para a classe trabalhadora? Tal perspectiva demandaria uma vontade política cuja direção fosse superação das relações sociais de produção que geram as desigualdades.

Conforme Lucena, França e Palafox (2009, p. 157), “[...] nossas análises apontam que a nova educação profissional brasileira e, particularmente, seu nível básico, orienta-se pelo conceito de empregabilidade”. Desse modo, ela prepara um novo trabalhador no que se refere ao saber técnico e à sociabilidade na sociedade capitalista:

Como consequência, tem ocorrido um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que cada um é responsável por buscar suas competências a serem alcançadas, segundo o discurso governamental, com o desenvolvimento das habilidades básicas, das habilidades específicas e das habilidades de gestão. Essas habilidades básicas seriam potencializadoras do empreendedorismo na economia dada. Entretanto, o que de fato ocorre é, por um lado, um processo ideológico naturalizador da exclusão social e, por outro, a tentativa de redução do processo educativo a um mecanismo instrumental e adaptativo voltado para a integração periférica ou informal no mercado de trabalho (LUCENA; FRANÇA; PALAFOX, 2009, p. 157).

Diante disso, tal processo é caracterizado, do ponto de vista do mercado, como:

“Exclusão includente”. Ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão de mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho, através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado (KUENZER, 2002, p. 14, grifos da autora).

Enquanto isso, do ponto de vista da educação, a exclusão includente se mostra análoga a ela, mas em direção contrária, o que pode ser concebido como:

A **inclusão excludente**, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondem os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2002, p. 14-15, grifos da autora).

Ainda nesse segmento, a autora explica que:

A estratégia por meio da qual o conhecimento é disponibilizado/negado, segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados, é o que temos chamado de inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e, na maioria das vezes, meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas a autonomia intelectual, ética e estética (KUENZER, 2007a, p. 1170-1171).

Nesse viés, a educação profissional direcionada para qualificar as pessoas é empregada para remediar e mascarar as dificuldades e desigualdades existentes entre os indivíduos, com base na produção de um conhecimento geral articulado com a reprodução do capital. Tal aspecto é confirmado por Frigotto (2010, p. 177):

[...] tomando-se a prática escolar como uma prática social cuja função precípua não é a da produção de um saber específico, mas, pelo contrário, de um saber não específico, geral, que se articula com o desenvolvimento das condições técnicas e sociais de produção em diferentes níveis e mediações, esta prática guarda uma relação efetiva com a estrutura econômico-social capitalista.

Por meio desses processos, a formação é direcionada aparentemente a otimizar as condições de empregabilidade, exemplifica-se nesse processo o que é delineado pelo Programa Mulheres Mil, buscando solucionar conflitos e crises. Mas na maioria das vezes, está afastada da realidade na qual o trabalhador está inserido, sendo algo colocado como discurso, mas que na prática não ocorre de maneira efetiva. Assim, “[...] o lugar que o homem ou a mulher irá ocupar na produção não é definido pela escola, portanto, torna-se muito difícil solucionar a crise por intermédio da escolarização” (NOMA; CZERNISZ, 2010, p. 198).

Como destaca Mészáros (2002, p. 175), “[...] o aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de tratar as causas como causas, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo”. Devido a isso, nas ações remediadoras são propostas “[...] soluções para todos os problemas e contradições gerados, em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos efeitos e nas consequências” (idem).

Alguns mecanismos são usados para diminuir a desigualdade social existente na educação, já que aquela tende a ser colocada como um problema de não qualificação. Verifica-se

ao longo da história que as concepções realizadas nesse âmbito continuam no mesmo patamar, e nenhuma mudança significativa ocorreu, alterando apenas a época de acontecimentos dos fatos.

Todavia, a exploração continua, reconfigurada no intuito de maximizar a democratização das oportunidades a partir da ampliação das redes de ensino profissional. Há o desenvolvimento de cursos breves de profissionalização voltados à FIC de cidadãos em situações de pobreza e a uma possível inserção num trabalho, assalariado, empreendedor ou informal, para a constituição de uma “sociedade equitativa”, do ponto de vista dos direitos sociais.

[...] entende-se, pois, que a educação ainda se revela, no século XXI, restrita a um papel compensatório, apresentando-se – num momento marcado por incertezas, por diversas formas de precarização das condições de existência e por fortes processos de exclusão – sob uma forma ideológica de “novo tipo”, que constrói uma nova sociabilidade moldada pela lógica mercantil e que coloca sobre os indivíduos a responsabilidade pelo alcance de melhor qualidade de vida (LUCENA; FRANÇA; PALAFOX, 2009, p. 158).

Nesse contexto, a FIC, apresentada no Programa nacional Mulheres Mil é disponibilizada como “[...] um acesso inclusivo que reconhece e valoriza os saberes construídos na comunidade, na realidade do cotidiano; [...] uma oportunidade de estabelecer um diálogo com as diversidades, integrando o conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres” (BRASIL, 2011a, p. 5). Percebe-se, pois, um discurso pautado no indivíduo, responsabilizando-o pela própria inclusão em determinados contextos, além de usar afirmações que muitas vezes se distanciam da realidade e das necessidades dessa parcela da população.

Frequentemente, os argumentos estão pautados num interesse político, que utiliza a expansão da educação profissional para classes menos favorecidas, a exemplo das mulheres em situação de vulnerabilidade social, como mediadora dos interesses dominantes e geradora da produção de conhecimentos para atender a esse discurso. Nesse sentido, Frigotto (2010, p. 153), ao citar Cardoso (1991), afirma que:

A produção do conhecimento responde sempre as necessidades. O conhecimento que vai sendo produzido na filosofia, na ciência, na arte (na economia, na educação) não é alheio a vida dos homens, não é neutro frente aos problemas concretos que os homens vivem, num tempo e lugar determinados, numa sociedade específica [...]. Este conhecimento (enquanto responde a necessidades concretas) sempre presta um serviço. Cabe perguntar: serve a que? Serve a quem?³

³ Para mais detalhes, ver: CARDOSO, Miriam Limoeiro. Universidade e estrutura de poder. **Cadernos de Cultura da USU**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 33, 1991.

Tais questões são colocadas como investimentos – inclusive no campo educacional, para a formação de um “belo” e “adequado” capital humano, com capacidade de ser empreendedor de si mesmo –, continuando disponíveis e com participação na economia, mesmo que precária. Portanto:

É importante destacar que, quando os neoliberais enfatizam que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, estão se referindo a uma questão específica: a urgência de que o sistema educacional se ajuste às demandas do mundo dos empregos. Isso não significa que a função social da educação seja garantir empregos e, menos ainda, criar fontes de trabalho [...]. Pelo contrário, o sistema educacional deve promover a empregabilidade, ou seja, a capacidade flexível de adaptação individual às demandas do mercado de trabalho. A função social da educação deve ser apenas oferecer essa ferramenta necessária para competir nesse mercado, sendo seu limite o exato momento em que o indivíduo se lança a luta por um emprego. O restante depende da capacidade de cada indivíduo (BEZERRA NETO; BEZERRA, 2008, p. 54).

Diante disso, os autores abordam que as desigualdades existentes no direcionamento da educação profissional são articuladas de forma a “suprimir e eliminar” os conceitos de exploração e expropriação, e isso passa a ser tratado de forma não muito conflituosa e com vistas ao ideário do mercado de trabalho. Logo:

[...] pode-se dizer que a globalização tem insistido na desconteudização da educação, sobretudo por meio da chamada pedagogia das diferenças, trazendo uma grande confusão entre o público e o privado, como se ambos fossem a mesma coisa, e entre *diferenças e desigualdades, como se fossem semelhantes*. Além disso, com a ênfase na formação para o mercado de trabalho, acaba *por forjar uma educação técnica* em detrimento de um ensino realmente formativo, enfraquecendo a escola no seu papel de educadora, pois *ela perde seu objetivo principal* de transmitir conhecimentos, história e socialmente, construídos pela humanidade e passa a simplesmente *formar o sujeito criativo e polivalente, adaptável a qualquer realidade* que encontre a sua frente, para garantir a sua sobrevivência, sobretudo em uma sociedade em que os postos de trabalho formais estão sendo reduzidos, e o que impera é a informalidade nas relações trabalhistas e a terceirização da força produtiva (grifos nossos) (BEZERRA NETO; BEZERRA, 2008, p. 65).

Noma e Czernisz (2010, p. 197) trazem uma importante contribuição quando explicitam e comparam a relação entre trabalho e educação com uma imagem refratada no espelho que se apresenta invertida e como relação entre educação e trabalho. Vale enfatizar que não é apenas uma mudança na posição dos termos:

Reside aí uma questão de perspectiva histórica e política que traduz uma visão operacional e instrumental que atribui a educação a condição de variável determinante. Deriva desta, a noção, bastante difundida, de que a educação – ideia reducionista – pode fomentar a capacidade produtiva dos indivíduos, pode ser a propiciadora do ingresso no mercado de trabalho e, em decorrência, sua função primeira é o atendimento às flexíveis demandas do mercado laboral. A educação escolar contemporânea é conclamada a formar o homem cujos atributos atendam às necessidades do mundo produtivo.

O acesso à educação é condição necessária, mas não suficiente, para proporcionar melhorias na vida das pessoas, com a efetiva inserção no mercado de trabalho. Essa ideia é muito polêmica e estratégica, como uma dádiva para minimizar todos os problemas que assombram a sociedade, a exemplo da pobreza extrema, do desemprego, do trabalho e sua exploração, das oportunidades desiguais para uma população marginalizada, da divisão sexual do trabalho, dentre outros.

Consequentemente, o que está em jogo é apenas uma concepção que, muitas vezes, não transcende as relações de dominação e precarização da educação e do ser humano. Para que tudo isso seja superado, deve haver mudanças efetivas, atentando à realidade atual, com vistas a superar as contradições impostas.

Em suma, o atual sistema produtivo não tem como apresentar soluções relevantes, para resolver os problemas relativos à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, mas, ainda assim, é possível construir uma concepção e uma prática de educação profissional que atenda aos seus interesses e que o instrumentalize para se confrontar de forma mais adequada, com o mercado, sem, contudo, depositar sobre ela uma esperança excessiva, desconhecendo as contradições imanentes a esta etapa do capitalismo (CARVALHO, 2003, p. 169).

Percebe-se assim que, em determinados contextos econômicos, o governo promove uma classe social para ser alvo de programas educacionais, com o desenvolvimento de políticas públicas que oferecem vagas de formação e qualificação profissional a população. Como exemplo disso, há as mulheres em extrema pobreza, em que tal formação é bem recebida por elas por visualizarem como uma oportunidade de se qualificar (ou seja, investir em seu capital) e de acessar direitos muitas vezes não garantidos, fortalecendo sua identidade.

Existe a expectativa de melhorias nas condições de vida delas e dos familiares, colocando na possível inserção no mercado de trabalho a salvaguarda de todos os males sociais ou econômicos nos quais se encontram. Para tanto:

Se a qualificação representa uma saída, não pode ser deslocada do contexto em que está inserida para que se evite uma superestimação do ideal em detrimento da subestimação do real, nem o seu desenvolvimento pode ser dissociado das necessidades reais e locais do mercado, para que ao invés de desempregados qualificados ela possa representar uma alternativa para a construção de novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, como acontece com vários profissionais qualificados que montaram seus próprios negócios ou como as cooperativas que se formam através da criação de ideias, muitas das vezes simples, que são “descoberta” após interação com o conhecimento (MIRANDA; ARAUJO, 2006, p. 93).

Para um contingente importante de mulheres, sobretudo as da classe baixa urbana, as experiências de escolarização, baseadas na qualificação, oriundas das políticas sociais e especificamente das políticas educacionais implantadas a partir dos anos 1990, foram em larga escala responsáveis por importantes mudanças referentes a gênero, principalmente sobre a inserção profissional de mulheres no mundo do trabalho.

Nesse contexto existe a atenção dispensada às mulheres em situações de vulnerabilidade, como demonstração da necessidade de incentivar a redução da pobreza, a inserção no sistema educacional e no mundo do trabalho, a promoção de microempreendimentos e o desenvolvimento da equidade de gênero. Entretanto, com frequência, as ações realizadas são insuficientes ou precárias, o que colabora para sua contínua dependência dos subsídios e aportes oferecidos pelo governo – nesse caso, não há uma diminuição significativa das desigualdades existentes.

Por isso, o item seguinte traz uma discussão dessa temática e da divisão sexual do trabalho, já que o trabalho e a educação profissional elencados nos programas do governo guardam relações e algumas diferenças com tal tema que precisam ser discutidas.

2.4 A categoria de gênero e suas relações com o capitalismo

Geralmente, a mulher tem ampliado sua atuação tanto no mercado de trabalho como em outros espaços sociais, sendo alvo de diferentes políticas sociais que visam ao empoderamento, à utilização de habilidades e competências para adentrar nos diferentes ramos do mundo do trabalho, direcionando para melhorias na qualidade de vida delas. Se, no século XX, elas despontavam como classes revolucionárias em conquistas relacionadas aos direitos civis, já no século XXI a luta ganha força, mas continua a “duras penas” para se estabelecerem frente ao cenário apresentado pelo capitalismo, com um longo caminho a percorrer.

Em virtude da modalidade específica de formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de vulnerabilidade, ou seja, o Programa Mulheres Mil, é importante fazer uma correlação (mesmo que mínima) entre trabalho, educação profissional e gênero, já que a qualificação profissional dessas mulheres está pautada na adequada inserção no mercado de trabalho e numa possível emancipação e empoderamento⁴ delas. Para tanto, a abordagem será voltada a explicar as características do público-alvo de tal formação e a divisão sexual do trabalho, já que é difícil analisar questões de gênero sem relacioná-las com os conflitos advindos da sociedade atual.

Mesmo que a categoria gênero não seja a norteadora desta pesquisa, ao tomar como objeto de estudo um programa educacional voltado para mulheres, admite-se ser importante uma aproximação do debate dessa temática e, consequentemente, da divisão sexual do trabalho. A análise da categoria gênero é inicialmente identificada como uma relação construída historicamente entre homens e mulheres numa sociedade marcada por desigualdades em variadas dimensões, algo confirmado nas palavras abaixo:

Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é – considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (BRASIL, 2007, p. 16).

Portanto, não há uma neutralidade no conceito de gênero. Ao aprofundar nos estudos sobre tal assunto, é possível desmistificar conceitos construídos erroneamente e notar que:

Os estudos de gênero constituem um conjunto de saberes científicos, com categorias e metodologias, para análise comparativa das representações e condições de existência de homens e mulheres, em sociedade passadas e atuais. Não se trata de uma teoria única ou de um discurso unificado e homogêneo, mas de um espaço de interlocução que acolhe diferenças e controvérsias. [...] Desde o final da década de 1970, as academias feministas adotaram uma distinção conceitual entre sexo e gênero. A palavra sexo provém do latim *sexus* e refere-se à condição orgânica (anatômico-fisiológica) que distingue o macho da fêmea. Seu poder de distinção reside na estabilidade, ao longo do tempo. [...] A

⁴ “Empoderamento provém do inglês *empowerment*. No contexto dos estudos de gênero, refere-se à potencialidade profissional das mulheres, aumentando sua informação, aprimorando suas percepções e trocando ideias e expressando sentimentos. Seu objetivo mais amplo é fornecer as capacidades, habilidades e disposições para o exercício legítimo de poder” (YANNOULAS, 2002, p. 40).

categoria gênero provem do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutualidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres, ao longo do tempo. Não se trata de um atributo individual, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social (YANNOULAS; SAMPAIO, 2001, p. 70-71).

Especificamente ao analisar as condições da classe em questão – no caso, as mulheres –, elucida-se que:

O gênero é tudo aquilo que une as mulheres, tudo o que lhes é comum e próprio do gênero feminino. Mas, infelizmente [...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens. [...] Nunca soubemos de uma socialite que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, e nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade (TOLEDO, 2001, p. 9-10).

Ao abordar essa temática, especialmente quando se trata do mundo do trabalho, evidenciam-se as ligações necessárias entre gênero e classe que, conforme Antunes (2009, p. 109), ao citar Segnini (1998), afirma que a categoria analítica gênero possibilita buscar os “[...] significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-as nos seus contextos sociais e históricos. A análise das relações de gênero também implica a análise das relações de poder”. Portanto, é possível dizer que, ao ser representado por classes dominantes, o gênero também reproduz relações de poder, sendo algo visto como natural e passivo de questionamentos.

Em vista disso, Antunes (2001, p. 51) explica que:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto a contradição entre o *indivíduo* e sua *classe*, quanto aquele

que advém da relação entre *classe e gênero*, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A *classe-que-vive-do-trabalho* é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada (grifos do autor).

Dessa maneira, tem-se a persistência das desigualdades entre homens e mulheres em diferentes contextos sociais, e as relações sociais capitalistas se apoderam disso a partir de um discurso ideológico e de poder. Nogueira (2011, p. 23) remete ao fato de que “[...] historicamente as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdades. As relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação ‘natural’ a mulher, dada pela sua subordinação”.

Logo, para se obter um melhor entendimento de tais assuntos, já que eles atingem também o mundo do trabalho, a educação e a condição de mulher numa sociedade desigual, a seguir será feito um contraponto com a questão da divisão sexual do trabalho existente na sociedade capitalista.

2.5 Os caminhos da divisão sexual do trabalho

O significado histórico da divisão sexual do trabalho pode ser constatado diante da necessidade de o Estado implementar políticas sociais como ferramentas que expressem os interesses das classes menos favorecidas. Isso demonstra preocupação, reproduz ações para amenizar os conflitos de classes e, assim, atende à necessidade do capital de controlar a pobreza crescente da força de trabalho, assegurando, além do controle, a sua reprodução.

A conexão entre gênero e classe mostra que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, *diferentemente* qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa *divisão sexual do trabalho* (ANTUNES, 2009, p. 109, grifos do autor).

A partir disso, “[...] as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a essas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho” (CISNE, 2015, p. 120). Há um discurso de igualdade de oportunidades para mulheres, mas que na realidade não

se efetiva e ainda contribui para a perpetuação do capital por meio da negação da igualdade. Não ocorrem alterações significativas na própria divisão sexual do trabalho; logo, “[...] tudo muda, mas nada muda” (HIRATA; KERGOAT, 2007, n. p.).

Observa-se que, nesse contexto:

A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. O acesso das mulheres às profissões adequadas ao sexo feminino, todavia, não se desenvolve naturalmente. Uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra (CISNE, 2015, p. 117).

Pautada nesse raciocínio inserido no contexto da educação, a autora complementa a argumentação por meio da seguinte reflexão:

[...] a educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcal capitalistas (CISNE, 2015, p. 118).

Já Carrilho (2013, p. 289), ao abordar tal temática e seus desdobramentos, explica que no campo profissional, as principais características referentes às mulheres, como sensibilidade, “[...] altruísmo, polivalência e observação dos detalhes, mesmo quando consideradas ‘positivas’ pelo mercado de trabalho, não lhes proporcionam melhores salários, condições de ascensão, pois reproduzem atributos considerados dons femininos naturais e não conhecimentos adquiridos”.

Nessa conjuntura, Cisne (2015, p. 127) remete à seguinte reflexão: “A feminização do mercado de trabalho deve ser pensada como uma conquista da mulher ou estratégia do capital?”. Para responder, afirma que se pretende localizar a discussão num movimento mais amplo, no qual se visa “[...] perceber os principais impactos das consequências destas transformações sobre as condições de trabalho das mulheres, ou ainda analisar como o capital se utiliza de mulheres trabalhadoras para assegurar a efetivação destas transformações” (*ibidem*, p. 128).

Uma das características marcantes das transformações que ocorrem ao longo do anos é o aumento da força de trabalho da classe feminina em vários ramos da produção, mas ainda existe

um processo contraditório que, de acordo com Saffioti (2013), se refere a um direcionamento para funções que levem em conta as particularidades dos chamados dons femininos e sejam relacionadas aos afazeres domésticos; consequentemente, as oportunidades se concentram em trabalhos precários, parciais, temporários e subcontratados (informais). Nesse sentido, Antunes (2011, p. 47) afirma que “[...] há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”.

Ao confirmar a ideia apresentada anteriormente, é preciso compreender criticamente a expansão da feminização do mercado de trabalho como “[...] parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e de reestruturação produtiva” (ARAÚJO, 2000, p. 133).

Portanto, é importante ressaltar que essa situação influencia diretamente na precarização da vida das mulheres e, consequentemente, na sua inserção no mundo do trabalho, tema abordado nesta dissertação. A investigação assume especial importância, especialmente pela forma que as transformações do mundo do trabalho atingem uma parcela da população que se volta às prioridades de uma política pública de formação profissional de mulheres pobres, em situação de vulnerabilidade e de baixa escolaridade, para o possível acesso ao trabalho. Antunes (2011, p. 51) complementa ao alegar que “[...] essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos domésticos subordinados ao capital”.

Perante a heterogeneidade dos mercados e das relações de trabalho há também uma participação em situações ocupacionais não marcadas nem pelo desemprego e nem pelo emprego assalariado associado à proteção dos direitos trabalhistas e sociais. Essa situação é retratada pela crescente precarização das condições de trabalho de parcela expressiva da população, como por exemplo as egressas pesquisadas nesta dissertação do Programa Mulheres Mil- Campus Itumbiara; consequentemente, tem-se um aumento do trabalho por conta própria, pelas baixas remunerações salariais e pela instabilidade dos vínculos de emprego e de remuneração. Isso leva, na maioria dos casos, a ocupações marcadas pela informalidade e precariedade, um retrato de alguns indivíduos, mais especificamente aqueles que estão em vulnerabilidade social.

Nesse contexto, inúmeras transformações no mercado de trabalho afetaram tanto os países desenvolvidos como aqueles em desenvolvimento, e novos estudos visaram caracterizar a precarização do mercado e das relações de trabalho, no final dos anos 1990, com o

desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade social relacionado ao mundo do trabalho. Assim, para entender essa terminologia amplamente utilizada no Programa Mulheres Mil para explicar o perfil do público-alvo dos cursos (mulheres que se encontram nessa situação) e suas particularidades, o MTE e o DIEESE (2007 apud KATZMAN, 1999; 2001) explicam que se apreende:

[...] principalmente, considerando as contribuições de Katzman (1999; 2001), que as situações de vulnerabilidade social estão associadas à capacidade de enfrentar determinadas situações de risco, referindo-se, portanto, à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais “controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.” Este conceito de vulnerabilidade social já nos permite inferir que a menor capacidade de enfrentar situações de risco, de controlar as forças que afetam as possibilidades de aproveitar as oportunidades de boa inserção ocupacional propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade é uma ideia importante para tomar como ponto de partida na definição do conceito de vulnerabilidade no mundo do trabalho.

Dessa maneira, Mészáros (2002) afirma que “[...] durante o desenvolvimento histórico do capital também são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação das mulheres – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema”. E ainda complementa da seguinte forma:

[...] a extralimitação do capital por si mesmo em relação às mulheres traz força de trabalho a um número cada vez maior delas, sob o inexorável impulso expansionista do sistema: uma alteração que não pode se completar sem que se levante a questão da igualdade de mulheres, eliminado no processo alguns tabus e barreiras anteriormente existentes. Este movimento – que surge do indispensável impulso do capital para a expansão e não dá mais leve inclinação a uma esclarecida preocupação emancipadora em relação as mulheres – erra o tiro no momento oportuno. Não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional das ocupações mais inseguras e mais mal pagas no mercado de trabalho e estejam na péssima situação de representar setenta por cento dos pobres do mundo, mas em virtude de seu papel decisivo na família patriarcal (MÉSZÁROS, 2002, p. 304-305).

Verifica-se, ainda nesse entremeio, que houve diversas modificações no mundo do trabalho. Isso proporcionou oportunidades em condições institucionais determinadas, relativizando as qualidades naturais femininas e redefinindo papéis sociais femininos, mas não sem ambiguidades e diversidades marcantes e intensas, no que concerne às diferenças existentes entre homens e mulheres. Juntamente a isso, Antunes (2011, p. 119) acrescenta que:

Compreender a classe trabalhadora hoje significa perceber também o significativo processo de *feminização do trabalho*, que atinge mais de 40% ou 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. [...] E, ainda mais, através da duplidade do ato laborativo, a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço *produtivo* como no *reprodutivo*. Além de atuar crescentemente no *espaço público*, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do *trabalho doméstico*, garantindo a esfera da *reprodução societal*, esfera do *trabalho não-diretamente mercantil*, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital (grifos do autor).

Ainda nessa discussão, Nogueira (2011) certifica que a mulher continua sendo explorada pelo capital, já que recai sobre ela a realização de tarefas domésticas. Ademais, há o desenvolvimento do trabalho assalariado no mundo produtivo, em que ela realiza a dupla (e, às vezes, tripla) jornada de trabalho, vivenciando as implicações decorrentes disso, com destaque para a forte opressão de gênero.

É verdade também que, para Nogueira (2008), essa realidade está sempre carregada de contradições, pois muitas vezes são direcionadas para as mulheres as responsabilidades mais precárias no mundo do trabalho. Existem, pois, relações de poder articuladas que perpassam a histórica afirmação de que o trabalho feminino é menos valorizado que o masculino, devido às especificidades ditas naturais de mãe e esposa:

[...] Sob a lógica da expansão do sistema capitalista, o espaço da produção absorve cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização. Esse é um movimento que exige muita atenção da luta feminina, pois ele não deve acontecer sem que se considere a questão da igualdade de direitos das mulheres, eliminando do processo as desigualdades existentes. Isso porque a inserção acentuada da força de trabalho feminina se dá não pelo interesse do capital na emancipação da mulher, mas pela lógica de uma maior acumulação de valor (NOGUEIRA, 2008, p. 188-189).

A condição de ser mulher em um mundo que se apresenta num contexto de crise, com mudanças significativas no mercado de trabalho e na educação, vem sempre rodeada de desafios e lutas na conquista de espaços. Para superar a subordinação verificada ao longo da história, tem-se que:

As mulheres querem, por exemplo, uma divisão sexual do trabalho sem discriminações e dominações, lutando por oportunidades iguais de trabalho e salário, dentre tantas outras reivindicações. No plano da vida cotidiana, lutam

também por creches e escolas para seus filhos, direito à saúde, ampliando o universo de sua ação sociopolítica. Reivindicam ainda atenção especial para suas particularidades, como no tocante à violência doméstica, ao assédio sexual, à maternidade (NOGUEIRA, 2002, p. 176).

A partir das análises, pode-se confirmar que a divisão sexual do trabalho está presente não só no espaço produtivo, como também em outros meios sociais nos quais as mulheres se inserem. A educação aplicada nas escolas, o trabalho e a reprodução seriam exemplos de lugares pelos quais elas tentam se inserir ao longo da história, algo que, de certa forma, é mediado por uma relação de subordinação a um sistema capitalista carregado de desigualdades.

Diante do exposto, nota-se que as concepções existentes acerca dos termos “trabalho”, “educação profissional” e “gênero” sofreram intensas transformações para atender aos interesses de poucos, visando a uma sociedade cindida na divisão desigual do trabalho. Este é confundido com emprego, produtividade, resultado e riqueza; a educação profissional apresenta significados que se tornam instrumentos para ensino, adestramento, preparo para o mercado de trabalho e profissionalização; e o gênero é uma questão sexual aliada à divisão sexual do trabalho que, nesse caso, permanece masculinizada.

Isso ocorre devido à necessidade de sobrevivência dos seres humanos numa sociedade capitalista, dependente do emprego, e não do trabalho, concepção esta abordada e ensinada em cursos de qualificação ou formação profissional. E no próximo capítulo, aborda-se as características e particularidades do Programa Mulheres Mil.

3 PROGRAMA MULHERES MIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A educação profissional ocupou lugar de destaque nos últimos anos, sendo alvo de inúmeras reformas, mudanças estruturais e até a implantação de novos cursos e modalidades. Para exemplificar tais ações, há a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008 e a respectiva expansão para outras localidades, e mais recentemente, em 2011, o lançamento do Programa Mulheres Mil, que ao final de 2013 foi inserido no Pronatec/BSM⁵.

É importante analisar tal programa no contexto das modificações ocorridas na legislação e nos documentos que tornaram possível a sua implementação e execução. Trata-se de um programa inserido numa conjuntura de fortes investidas das classes dominantes para adequar o Estado brasileiro às necessidades de produção e dominação capitalistas voltadas à formação das mulheres em situação de vulnerabilidade social e, no meio dessas contradições, visa-se garantir o mínimo de conteúdos fundamentais ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho.

A fim de apresentar a análise do Programa Mulheres Mil como proposta de formação da classe de mulheres pobres em situação de vulnerabilidade, este capítulo está organizado em subtópicos. O primeiro é composto por algumas informações sobre a rede federal de educação e sua expansão para o município de Itumbiara-GO, seguida da apresentação do início do referido programa.

Na sequência é explicado o marco legal da instituição do Programa Mulheres Mil, seguido de suas ações e objetivos. Ademais, elencam-se os principais pontos do programa no âmbito do Pronatec/BSM e se discutem os cursos ofertados no Programa no IFG – *Campus Itumbiara* e sua relação com o mundo do trabalho no âmbito da cidade de Itumbiara-GO.

3.1 A rede federal e sua expansão para o município de Itumbiara-GO

⁵ O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água, energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhoria da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta, e todas elas são prioridades no plano. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

A rede federal de educação profissional e tecnológica, a partir de 2003, começou a ser expandida, passando de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) para Instituto Federal (IFs) de Educação, Ciência e Tecnologia, com aumento significativo do número de escolas distribuídas geograficamente e diversidade na oferta de modalidades de cursos. Tenta-se manter uma relação com o mercado de trabalho, oferecendo um mix formativo que vai desde a oferta de cursos de pós-graduação a cursos de qualificação.

Inicialmente, a rede federal apresentou-se como um instrumento de política voltada às classes desprovidas, mas atualmente se caracteriza como importante instituição para o acesso das pessoas às conquistas científicas e tecnológicas, com a intenção de se adaptar às diversas mudanças ocorridas no cenário econômico e produtivo ao longo dos anos. Dessa forma, presta “[...] um serviço à nação, dando continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo” (BRASIL, s. d.)

Sendo assim, os IFs foram criados pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008 b), e posteriormente veio a expansão para outras regiões. No caso desta pesquisa, especificamente será abordado o IFG – *Campus* Itumbiara, criado pela Portaria n. 693, de 9 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de junho do mesmo ano (BRASIL, 2008a).

De acordo com o IFG (2010), surge uma nova unidade no contexto da segunda fase da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica⁶, cujo tema era “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Devido ao segmento industrial da cidade, tal *Campus* foi planejado com perfil industrial, com o objetivo de capacitar mão de obra para atender à demanda dos setores de produção local.

Em meio à experimentação do modo de fazer educação profissional na cidade de Itumbiara e às discussões por ele provocadas, em 2011, segundo o IFG (2013), foi lançado um novo programa de educação profissional, na modalidade FIC, denominado Programa Mulheres Mil.

⁶ A rede federal é formada por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 24 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. São 562 unidades em funcionamento e mais de um milhão de matrículas atendidas, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/acesso-a-informacao/institucional/historia/>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

Nesse ínterim, de acordo com IFG (2013), cada vez mais mulheres goianas em situação de vulnerabilidade social tiveram acesso à educação profissional em cursos ofertados pelo IFG, que se estenderam para os demais *campi*. Para ilustrar isso, desde que o IFG aderiu em 2011 ao programa do governo federal direcionado a melhoria do emprego e da renda das mulheres, por meio da educação profissional, tem-se que, Inhumas, Itumbiara e Luziânia foram os pioneiros, atendendo a um total de 300 mulheres. Em 2012, Anápolis e Formosa também aderiram ao programa, permitindo ao IFG aumentar para 480 o número de mulheres atendidas. E para o segundo semestre de 2013, foram abertas 511 vagas, distribuídas em 11 cursos de oito *campi* da instituição.

A seguir será destacado o início do Mulheres Mil, implantado como um projeto em regiões do Norte e Nordeste, em parceria com os governos brasileiro e canadense. Tais aspectos foram o começo para que, a partir das experiências obtidas, a ação fosse ampliada e executada em outras regiões do país por meio de políticas públicas com legislação específica para, enfim, se transformar no Programa Mulheres Mil.

3.2 O projeto Mulheres Mil

Em 2005 foi criado o projeto Mulheres Mil que, segundo Brasil (2011b), tinha como objetivos a elevação da escolaridade, a oferta de qualificação profissional e a inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Teve como propósito promover a cidadania, com resgate da autoestima, melhorias nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo para retornarem às escolas.

A primeira ação – um projeto de extensão de capacitação para camareira – foi fruto de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época Cefet, e os *colleges* canadenses. Isso pode ser confirmado na fala de Eliezer Pacheco (titular da secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação), no documento “Mulheres Mil na rede federal: caminhos da inclusão”, quando explica que:

O Mulheres Mil começou como um projeto voltado para as mulheres do Norte e Nordeste, porque nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país, e também porque naquele momento não tinha como estendê-lo a todo o território nacional. Portanto, a partir do conhecimento adquirido nessa primeira experiência, nosso desejo, nossa intenção e nossa firme determinação é que o Projeto Mulheres Mil seja estendido para todo o território

nacional, todos os núcleos e Cefets da Rede Federal, para que se transforme não somente em um programa, mas em uma política da Setec, da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Trabalhar com as mulheres em situação de risco social é uma das prioridades que nos orientam aqui na Secretaria, portanto, a meta é que o Projeto Mulheres Mil deixe de ser um projeto para ser uma política de inclusão e emancipação das mulheres, capitaneada aqui pela Setec (BRASIL, 2011b, p. 6).

A partir do conhecimento adquirido nessa primeira experiência, o Mulheres Mil foi ampliado a partir de 2007, em caráter experimental, para mais 13 IFs das regiões Norte e Nordeste (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins). Tais estados tinham autonomia para elencar as áreas que cada instituição definiria para o desenvolvimento do curso, sendo feitos diagnósticos e análises do potencial produtivo da região para uma possível inserção das egressas no mercado de trabalho.

Para exemplificar o desenvolvimento do Mulheres Mil nessas regiões, pode-se indicar os projetos desenvolvidos no período, conforme relatado no documento “Mulheres Mil na rede federal – caminhos da inclusão” (BRASIL, 2011b):

- Alagoas: curso “O doce sabor do ser”, direcionado para o setor de alimentos (manipulação), com um total de 27 participantes;
- Amazonas: “Transformação, cidadania e renda”, voltado para o setor de turismo (camareira), com 51 participantes;
- Bahia: “Um tour em novos horizontes”, dos setores de turismo (camareira) e saúde (cuidador familiar), com 122 participantes;
- Ceará: “Mulheres de Fortaleza”, dos setores de turismo (camareira) e alimentos (manipulação), com 50 participantes;
- Maranhão: “Alimentos da inclusão”, do setor de alimentos (congelamento, conservação e manipulação), com 95 participantes;
- Paraíba: “Artesanato e pesca”, dos setores de artesanato e pesca, com 50 participantes;
- Pernambuco: “Alimentos”, do setor de alimentos, com 50 participantes;
- Piauí: “Vestindo a cidadania”, do setor têxtil (moda e confecção), com 60 participantes;
- Rio Grande do Norte: “Casa da tilápia”, do setor de pesca (beneficiamento do couro da tilápia), com 50 participantes;
- Rondônia: “Biojoias – rede de vida”, do setor de artesanato, com 40 participantes;

- Roraima: “Inclusão com educação”, do setor de alfabetização, com 80 participantes;
- Sergipe: “Do lixo à cidadania” e “Pescando conhecimento”, do setor de artesanato (recicláveis; cascos de mariscos e alimentos), com 60 participantes;
- Tocantins: “Cidadania pela arte”, do setor de artesanato (corte e costura) com 75 participantes.

Os cursos eram elaborados de forma a promover uma sistematização adequada da educação profissional no âmbito do Mulheres Mil, considerando as características das pessoas que frequentavam tais atividades:

As beneficiárias tinham entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica. Possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2011d, p. 3).

Em relação às dificuldades de aprendizagem das mulheres que frequentavam os cursos do Mulheres Mil, à falta de acesso escolar e aos baixos índices de escolaridade (com algumas analfabetas, inclusive), constata-se que muitas fazem parte das estatísticas, já que esse é um aspecto relevante com relação à realidade educacional brasileira. Nesse ínterim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015, p. 57) mostra a evolução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade:

Houve uma queda de 3,2 pontos percentuais nessa taxa nos últimos 10 anos, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,5%, em 2004, para 8,3% em 2014. A queda das taxas de analfabetismo ocorreu para todas as faixas etárias, sendo que a população com idade acima dos 65 anos permaneceu com a maior incidência de analfabetismo (26,4%), como era esperado.

Com o intuito de superar essas desigualdades e de ser instrumento para a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades, desde então, “[...] cerca de 1,2 mil mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes” (BRASIL, 2014b) em diversas áreas.

A partir de 2008 foram ofertados mais cursos de qualificação de várias áreas, como de corte e costura, governança (camareira), alimentos, cuidador domiciliar e artesanato, sempre direcionados às inúmeras habilidades das alunas e à vocação da região. Sobre isso:

Vale ressaltar que respeitar as aprendizagens não formais e contribuir para a (re)descoberta de talentos foi uma questão-chave na implantação do Mulheres Mil, e a contribuição valiosa dos *colleges* canadenses, que há décadas implantaram o processo de Reconhecimento da Aprendizagem Prévias (RAP), valida e certifica os conhecimentos acumulados no decorrer da vida (BRASIL, 2011b, p. 8).

Nesse entremeio, a execução do programa ocorreu nacionalmente por meio de um sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, como dito antes. Aqui, de acordo com Brasil (2011b), a ação foi implantada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e contou com a parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e *colleges* parceiros. Nos estados, os IFs, para a execução do projeto, tiveram a participação de diversos parceiros governamentais e não governamentais.

A valorização do Mulheres Mil vincula-se tanto ao fato de tentar inserir as mulheres em situação de vulnerabilidade numa realidade que antes estava distante de suas condições sociais, quanto a uma concepção que se estabeleceu como a ligação linear entre o desenvolvimento econômico e a qualificação profissional, sendo um instrumento de promoção social para as camadas populares menos favorecidas. Portanto, pode-se inferir que:

Além de apresentar impactos e desdobramentos que podem ser contabilizados em números, ao implantar o Mulheres Mil, as instituições construíram ferramentas de visibilidade e acesso para um público que há décadas sequer ousava atravessar o portão de entrada de um IF. Por isso, mais do que um projeto, essa ação representou o comprometimento com a inclusão social e, consequentemente, contribuiu para a construção de um país mais justo e igualitário e para o alcance das Metas do Milênio, promulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aprovadas por 191 países que se comprometeram com a promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, a erradicação da extrema pobreza e da fome e a garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2011b, p. 10).

O excerto anterior vai ao encontro do que foi relatado no documento “Mulheres Mil na rede federal – caminhos da inclusão”, pela docente do Niagara College, Marti Jurmain, quando explica sua percepção e importância do momento da implantação e expansão do programa, com base nas experiências do projeto-piloto. Para tanto, menciona o fato de que: “O presidente Lula queria estratégias para diminuir a pobreza, os institutos estavam interessados em apoiar as mulheres e havia mudança nas instituições que estavam se transformando em Institutos Federais. Foi o momento perfeito!” (BRASIL, 2011c, p. 17).

Desde a efetivação do projeto-piloto já havia uma preocupação com o alcance dos objetivos relacionados com a disponibilidade de emprego para as egressas do Mulheres Mil, como é apresentado a seguir:

Há uma expectativa que os empregadores contratem as mulheres uma vez que lhes sejam ofertadas atualização acadêmica ou capacitação voltada para os programas e com preparação e auxílio visando a procura de emprego. No Projeto Piloto ARAP, um grupo de hoteleiros em Natal concordou em ofertar estágios para todas as mulheres (aproximadamente 30) que concluíram um programa de capacitação de curto prazo em governança. A representante da associação de hoteleiros discursou na cerimônia de graduação e estava entusiasmada quanto ao desejo da associação em contratar as mulheres de origens não-tradicionais (BRASIL, 2005, p. 37).

Importante exemplificar também a visão dessas mulheres trabalhadoras, formais ou não, e a realidade vivida por elas com relação a duas dimensões (qualificação e trabalho), para auxiliar na compreensão destas na ótica das mulheres vulneráveis e frequentes de tais cursos. É preciso considerar as múltiplas dimensões e significados, utilizando para isso alguns relatos de alunas participantes do Projeto Mulheres Mil.

A princípio, no Instituto Federal da Bahia (IFBA), foi possível apreender que tanto na profissão de camareira quanto na de cuidador domiciliar, as alunas lograram êxito ao acessar o mercado de trabalho. A maior parte delas atuava como empregada doméstica ou como faxineira, e a capacitação na área de saúde proporcionou uma nova atuação profissional, com melhores possibilidades de trabalho e remuneração, conforme relatado abaixo:

Melhorou muito o relacionamento com as pessoas, minha vida ficou melhor. Eu agora conheço outras pessoas, tô no meu trabalho; pra mim, tá bom. Estou comprando minhas coisinhas, tô pagando minhas contas. Esse trabalho eu consegui pelo curso, pela qualidade e pelo curso, porque nesse meio de trabalho a gente tem que ter o curso para receber o certificado, para comprovar que sabe cuidar de idoso. Quando eu fui acertar, a mulher já perguntou para mim: “Você

tem o certificado?”. Respondi: “Tenho, sim!”. “Tem a apostila?”, aí eu disse: “Tenho!”. Porque a apostila diz como a gente tem que lidar com o idoso. Antes de terminar, eu já comecei a trabalhar (BRASIL, 2011b, p. 32-39).

Nesse sentido, cita-se também a atuação do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) com Chico Mendes, para abrir perspectivas de trabalho por meio da oferta de capacitação na área de gastronomia com a articulação de parcerias com outras instituições para ministrar a parte prática. Por meio do aproveitamento dos conhecimentos prévios na área de alimentos de muitas mulheres, foi possível aliá-lo aos seus trabalhos, como a venda de comidas na praia e de salgados e doces por encomenda.

Percebe-se, na fala de uma aluna, que a busca por esse tipo de curso ocorre, muitas vezes, na expectativa de conseguir a inserção no mercado de trabalho ou, ainda, de melhorar a qualificação de uma área em que já atua:

Para as mulheres, esse projeto significa ter um lugar ao sol, uma profissão. Aqui na Chico Mendes, o Mulheres Mil dá oportunidade de crescimento, porque muita gente tem vontade, mas não tem oportunidade. São mulheres que não tiveram oportunidade de estudar e, às vezes, foram mães na adolescência, sem nenhuma estrutura, que arrumaram também companheiros sem grau de escolaridade. E eles são muito machistas, acham que mulher não pode trabalhar. O curso prepara para o mercado, porque tem essa parte de manipulação de alimentos, tem aula de etiqueta social no trabalho. Na manipulação de alimento, que, às vezes, a pessoa não leva em conta, aprendemos o quanto é importante, porque a gente está cuidando da vida do outro. Em português, a gente aprende a se expressar, a entender, a escutar o outro, porque a gente só quer impor. Aprende a trabalhar em equipe, porque sem o outro a gente não faz nada. E na parte de matemática, tudo que a gente faz leva matemática: peso, medida, divisão, o uso de porcentagem. Isso aí prepara para o mercado. Então é uma oportunidade que elas abraçam com unhas e dentes e que pode gerar trabalho. E eu creio que, com essa oportunidade, as portas se abrirão mesmo, tanto para quem vai abrir um negócio, como para quem vai trabalhar no mercado: num restaurante, num hotel (BRASIL, 2011b, p. 32-39).

Outros resultados destacados por OIE (2010) merecem ser comentados, como o fato de que 20% das egressas foram inseridas no mercado de trabalho, com vínculo empregatício, e aproximadamente 40% das que concluíram os cursos de capacitação do Programa Mulheres Mil atuavam de forma autônoma, com confecção e comercialização de produtos.

Em Sergipe, por exemplo, um grupo de ex-alunas resolveu trabalhar por conta própria, produzindo artesanalmente almofadas, roupas de cama e colares. Da mesma maneira, no

Maranhão, mulheres capacitadas pelo programa produzem e comercializam doces e salgados; em Aracaju, havia uma articulação para a cessão de barraca, para que as mulheres formadas em artesanato comercializassem seus produtos; e no Piauí existia a primeira iniciativa para formar uma associação de produção e comercialização de peças de decoração com tecidos das discentes.

Infere-se, a partir dessas informações, que na maioria dos casos há uma flexibilidade sexuada na relação de trabalho ali existente, já que as mulheres ocupam trabalhos precários, informais, cooperativados, em domicílio, autônomos e flexíveis, conforme discutido no capítulo anterior, e “[...] além de manter um enorme exército de reserva de desempregados e desempregadas que proliferaram em todas as partes do mundo” (ANTUNES, 2005 apud VILASBOAS, 2011, p. 218). Portanto, “[...] a flexibilidade aumenta as desigualdades entre homens e mulheres quanto a condição de trabalho e emprego” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 104).

É possível observar que alguns tipos de trabalho como autônomo, em domicílio e associativo, com perspectiva da economia solidária e presentes no Brasil, estão inseridos cada vez mais num processo de precariedade e desregulamentação. Assim como “[...] em quase todos os postos de trabalho instáveis, as cooperativas e associações absorvem uma maioria significativa de mulheres no seu interior de seus empreendimentos o que torna essencial lançar um olhar com uma perspectiva de gênero sobre suas iniciativas” (VILASBOAS, 2011, p. 217).

Por outro lado, alguns autores explicam que, a exemplo das alternativas inovadoras na geração de trabalho e na inclusão social no contexto dos cursos do Mulheres Mil, há a economia solidária, que pode ser um dos caminhos possíveis para a construção de relações de gênero mais igualitárias e a melhoria das condições de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social, conforme afirma Guérin (2005, n. p. apud VILASBOAS, 2011, p. 218). Para tanto, é importante dar visibilidade às demandas das egressas e direcionar melhor a elaboração de políticas públicas, de maneira adequada, às mulheres nesses empreendimentos e em vários postos de trabalho, distanciando-as daqueles marcados por vulnerabilidades e instabilidades.

A partir desses pressupostos, a experiência e o conhecimento acumulado serviram de base à implantação do programa para o restante do Brasil. Então, cessa-se a cooperação com Canadá e ocorre a transformação do Mulheres Mil em uma política permanente da rede federal, ofertada nas unidades dos IFs espalhadas no país.

3.3 Marco legal da instituição do Programa Mulheres Mil

A Portaria do MEC n. 1.015 (BRASIL, 2011f) estabeleceu o Programa Mulheres Mil direcionado à formação profissional e tecnológica articulada com a elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. É uma das prioridades das políticas públicas do governo federal descritas no III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e está entre as ações do BSM constante no Plano Plurianual (PPA 2012/2015), relacionado à meta de erradicação da pobreza extrema.

Tal ação tem como finalidade promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres para uma possível inserção no mercado de trabalho, além de oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social, voltada ao acesso à educação profissional, ao emprego e à renda.

No tocante à abrangência dos cursos e programas de educação profissional e tecnológica, tal dispositivo legislativo apresenta, no art. 4º, inciso I, a formação inicial e continuada de trabalhadores; e no inciso II, a educação profissional técnica de nível médio. Já no parágrafo 3º, explica que: “Os cursos do Programa Mulheres Mil, destinados à formação inicial e continuada, deverão contar com carga horária mínima de 160 horas”.

Com a criação do Mulheres Mil, a educação profissional na modalidade FIC foi direcionada às populações vulneráveis econômica e socialmente, neste caso, a população feminina na faixa etária a partir de 18 anos. Esta, por sua vez, historicamente esteve em desvantagem no mercado de trabalho, não sendo parte do público-alvo dos cursos ofertados por não ter condições financeiras para arcar com despesas de seus estudos; apresentar escolaridade insuficiente, com dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima; ou por não fazer parte de ações específicas de qualificação enfatizadas nas políticas públicas.

O referido programa operou de forma a abranger os territórios brasileiros, seguindo pressupostos definidos nacionalmente por meio de legislações, resoluções, planos, guias metodológicos, cooperação internacional e outros termos de referência acordados por vários entes como governos, empresários, gestores, entre outros.

De acordo com Brasil (2011d), no PPA 2012/2015 várias ações reforçam a justificativa de desenvolvimento e oferta do programa em uma política pública, pois levam à formação

educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres, visando à diminuição de problemas sociais e às melhorias nas condições de vida, das famílias e da comunidade.

Nesse viés, as políticas públicas de trabalho, emprego e renda devem ser direcionadas à “[...] inclusão produtiva dos mais pobres mediante cursos de qualificação profissional, intermediação de emprego, ampliação da política de microcrédito e incentivo à economia popular e solidária” (BRASIL, 2011d, p. 170).

Portanto, tal documento contempla a temática, com meta de ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Como mostra Brasil (2011d), tenciona-se promover a autonomia econômica das mulheres com a implantação de ações específicas, tendo como eixo norteador as políticas de redução da pobreza e as desigualdades existentes entre mulheres e homens. Isso colabora sobremaneira para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho e a possível inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo.

Entre as principais metas do Programa para o período 2012-2015 estão elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 563; ampliar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; oferecer 8 milhões de vagas de educação profissional e tecnológica, com a concessão de 3 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda; **ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social;** e elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional. Essas metas visam a traduzir os compromissos enunciados no PNE 2011-2020 proposto pelo Poder Executivo do governo federal no PPA e demandam a atuação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 2011d, p. 147, grifos nossos).

O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM 2013/2015) é visto como outro elemento estrutural da configuração de um Estado democrático que colabora para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres aprovada a partir de 2004, referendada em 2007 e em 2011 nas respectivas conferências. Em todo o documento é possível visualizar a descrição de assuntos direta ou indiretamente relacionados a ações que perpassam pelo Mulheres Mil, na tentativa de mudar o retrato histórico de boa parte da população feminina vulnerável que ainda não tem (ou tem precariamente) acesso a bens e serviços

fundamentais – tal aspecto acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade.

Quando se refere à promoção da igualdade no mundo do trabalho e à autonomia econômica das mulheres, o III PNPM 2013/2015 apresenta os seguintes objetivos específicos:

Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos; Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social; Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e a garantia de direitos; [...] Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil); Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Mulheres Mil); Ampliar a taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho; Estimular a formulação e difusão de dados e indicadores sobre o trabalho das mulheres; Garantir que no mínimo a metade dos beneficiários do Bolsa-Formação Inclusão Produtiva para beneficiárias do Bolsa-Família, no âmbito do Pronatec, sejam mulheres (BRASIL, 2013b, p. 14-15).

Souza (2010, p. 69) resume “[...] a política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. No momento em que governos democráticos expressam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, formulam-se políticas públicas que consequentemente irão produzir resultados ou mudanças no mundo real.

Com o escopo de ser um programa embasado nas políticas públicas, com capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social de uma parcela de pessoas do sexo feminino, o Mulheres Mil foi integrado no contexto dos IFs para atender à demanda do mercado de trabalho, alinhado ao perfil da população-alvo e orientado pelo setor produtivo ou do empreendedorismo, com atenção à diversidade social, econômica das mulheres frequentes dos cursos. Para tanto, se fundamentou no enfoque metodológico e operacional denominado Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito, que leva em consideração os objetivos do programa e o uso de temas transversais para a formação cidadã, dentre eles:

[...] elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promoção a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2014b).

O Programa Mulheres Mil é organizado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Por meio de uma metodologia específica, procura potencializar os múltiplos saberes das mulheres, as histórias, o aprendizado e a vivência, transformando-os em qualificação profissional para propiciar a adequada inserção no mundo do trabalho.

A seguir discutiremos as ações e os objetivos do programa, analisando a implantação e os impactos para oferecer alguns indicadores na compreensão do que se efetivou ou não no âmbito do Mulheres Mil. Tal encaminhamento visa descrever o programa em sua totalidade, com desenhos e formulações que se desdobraram em sistemas de informação com reformulações necessárias, por meio da prática; e em um sistema de acompanhamento e avaliações, em que foi aprovada uma nova legislação ou apenas uma complementação a ela.

3.3.1 Ações e objetivos do Programa Mulheres Mil

Nos documentos que instituem e normatizam o programa consta como o principal dos objetivos o aumento do acesso das mulheres pobres, sejam elas dona de casa, empregadas domésticas, desempregadas, empreendedoras, autônomas ou informais etc., aos cursos de qualificação, correlacionando o acréscimo da escolaridade, a inserção no mercado de trabalho e a superação, no nível individual, da pobreza extrema e, consequentemente, da comunidade em que vivem e da sociedade como um todo. Em suma, tem-se que:

O programa pretende ampliar o atendimento, garantindo o direito à educação, oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente. Assim, contribuirá para reduzir os índices de miséria e pobreza, para elevar níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País, com mais equidade e justiça social (BRASIL, 2011e, p. 8).

Entretanto, a melhor qualificação delas poderá ou não resultar em melhores condições de vida e inserção no trabalho. Como afirma Kuenzer (2007b), as políticas e os programas de educação profissional para essa classe visam à inclusão social e estão sempre subordinadas às demandas do processo de acumulação, sendo uma forma de inclusão excludente, já que os desempregados e as pessoas em situação de pobreza experimentam dois processos que mantêm uma relação dialética entre si:

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para inclui-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um

movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas ‘professadas’ na direção da democratização, aumenta-se a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas se precarizam os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão nem permanência (KUENZER, 2007b, p. 492-493).

De acordo com o relatório “Tendências Mundiais de Emprego 2014”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014), para melhorar as condições laborais é primordial reduzir a informalidade, já que ela afeta quase um em cada dois trabalhadores. O relatório orienta que é importante uma mudança rumo a políticas mais favoráveis para o emprego, e um aumento da renda derivada do trabalho impulsionaria o crescimento econômico e a criação de novas vagas.

Além disso, para a OIT, é fundamental fortalecer a proteção social e a transição para o emprego formal, pois se observa que o emprego informal continua alto e representa cerca de 48% do mercado de trabalho. Nesse sentido, o ritmo de melhoria na qualidade do emprego está diminuindo, o que indica que um número menor de pessoas está saindo da pobreza: em 2013, em âmbito mundial, o número de trabalhadores em situação de extrema pobreza diminuiu apenas 2,7%, sendo esta considerada uma das taxas mais baixas da última década.

A partir dessas análises, pontuam-se alguns objetivos do Programa Mulheres Mil que estejam relacionados aos assuntos abordados nesta pesquisa, por meio do delineamento dos estudos sobre o programa, associados à avaliação da trajetória das egressas no mundo do trabalho. De acordo com Brasil (2011e, p. 9), tais objetivos são:

- Estímulo à inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Possibilidade do acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;
- Oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- Articulação de mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade;
- Estruturação e implantação do Observatório do Mulheres Mil.

No tocante à implantação ou não do último item, e devido à dificuldade em encontrar tais informações em documentos oficiais ou na página do programa, foi solicitada essa informação

por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão⁷ (e-SIC), resultando na seguinte resposta:

Sra. em atendimento a sua solicitação, através da Consulta no e-SIC, protocolada sob nº 23480003914201648, a Coordenação Geral da Bolsa Formação da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Goiás nos informou que no IFG não foi criado o Observatório Mulheres Mil. O Programa Mulheres Mil, atualmente, está sob responsabilidade da PROEX, uma vez que o mesmo faz parte do Pronatec. Portanto, para obter informações acerca do Programa deve-se entrar em contato com a Coordenação Geral da Bolsa Formação, na PROEX [...].

Portanto, a solicitação de informações foi plenamente atendida, e o documento completo contendo esses dados se encontra no Apêndice 4. Os dados disponibilizados pelo e-SIC contribuíram para verificar que a ação referente ao Programa Mulheres Mil (e que ainda não fazia parte do Pronatec) não foi realizada. Caso isso tivesse sido feito, poderia ter contribuído com um melhor monitoramento e direcionamento da trajetória das egressas no mundo do trabalho, colaborando com a produção, as análises e as pesquisas de informações com esse público em específico, assim como nortear as adequações necessárias para que o programa não se torne mais um entre vários outros.

Além de analisar tal questão na presente pesquisa, sugere-se que seja criado o Observatório do Mulheres Mil no Observatório do Mundo do Trabalho que já existe no âmbito do IFG ou em conjunto com outros observatórios, a exemplo do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Nesse contexto, as metas a serem atingidas, entre 2011 e 2014, previam inicialmente a “[...] formação de 100 mil mulheres, moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano e/ou integrantes dos territórios da cidadania” (BRASIL, 2011e, p. 9), cujos impactos esperados seriam a redução das desigualdades sociais para erradicar a pobreza no país; a melhoria dos índices de equidade e igualdade de gênero no Brasil, bem como da renda familiar e do desenvolvimento sustentável nas comunidades vulneráveis beneficiadas pelo programa; a redução do analfabetismo, com oferta de educação profissional para alunas que estavam fora do convívio escolar etc.

Até 2012, o programa era executado em 210 *campi* da rede federal. Já em 2013, expandiu para 241 *campi*; logo, nos “[...] três anos iniciais de execução, o programa alcançou o número

⁷ O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) foi criado pela Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso à informação (BRASIL, 2011g).

expressivo de 37.183 mulheres qualificadas, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho” (BRASIL, 2014c, p. 50).

Para que tais elementos fossem cumpridos, houve a construção de uma rede de parceiros na viabilização da oferta educacional e na trajetória do processo formativo, com a difusão de informações dos cursos do Programa Mulheres Mil entre os membros das comunidades e outras instituições que colaboraram para a efetivação do programa. Quando necessário, as parcerias eram feitas com sistemas educacionais públicos municipais, estaduais ou federais para a publicação dos cursos, além da criação de alternativas para viabilizar e contemplar os arranjos produtivos locais, o empresariado local, as organizações de empreendedorismo e as trabalhadoras autônomas.

Como esta pesquisa se centra na modalidade de cursos FIC, são inúmeras as possibilidades de parcerias para a oferta de formação profissional com elevação de escolaridade. Cita-se as “[...] secretarias municipais e estaduais de educação, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, redes estaduais de educação, sistema S: Sebrae, Senai etc. e organizações empresariais” (BRASIL, 2011a, p. 27).

Evidencia-se, porquanto, que as ações baseadas no recorte de trabalho, gênero e educação, implantadas para o funcionamento de tal programa, tiveram o objetivo comum de ampliar o acesso da classe de mulheres vulneráveis a um universo de possibilidades em uma instituição escolar, por meio do aprendizado. Houve a qualificação delas para uma perspectiva de mobilidade no mercado de trabalho, a exemplo do emprego formal, com o desenvolvimento de um empreendimento próprio e/ou aperfeiçoamento de algo já existente. No próximo subitem será apresentada a migração do Programa Mulheres Mil para o Pronatec/BSM, com as respectivas alterações.

3.3.2 Programa Mulheres Mil no âmbito do Pronatec/BSM

Com a finalidade de ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres pobres, em especial as beneficiárias do Programa Bolsa-Família, o MDS e o MEC, no início de 2014, instituíram uma parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Pronatec, no campo do BSM: “E assim aproxima a temática da qualificação profissional de mulheres à rede socioassistencial” (BRASIL, 2014a, p. 4).

Os cursos são ministrados a mulheres com histórias de vida e identidades comuns, o que permite identificar grupos produtivos que trabalham sem relação com o mercado formal, mas com potencial para se organizarem em coletivos integrados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais ou para se estabelecerem como microempreendedoras individuais. Em 2014 foram ofertadas 81.521 vagas em 694 municípios de todos os estados do país, com a disponibilidade de 176 tipos de cursos (BRASIL, 2015, p. 63-64).

Cabe salientar que o público-alvo são mulheres a partir de 16 anos (houve uma mudança em tal idade, podendo abranger uma quantidade maior de pessoas, já que antes era a partir de 18 anos). De fato, é um desafio abarcar pessoas jovens e adultas relacionadas com o recorte de exclusão e a particularidades como “[...] chefes de famílias, em situação de pobreza extrema, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico”, e apresenta, ainda, uma “[...] vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, referencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM” (BRASIL, 2014a, p. 6).

Dispõe-se, então, que “[...] no âmbito do Pronatec, a Bolsa-Formação oferece, gratuitamente, cursos técnicos para quem já concluiu e para quem está cursando o Ensino Médio, bem como cursos FIC ou de qualificação profissional” (BRASIL, 2014a, p. 5). Consequentemente, a mesma organização envolvida com o Pronatec/BSM operacionaliza o Programa Mulheres Mil no Pronatec/Bolsa-Formação.

Nesse contexto, o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada direciona os cursos FIC a serem ofertados, com o intuito de consolidar as políticas públicas que objetivam aproximar o mundo do trabalho do universo da educação. Com a concessão de bolsas-formação, pretende-se custear a matrícula de estudantes e trabalhadores em cursos FIC ou de qualificação profissional e cursos técnicos de nível médio, sendo que os valores concedidos correspondem ao custo total do curso por estudante.

Essa ação é regida pela Portaria MEC n. 168, de 7 de março de 2013 e tem, no artigo 5º, parágrafo 3º, que:

Os Programas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desenvolvidos no âmbito da Rede Federal de EPT e articulados à oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) poderão ser desenvolvidos por intermédio da Bolsa-Formação Trabalhador, conforme critérios, diretrizes e procedimentos definidos em ato do Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) (BRASIL, 2013c, p. 3).

A modalidade de demanda discutida no documento é caracterizada como exclusiva, compreendendo um determinado público que requer a composição de turmas exclusivas em virtude de especificidades do perfil – nesse caso, mulheres em situação de vulnerabilidade. Assim, garantir-se-á uma interação melhor das alunas nos cursos, bem como a permanência e o êxito em todo o processo de formação e qualificação profissional.

No Quadro 1 é possível visualizar a lista de modalidades de demanda, inclusive o Pronatec/BSM Mulheres Mil:

Quadro 1. Lista de modalidades de demanda

Parceiro demandante	Modalidade de demanda	Tipo
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Pronatec Agro	Compartilhada
Ministério da Cultura	Pronatec Cultura	Compartilhada
Ministério da Defesa	Pronatec Exército	Exclusiva
Ministério da Defesa	Pronatec Aeronáutica	Exclusiva
Ministério da Defesa	Pronatec Marinha	Exclusiva
Ministério da Defesa	Pronatec Exército Reserva	Compartilhada
Ministério da Defesa	Pronatec Aeronáutica Reserva	Compartilhada
Ministério da Defesa	Pronatec Marinha Reserva	Compartilhada
Ministério da Defesa	Pronatec Marinha Mercante	Compartilhada
Ministério da Educação	Pronatec Projovem Urbano	Exclusiva
Ministério da Educação	Pronatec EJA Técnico Integrado	Exclusiva
Ministério da Educação	Pronatec EJA Técnico	Concomitante/Compartilhada
Ministério da Educação	Pronatec EJA/FIC	Compartilhada
Ministério da Educação	Pronatec Serviços Públicos	Exclusiva
Ministério da Justiça	Pronatec Sistema Prisional	Compartilhada
Ministério da Justiça	Pronatec Sistema Prisional em Regime Fechado	Exclusiva
Ministério da Pesca e Aquicultura	Pronatec Pesca e Aquicultura	Compartilhada
Ministério da Previdência Social	Pronatec Reabilitação Profissional	Prioritária
Ministério das Comunicações	Pronatec Comunicações	Compartilhada
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Pronatec Campo	Compartilhada
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Brasil sem Miséria	Compartilhada
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pronatec Mulheres Mil	Exclusiva

Fonte: Adaptado de Brasil (2015, p. 44, grifos nossos).

Nessa perspectiva, pode-se verificar que o principal demandante da Bolsa-Formação é o MDS, já que ele abarca duas principais modalidades (Pronatec/BSM e Pronatec Mulheres Mil).

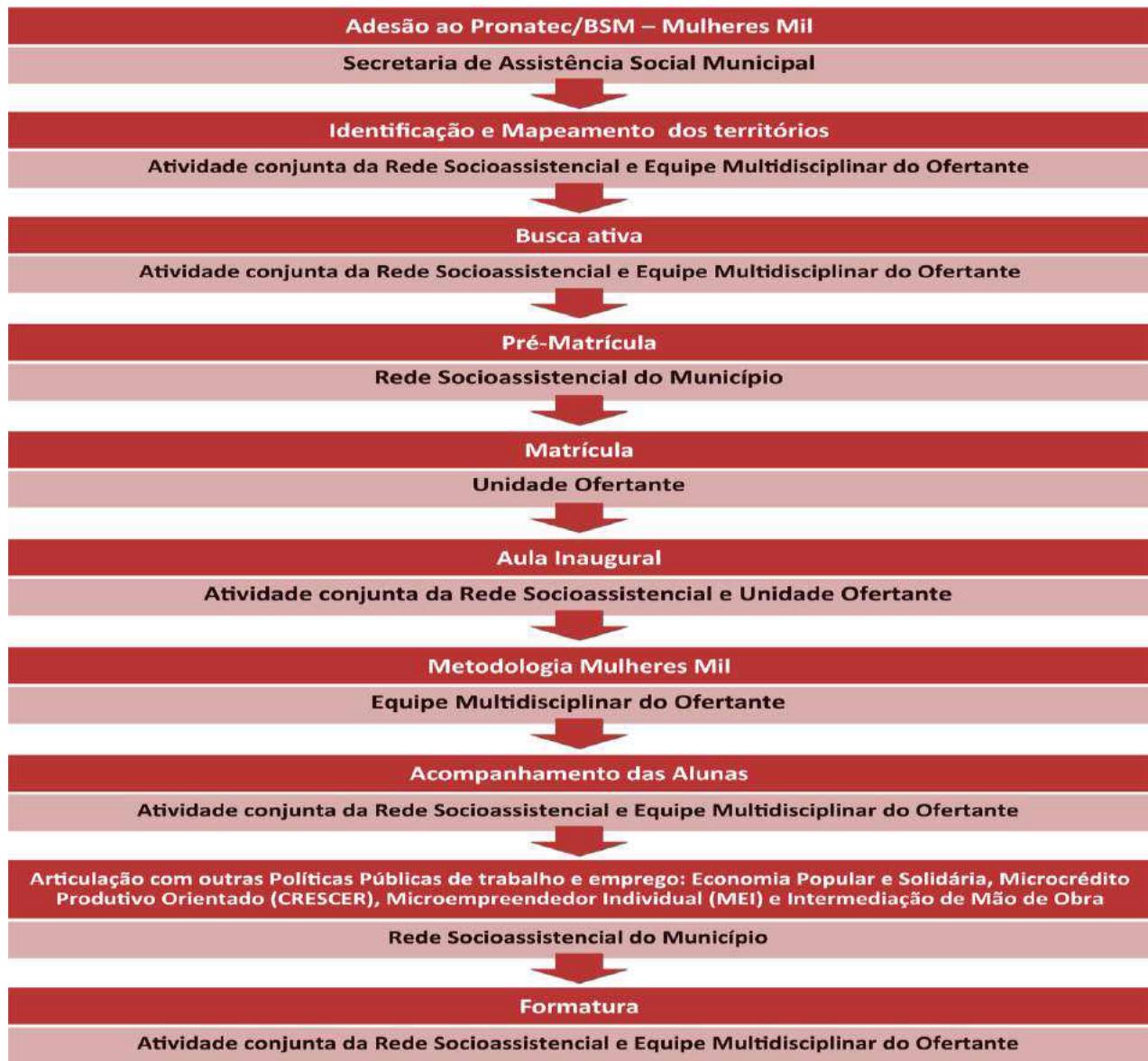
O parceiro demandante realiza os processos de mobilização e de seleção do público destinatário das vagas, observando as prioridades estabelecidas na Lei do Pronatec e em consonância com as políticas, projetos ou ações que motivam as demandas apresentadas. Por exemplo, na medida em que o MDS define como prioridade o atendimento a mulheres cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) e em situação de vulnerabilidade social, no caso do **Pronatec Mulheres Mil**, terá de utilizar mecanismos de seleção que favoreçam o atendimento previsto. [...] cabe ao parceiro demandante monitorar a execução dos cursos e articular estratégias para que os egressos acessem as oportunidades ocupacionais identificadas no mapeamento da demanda. Os demandantes anteriormente mencionados possuem interlocutores distribuídos nos estados e nos municípios, em unidades demandantes. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por exemplo, são unidades demandantes do MDS. As diversas redes de educação profissional e tecnológica reconhecidas no país desempenham o papel de parceiro ofertante (BRASIL, 2015, p. 29, grifos nossos).

Assim, há articulação entre a rede socioassistencial – como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) vinculado às prefeituras e/ou secretarias estaduais de assistência social –, os IFs e as escolas técnicas ligadas às escolas federais, os sistemas S para obter resultados adequados nessa nova fase do Pronatec/BSM Mulheres Mil. Tal direcionamento visa às “[...] ações de busca ativa, a identificação do público-alvo, mobilização, sensibilização, encaminhamento e acompanhamento da trajetória das participantes, bem como nas etapas de estruturação dos cursos e serviços de apoio” (BRASIL, 2014a, p. 6). Essas ações colaboraram para uma interação com as mulheres e suas comunidades e territórios, proporcionando, além do conhecimento das demandas locais, as potencialidades de atendimento do referido público-alvo.

Diante disso, a Bolsa-Formação possui duas modalidades, referentes ao trabalhador e ao estudante. A primeira, foco deste estudo, é direcionada à oferta de cursos FIC ou à qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas, universo no qual se encontravam as mulheres estudadas na pesquisa.

Por conseguinte, apresenta-se no Quadro 2 o passo a passo da execução Pronatec/BSM Mulheres Mil, para explicar o caminho percorrido para a efetivação do programa, bem como os responsáveis (equipes da rede socioassistencial do município e equipes multidisciplinares dos ofertantes) por acompanharem as alunas no que diz respeito às possibilidades de emprego e renda.

Quadro 2. Passo a passo da execução do Pronatec/BSM Mulheres Mil



Fonte: BRASIL (2014a).

Há uma cadeia estruturada para o programa ser executado, que vai desde o momento de adesão à oferta dos cursos, perpassando por identificação e mapeamento dos territórios, além de várias ações, até chegar à certificação das alunas. Importante destacar aqui algumas etapas que se relacionam com o mundo do trabalho, como na identificação e no mapeamento dos territórios, em que “[...] um diagnóstico referente ao potencial econômico e as oportunidades de trabalho no território deverá ser feito, bem como abranger a situação e condição de vida das mulheres que

trabalham e vivem nos municípios, observando a situação de vulnerabilidade” (BRASIL, 2014a, p. 13). Nesse caso, o diagnóstico econômico abarcará “[...] o conhecimento sobre os arranjos produtivos, sociais e culturais potenciais e existentes e o universo de possibilidades de emprego e renda na área de abrangência do Pronatec Mulheres Mil” (*ibidem*, p. 13).

Outro ponto seria a articulação de políticas públicas de trabalho e emprego que se baseia na promoção do “[...] acesso ao emprego (via qualificação profissional e intermediação de mão de obra⁸), do empreendedorismo individual e do trabalho associativo (por meio do Microempreendedor Individual e da Economia Solidária [...])” (BRASIL, 2014a, p. 20).

Diante do exposto, há uma estratégia de inclusão produtiva urbana do plano BSM que promove a qualificação profissional do público inscrito no CadÚnico e cria um conjunto de políticas públicas de trabalho e renda que poderão ser ofertadas às mulheres capacitadas pelo Pronatec Mulheres Mil. Visam-se às ações para o acesso ao emprego por meio da qualificação profissional e intermediação de mão de obra, do empreendedorismo individual e do trabalho associativo com o auxílio do Microempreendedor Individual e da Economia Solidária, apoiados em serviços de formalização, assistência técnica e fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado, o que pode ser complementado pelos programas existentes no estado ou no município.

Os envolvidos na efetivação dessas ações devem entender que o emprego formal “[...] não é o único meio para que as mulheres matriculadas em cursos de qualificação se insiram no mundo do trabalho. Essas mulheres podem, também, ser orientadas a se firmarem como microempreendedoras individuais ou a integrarem empreendimentos de Economia Solidária” (BRASIL, 2014a, p 21).

Ao discutir sobre as estratégias elencadas nos documentos para a efetivação das mulheres no mundo do trabalho por meio da qualificação obtida nos cursos ofertados no Pronatec Mulheres Mil, ressalta-se que o perfil dessas alunas deve ser levado em consideração, já que possuem particularidades que podem dificultar a permanência delas nos cursos, bem como a inserção no mercado de trabalho.

Cabe acrescentar, neste ponto, o Quadro 3, que apresenta o perfil das estudantes que cursam o Pronatec/BSM e foi produzido por meio de uma pesquisa com o relato dos próprios participantes e de pessoas próximas à execução do programa na esfera municipal, em que “[...]

⁸ Segundo Brasil (2014a, p. 20), entende-se por intermediação de mão de obra o “[...] apoio à colocação do trabalhador no mercado de trabalho, por meio do encaminhamento de trabalhadores cadastrados nas agências do SINE às vagas identificadas, e outras ações de articulação”.

cada coluna corresponde não apenas a perfil abstrato, mas a narrativa coerente de trajetórias pessoais, motivações, dificuldades e demandas frente ao programa, observadas em campo” (BRASIL, 2015, p. 100-101). Convém salientar que isso exemplifica características que podem ser semelhantes para o público do Pronatec Mulheres Mil.

Quadro 3. Perfil das alunas do Pronatec/BSM

Grupo	Mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar e chefe s de famílias monoparentais
Perfil socioeconômico	Pertencentes a famílias menos estáveis financeiramente; muitas responsabilidades familiares; baixa escolaridade; ocupam as franjas inferiores do CadÚnico.
Situação laboral	Pouca experiência no mercado de trabalho formal; histórico de evasão escolar; desempregadas ou trabalhadoras informais.
Motivação estratégica para frequentar o Pronatec	Qualificar-se para exercício de atividade laboral que lhes garanta autonomia.
Cursos tipicamente almejados	Salgadeiro, corte e costura, manicure.
Ambições profissionais	Autonomia laboral via empregos, com horários mais flexíveis ou abertura de próprio negócio.
Principais dificuldades com relação aos cursos	Afazeres domésticos e cuidados familiares lhes demandam tempo e “competem” com a frequência às aulas e o tempo de estudo.
Grau de desistência	Alto.
Motivos da desistência	Ausência de creches e de uma rede de apoio que lhes possibilite frequentar as aulas.
Principais dificuldades frente ao mercado de trabalho	Acesso a microcrédito (especialmente para adquirir instrumentos de trabalho) e à assistência técnica especializada.
Principais demandas e sugestões	Fomento de cooperativas; facilitar acesso a orientações técnicas e crédito; flexibilidade das ofertantes com relação a atrasos e faltas.

Fonte: Brasil (2015, p. 44).

Conforme a referida pesquisa, o perfil aqui apresentado das mulheres que frequentaram os cursos se refere a pessoas mais velhas, com filhos em idade escolar, que muitas vezes têm dificuldades para concluir os cursos devido à manutenção de papéis tradicionais no cuidado familiar, como filhos e outros membros da família, sendo frequentemente as provedoras da renda familiar.

A inserção dessas pessoas no mercado de trabalho é mais difícil por terem baixa escolaridade (algumas abandonam os estudos) e pouca ou nenhuma experiência no mercado formal de trabalho. Elas ocupam as posições inferiores do CadÚnico e têm, no benefício do Bolsa-Família uma importante fonte de recursos.

Há muitas preocupações relacionadas a desenvolver estratégias e ações para uma inserção no mercado de trabalho das egressas que frequentaram Programa Mulheres Mil. Logo, é fundamental intensificar o estudo sobre a colocação dessas pessoas no mercado de trabalho (um dos objetivos desta pesquisa), conforme o relato das próprias mulheres. Por outro lado, em Brasil (2015, p. 70) é preconizado que se deve aprofundar as investigações, mas com “[...] base nos resultados dos cruzamentos entre as bases de dados do Pronatec, do Cadastro Único, do Bolsa-Família, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)”.

O debate em torno dessa temática traz um assunto importante quando se aborda o mundo trabalho. Com isso, no próximo item serão abordados os cursos ofertados no IFG – *Campus Itumbiara*, buscando aproximar dos arranjos produtivos locais, como preconizado pelos inúmeros documentos já citados anteriormente. Vale ressaltar que os cursos analisados são do período de 2012 a 2014, visando compreender os períodos anteriores (quando era apenas o Programa Mulheres Mil) e posteriores à inserção no Pronatec/BSM Mulheres Mil.

3.3.3 Os cursos ofertados no Programa Mulheres Mil do IFG – Campus Itumbiara e sua relação com o mundo do trabalho no âmbito da cidade de Itumbiara-GO

A execução dos cursos do Mulheres Mil envolve, dentre outros itens, a identificação e o mapeamento dos territórios⁹, direcionados a verificar o potencial econômico e as oportunidades de trabalho existentes nesses locais. Portanto, “[...] o diagnóstico econômico deve abranger o conhecimento sobre os arranjos produtivos, sociais e culturais, e existentes e o universo de possibilidades de emprego e renda nas áreas de abrangência do Pronatec Mulheres Mil” (BRASIL, 2014a, p. 13).

Dessa maneira, os cursos na modalidade FIC atenderão à demanda urbana e rural, e segundo Brasil (2011a), com as respectivas especificidades, propondo também a melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida no local onde a população-alvo se encontra.

⁹ “O Programa abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2014a, p. 5).

O *Campus Itumbiara* do IFG aderiu à Chamada Pública do MEC para integrar o Programa Mulheres Mil em julho de 2011. De acordo com IFG (2012), logo em seguida, iniciou as ações para a realização do programa a nível local, sendo feita uma pesquisa local para a definição do curso a ser oferecido na cidade.

Em novembro de 2011, a instituição abriu as inscrições para o primeiro Curso básico de processamento em alimentos – conservas e licores de frutas, que teve início em 7 de fevereiro de 2012, contemplando 100 mulheres selecionadas. A partir disso, outros cursos foram desenvolvidos em anos subsequentes – nesta pesquisa foi contemplado o período de 2012 a 2014.

Nesse sentido, o território analisado se refere à cidade de Itumbiara-GO, e, de acordo com a prefeitura, trata-se de um município brasileiro localizado no interior de Goiás, que faz divisa com Minas Gerais e se situa ao sul da capital do estado, Goiânia. Ocupa uma área de 2.461 km², representando 0,7237% de Goiás, 0,1538% da região Centro-Oeste e 0,029% de todo o território brasileiro. Desse total, 19,3424 km² estão em perímetro urbano (PREFEITURA DE ITUMBIARA, 2015).

Segundo estimativas disponíveis no site do IBGE, na ferramenta Cidades¹⁰, em 2013 a população de Itumbiara era de 98.484 habitantes, e em 2015, estima-se que 100.548 pessoas vivam no município. Ainda segundo o censo de 2010 promovido pelo mesmo órgão estatístico, 50,7% da população eram mulheres (47.117 habitantes) e 49,3% (45.825 habitantes), homens; 95,8% (89.000 habitantes) viviam na zona urbana e 4,2% (3.942 habitantes), na zona rural.

Os setores da economia no município, segundo dados publicados no site da Prefeitura de Itumbiara (2015), são: agricultura, pecuária e industrial, com destaque para diversos produtos, como derivados do milho, da soja, do algodão e do leite. Entretanto, o principal motor econômico industrial se relaciona a metalúrgicas, calçados, têxtil, mecânico e alimentação, pois o município sedia diversas empresas nacionais exportadoras, como Caramuru Alimentos (soja), Louis Dreyfus Commodities (derivados de algodão), JBS (exportadora de couro), STEMAC (geradores de energia) e DuPont Pioneer (agricultura). Ainda há outras organizações, como Citroën, Peugeot, Renault, Ford, Volkswagen, FIAT, Toyota, Hyundai, Nissan, Chery, Suzuki, Mitsubishi e

¹⁰ IBGE. Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar. s. d. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521150&search=goias|itumbiara|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

Chevrolet; redes de lojas, como Americanas, Ricardo Eletro, Magazine Luiza, Casas Bahia, Pernambucanas, Farmácias Drogasil, Pague Menos; e redes de supermercados.

Portanto, o referido município tem o desenvolvimento econômico historicamente baseado nas diversas indústrias citadas. Existe um contingente de desempregados em busca de (re)colocação no mercado de trabalho ou uma ocupação que lhes permita a sobrevivência deles e dos familiares que, na maioria das vezes, são dependentes dessas pessoas, a exemplo das egressas participantes do Mulheres Mil.

De fato, algumas dessas mulheres estavam afastadas da escola em tempos variados, em que cada uma possuía uma história particular de apropriação do conhecimento e direcionamento para as atividades laborais, como trabalho formal, informal, microempreendedorismo, entre outros. Elas vislumbram uma oportunidade de retorno para o espaço escolar e, *a posteriori*, uma possível inserção no mercado de trabalho por meio da qualificação recebida no programa.

Nesse segmento, é importante elencar os cursos, a quantidade de alunas concluintes e o número de vagas ofertadas do Programa Mulheres Mil do IFG – *Campus* Itumbiara, no período de 2012 a 2014 (Quadro 4). Esses cursos remetem às qualificações permeáveis às mulheres, contribuindo ou não para a entrada da ocupação no mercado de trabalho formal, empreendedorismo, associativismo, entre outros.

Tais dados foram obtidos e elaborados a partir do item “Notícias”¹¹ do site do IFG – *Campus* Itumbiara. Eles se referem ao quantitativo das egressas matriculadas e certificadas, conforme confirmação também por meio dos documentos disponibilizados pela referida instituição, com autorização formalizada pela diretora do IFG – *Campus* Itumbiara.

Assim, ao analisar os dados a seguir, observa-se que diante dos cursos ofertados e as características do território analisado, a cidade de Itumbiara, as egressas terão mais dificuldades de se inserirem num mercado de trabalho amplamente seletivo e competitivo com a qualificação obtida.

¹¹ O site “Notícias” do IFG – *Campus* Itumbiara oferece informações sobre a instuição a toda a comunidade, aos servidores e alunos. Disponível em: <<http://ifg.edu.br/itumbiara/index.php/noticias?start=20>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

Quadro 4. Cursos, quantidade de alunas concluintes e número de vagas ofertadas de 2012 a 2014 no IFG – Campus Itumbiara

Período de duração	Curso ofertado	Quantidade de alunas concluintes	Número de vagas ofertadas
Fevereiro/2012 a julho/2012	Curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas	76	100
Setembro/2012 a maio/2013	Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	77	100
Setembro/2013 a dezembro/2013	Técnicas de artesanato	45	60
Março/2014 a julho/2014	Artesã em bordado à mão	30	50
	Manicure e pedicure	21	50

Fonte: Elaborado pela autora a partir de levantamentos no site IFG Notícias.

Diante das mudanças impostas ao mundo do trabalho, ao visualizar os cursos ofertados é possível constatar que eles propiciam conhecimentos mais abrangentes e voltados a trabalhos com características femininas que, na maioria das vezes, remetem a serviços precários e autônomos. Nesse ínterim, Antunes (2009, p. 108) explica que a expansão do trabalho feminino tem sido verificada [...] sobretudo no trabalho *mais precarizado*, nos trabalhos em regime de *part-time*, marcados por uma *informalidade* ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas” (grifos do autor).

E comparando os cursos ofertados e a empregabilidade local, da cidade de Itumbiara-GO, tem se que as pessoas que vivem das diferentes formas de trabalho adquirem conhecimentos que irão incluí-las apenas na desigualdade da vida social e produtiva. É fato que a classe social aqui pesquisada – as mulheres que cursaram o programa – são as mais excluídas do processo de produção e de suas transformações. Se, por um lado, elas sofrem com a diminuição dos postos de trabalho, por outro, precisam concorrer com os demais indivíduos que possuem outros meios de desenvolvimento da formação além da escola. A seguir, apresenta-se os resultados das entrevistas feitas com as egressas dos diversos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil em Itumbiara.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Diante da escolha feita para a abordagem desenvolvida no presente trabalho, é fundamental apresentar os resultados do instrumento de coleta de dados utilizado (entrevista semiestruturada). Inicialmente, abordam-se perguntas relacionadas ao perfil dessas mulheres e, num segundo bloco, questões que vão desde a discussão sobre a mobilidade delas no mercado de trabalho às possíveis melhorias na qualidade de vida delas. Então, a pesquisa ocorreu no intuito de analisar a situação atual das egressas no mercado de trabalho, juntamente ao curso de qualificação profissional do Programa Mulheres Mil do IFG – *Campus Itumbiara*, ofertado de 2012 a 2014.

É necessário considerar também que a seleção das egressas para participar da entrevista foi feita por meio da amostragem progressiva¹², a partir da relação de pessoas dispostas a indicar contatos. Assim sendo, houve o recrutamento inicial com a minha rede de contatos pessoais, já que fui docente voluntária no Mulheres Mil e tenho dez contatos fornecidos a mim pelas próprias mulheres à época dos cursos; consequentemente, eles indicaram outras pessoas, sendo limitado a 15 mulheres na amostragem.

As entrevistas foram realizadas entre novembro a dezembro de 2016, apenas com mulheres, devido ao fato de o curso ser direcionado a elas, em que fizeram parte da amostra recrutada aquelas que concluíram e foram certificadas pelo programa. Dessa forma, a categoria que não se encaixou em tal pré-requisito não fez parte do universo pesquisado, visto que o objetivo da pesquisa é compreender e analisar a inserção no mundo do trabalho das egressas, de acordo com a formação obtida nos cursos ofertados¹³ no Programa Mulheres Mil, desenvolvido no IFG – *Campus Itumbiara*. Propõe-se retratar como estão hoje as egressas das primeiras turmas e aquelas que o cursaram após a inserção do programa no Pronatec/BSM¹⁴.

Realizaram-se 15 entrevistas semiestruturadas com três egressas de cada curso ofertado pelo Programa Mulheres Mil do IFG – *Campus Itumbiara*. A opção de entrevistá-las foi muito útil para compreender a interação que existe ou existiu com o curso, visto que se pôde interpretar essa relação para abordar o trabalho preconizado pela qualificação profissional, o que enriqueceu

¹² Para os autores Becker (1993) e Flick (2009), essa técnica é denominada como “bola de neve”.

¹³ Sobre os cursos ofertados, ver descrição detalhada no Quadro 4.

¹⁴ Com a finalidade de ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa-Família, o MDS e o MEC, no início de 2014, instituem uma parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Pronatec, no campo do BSM. “E assim aproxima a temática da qualificação profissional de mulheres a rede socioassistencial” (BRASIL, 2014a, p. 4).

os resultados – não há abordagens anteriores que se preocuparam em investigar tal assunto por cidade. A maioria das pesquisas existentes sobre o tema, como já relatado no capítulo 3, referem-se a algo mais geral, não sendo direcionadas por *campus* e cidade, mas sim pela totalidade dos cursos por região. Vale discorrer que, antes de iniciar as análises obtidas por meio das entrevistas, relatam-se as principais dificuldades e particularidades encontradas para realizar a pesquisa.

No tocante à seleção das entrevistadas, dificuldades foram vivenciadas, sobretudo no momento do aceite em participar. Algumas mulheres ficaram com receio de conceder entrevista, já que a metodologia previa a gravação delas falando sobre a relação entre trabalho e estudos, remetendo a contextos anteriores e atuais. Os temores decorreram da desconfiança de que pudessem ser prejudicadas em algum momento, por não lembrarem dos fatos e se sentirem envergonhadas.

É claro que o fato de a pesquisadora não ser conhecida das pessoas cuja seleção foi proveniente da técnica selecionada interferiu de maneira decisiva, e muitas delas preferiram não participar. Algumas entrevistas chegaram a ser marcadas; porém, no momento de realizá-las, a outra parte não aceitou ou desistiu. Presumia-se que a resistência poderia ocorrer devido à vulnerabilidade social que caracterizava o público a que os cursos foram destinados e a determinadas situações comuns de pesquisas que lidam com indivíduos.

Certas entrevistadas, mesmo após a explicação prévia sobre a finalidade da investigação, ainda achavam que a pesquisadora era de algum órgão do governo ou que iria distribuir cestas básicas. Era possível perceber nelas uma expectativa de que obteriam algum retorno financeiro ou até mesmo reconhecimento pessoal após o término das entrevistas. Muitas vezes foi necessário enfatizar e salientar que tal procedimento não fazia parte de nenhuma pesquisa vinculada ao censo ou a algo semelhante.

Nessa fase da seleção da amostra foi possível constatar, também, que as mulheres eram provenientes de variadas classes sociais, já que algumas moravam em casas de bairros nobres e bem localizados na cidade de Itumbiara, e outras na periferia. Havia um contraste social, no qual o modo de vida e a condição de existência delas são bem diferentes, algo pertinente de ser comentado à luz do método dialético, dado que a sociedade em que elas estão inseridas apresenta uma historicidade com contradições que percorrem questões como pobreza, lutas por direitos e oportunidades, além de tentativas de obter melhorias em suas vidas e um trabalho por meio de cursos de qualificação. Assim, tem-se na dialética a possibilidade de incorporação crítica dos

fatos por meio da apreensão dos sentidos proporcionados em determinado momento, e, como afirma Saffioti (2013), utilizam-se as formulações teóricas que ocorreram em diversos contextos históricos.

Outra dificuldade vivenciada diz respeito a fazer uma entrevista em meio à realidade da dupla jornada de uma egressa que fez questão de participar, sendo necessário acompanhá-la a todo momento que se deslocava pela casa para realizar trabalhos na residência (afazeres domésticos e com a família), conciliados posteriormente com a jornada do trabalho formal numa lanchonete como cozinheira. Portanto, tive a possibilidade de observar como uma mulher está socialmente situada no contexto a que pertence, demonstrando a realidade de muitas pessoas que precisam conciliar o cuidado com o lar em relação ao trabalho formal (fora de casa), permanecendo submetidas às sobrecargas da dupla jornada, para conseguir sobreviver.

Percebe-se então que, na realidade aqui apresentada, há uma totalidade existente nas relações sociais que constituem a situação concreta em análise, perpassando pela natureza do trabalho e as relações produtivas dessa mulher. Para Lucena (2004, p. 254), “[...] a criação da totalidade como estrutura significativa é um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os fatores e partes”.

Conforme Segnini (1998), os aspectos da vida familiar são considerados trabalhos “femininos”. Há, ainda, na sociedade atual, a apresentação de valores culturais oriundos de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher continua a vivenciar papéis tradicionalmente atribuídos somente a ela e que, muitas vezes, colaboraram para que permaneça na subsistência.

Diante disso, no próximo item, aborda-se o perfil dos indivíduos típicos desta pesquisa – as egressas dos cursos do Programa Mulheres Mil. Salientam-se suas particularidades por meio de análises estatísticas e quadros que permitem uma visualização adequada, além da discussão dos dados.

4.1 Perfil das participantes da pesquisa: as egressas do Programa Mulheres Mil

Antes de discorrer sobre as análises do material coletado nas entrevistas, é preciso se atentar ao perfil das mulheres que participaram desta pesquisa. Ao considerar variáveis socioeconômicas básicas como renda, classe, gênero, escolaridade, entre outras, notam-se detalhes que influenciam nas relações de trabalho. Para analisar os dados obtidos, cada

entrevistada recebeu uma letra para evitar identificações, sendo selecionadas três mulheres por curso, num total de 15 egressas.

Importante salientar que apesar de não ser uma pesquisa quantitativa, e sim qualitativa, que utiliza alguns dados em termos de porcentagem sobre o perfil cuja finalidade é expor a realidade das mulheres entrevistadas, e cujas características se assemelham com questões abordadas no capítulo 2 e 3.

E no que se refere à idade e ao estado civil das entrevistadas, percebe-se que apresentavam idade variável, de 22 a 70 anos de idade, em que 73,33% (11) delas eram casadas; as demais (13,33% ou duas pessoas) eram divorciadas e 13,33% (duas) solteiras. Vale ressaltar que, no Quadro 5, é possível visualizar e comparar as entrevistadas por curso.

Assim, nos cursos de artesã em bordado à mão e de manicure e pedicure, as mulheres são mais jovens em relação às que participaram de outras atividades, e há neles pessoas casadas e solteiras.

Quadro 5. Perfil das entrevistadas: idade e estado civil

Curso	Entrevistadas	Idade	Estado civil
Curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas	A	53	Casada
	B	48	Casada
	C	49	Casada
Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	D	60	Casada
	E	39	Casada
	F	70	Casada
Técnicas de artesanato	G	65	casada
	H	45	divorciada
	I	60	divorciada
Artesã em bordado à mão	J	35	casada
	L	28	solteira
	M	46	casada
Manicure e pedicure	N	39	solteira
	O	22	casada
	P	51	casada

Fonte: Pesquisa de campo.

Existe diversidade entre as egressas de cada curso tanto no que se refere à idade como ao estado civil. Essas informações vão ao encontro do preconizado pelo Programa Mulheres Mil,

pois nos objetivos contemplam o público-alvo (mulheres a partir de 16 anos), abarcando tanto as jovens como as adultas com o recorte para aquelas que são “[...] chefes de famílias, em situação de pobreza extrema, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico” (BRASIL, 2014a, p. 6).

Ao realizar um recorte analítico sobre se estudam atualmente, a maioria – 80% (12) delas – relatou não estudarem mais. Nesse sentido, a entrevistada B do curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas explicou que fez um curso rápido de informática para aperfeiçoar as atividades laborais, e não para elevar a escolaridade atual.

Conforme o Quadro 6, verifica-se que, independentemente do curso, a escolaridade delas é variada, percorrendo vários níveis: 40% (seis) das mulheres possuem ensino médio completo; 40% (seis), fundamental incompleto; 6% (uma), Educação para Jovens e Adultos (EJA) incompleta; e 14% (duas), ensino médio incompleto.

Infere-se, por exemplo, que nos cursos de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas e de manicure e pedicure grande parte das egressas possui escolaridade maior (ensino médio). Já nos cursos de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal e de técnicas de artesanato e de artesã em bordado à mão, a maioria foi composta de participantes com ensino fundamental incompleto.

De fato, houve incidência maior da escolaridade “fundamental incompleto” nos cursos direcionados à fabricação de produtos artesanais, como o de artesanato e de fabricação de produtos de limpeza em geral, cuja produção já era realizada com frequência entre as mulheres pesquisadas em seus lares apenas para consumo próprio, o que não previa determinada escolaridade.

Quadro 6. Escolaridade atual das mulheres

Curso	Entrevistadas	Estuda atualmente	Escolaridade
Curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas	A	não	Ensino médio
	B	sim	Ensino médio
	C	não	Ensino médio
Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	D	não	Fundamental incompleto
	E	não	Ensino médio
	F	não	Fundamental incompleto
Técnicas de artesanato	G	não	Fundamental incompleto
	H	sim	EJA incompleto
	I	não	Ensino médio incompleto
Artesã em bordado à mão	J	não	Fundamental incompleto
	L	não	Fundamental incompleto
	M	não	Ensino médio
Manicure e pedicure	N	sim	Ensino médio incompleto
	O	não	Ensino médio
	P	não	Fundamental incompleto

Fonte: Pesquisa de campo.

As variações tanto da escolaridade atual quanto da continuidade ou não dos estudos não limitaram a obtenção da certificação, mesmo para algumas mulheres com escolaridade incompleta, pois conforme já abordado no capítulo 3, os cursos ofertados no Programa Mulheres Mil não exigiam uma escolarização prévia. Os referidos dados, juntamente com a diferença acentuada no nível de escolaridade, mostram a atual desigualdade de classe existente entre elas e, como isso é historicamente naturalizado, considera-se frequentemente como algo normal na sociedade atual.

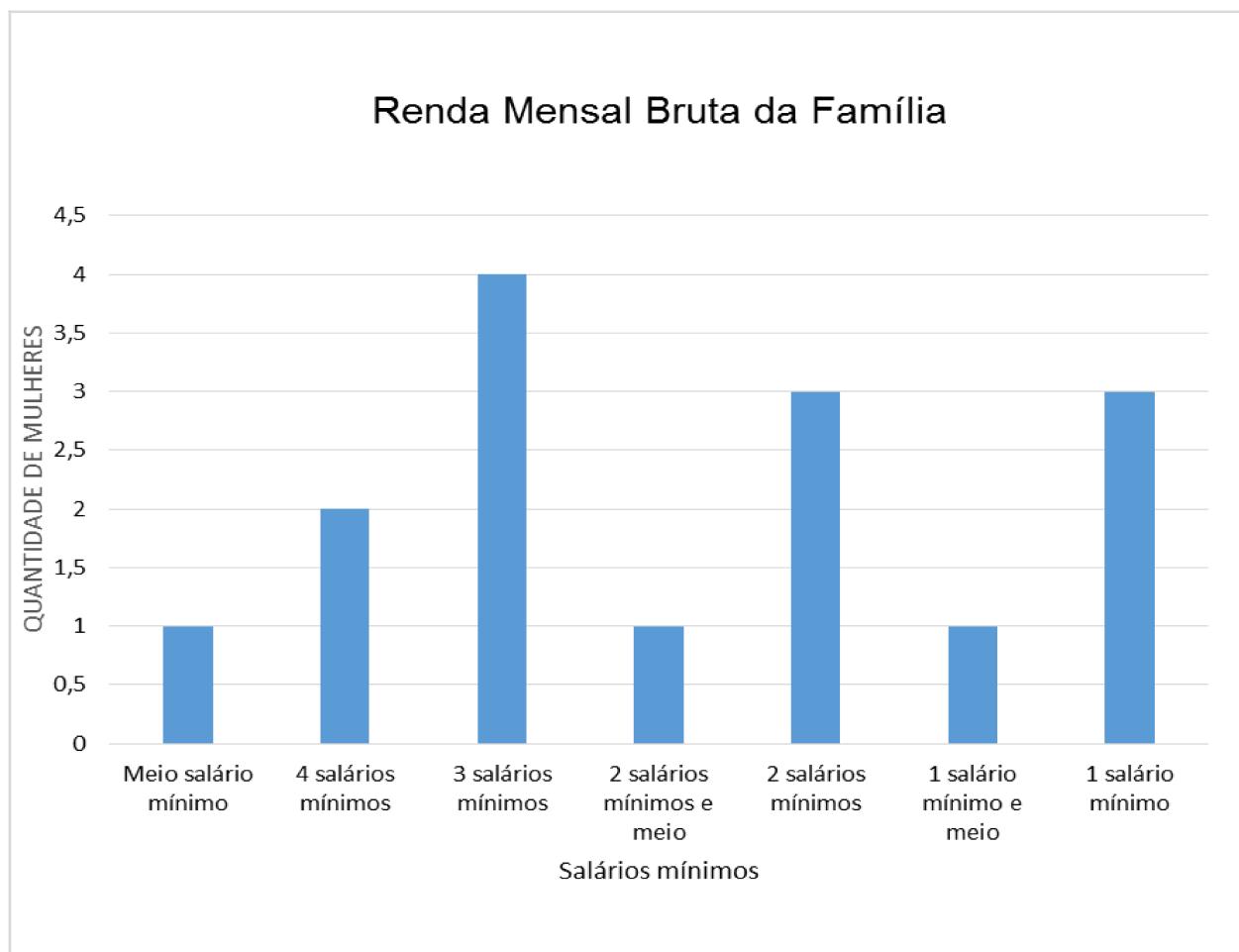
Muitas vezes, as diferenças e desigualdades em torno da questão de gênero e escolaridade, de acordo com o capítulo 2, restringe o acesso à cidadania e à equidade dessas mulheres. Tem-se em vista que os cursos ofertados a elas, como mostra esta pesquisa, apenas colaboraram para perpetuar a ideologia já existente em torno da obtenção de certificação por meio de cursos rápidos de qualificação profissional, em que apenas isso seria suficiente para superarem as mazelas em que se encontram.

Em contraposição, conforme Venco, é necessária a efetividade no aumento da escolaridade, e não o uso dela apenas para a preparação ao mercado de trabalho. Ela deve ser

vista, pois, como “[...] um fator essencial tanto quanto a melhoria da qualificação profissional para o exercício da cidadania” (VENCO, 2003, p. 81).

Outro aspecto abordado relacionado às desigualdades de classes, conforme o Gráfico 1, diz respeito à renda mensal bruta da família. A maioria das egressas relatou participar ativamente, segundo as seguintes variações: 27% (quatro) delas com três salários mínimos; 13% (duas) com quatro salários mínimos; 20% com um ou dois salários mínimos; e as demais com meio salário (6,66%), um salário e meio (6,66%) e dois salários e meio (6,66%).

Gráfico 1. Distribuição das entrevistadas segundo a renda



Fonte: Pesquisa de campo.

Aliada a isso, a quantidade de pessoas que moram na casa das entrevistadas ficou em torno de três a sete integrantes, e isso pode influenciar na renda, já que em alguns casos existem famílias mais numerosas e em outras, menos. Às vezes, a participação de determinadas egressas

não é contínua, uma vez que desenvolvem atividades econômicas que não são consideradas remuneratórias e constantes na família (informais).

Um aspecto que complementa essa análise e que se faz pertinente comentar se refere à ocupação sem remuneração dessas mulheres. Ela vai além do trabalho para autoconsumo, abarcando o exercício de atividades produtivas no âmbito familiar ou não, cuja característica concerne às pessoas que as realizam e não recebem remuneração.

Sobre a complementação da renda, conforme o Gráfico 2, a maioria relatou não receber nenhum auxílio ou bolsa do governo – apenas 20% (três) delas recebem Bolsa-Família e 7% (uma), auxílio estudantil. Essas ajudas fazem com que as mulheres continuem com o mínimo a que realmente têm direito, repetindo as contradições já existentes em suas vidas e perdendo a capacidade de sobressair diante das dificuldades. Além disso, elas deixam de lado a identidade humana e a busca pela liberdade, pois apresentam necessidades em permanecer atreladas a questões precárias e repetitivas para manter o mínimo necessário para viverem.

Gráfico 2. Distribuição das entrevistadas segundo o acesso ao benefício/bolsa

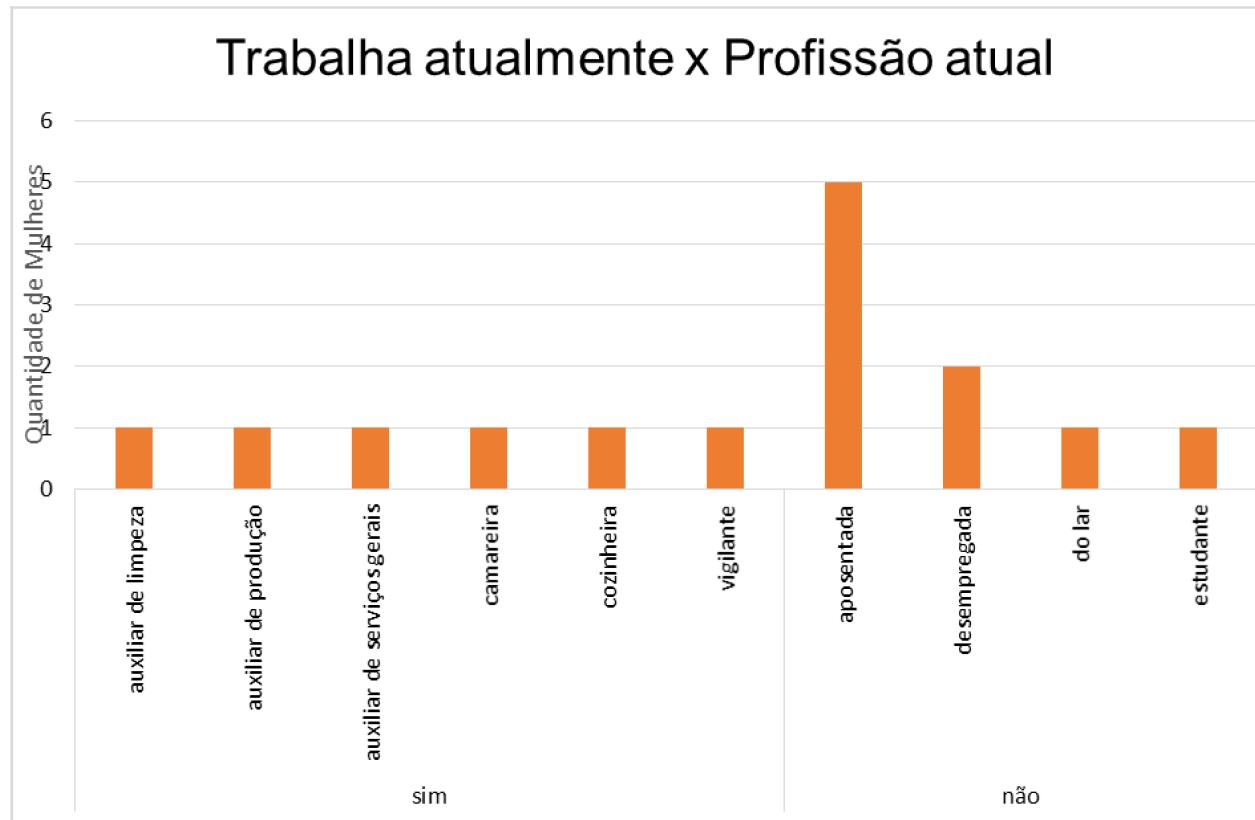


Fonte: Pesquisa de campo.

Ao abordar a questão de trabalho e de profissão atual, nota-se, com base no perfil relatado pelas pesquisadas, que a maioria delas – 33,33% (cinco) – são aposentadas, 13,33% (duas) estão desempregadas e as demais se encontram em profissões diversas, “do lar” ou são estudantes,

como pode ser visto no Gráfico 3. Grande parte das desempregadas é, como explica Lucena (2004, p. 178), “[...] uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização”, já que tem, na força de trabalho realizada na economia informal, o desenvolvimento em condições precárias e atuantes.

Gráfico 3. Distribuição das entrevistadas segundo a ocupação



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando se compara a profissão atual aos cursos do Mulheres Mil realizados pelas egressas, é possível verificar que 93,33% (14) delas, ou seja, a maioria, não atua na área do curso, e apenas 7%, ou seja, uma mulher está no mercado informal. Em consonância com o Quadro 7, verifica-se que a qualificação profissional obtida não se relacionou diretamente à profissão atual.

Num plano histórico, as relações existentes são extremamente contraditórias e conflitantes, pois, em alguns casos, as mulheres são levadas a aceitar posições precárias e informais no mercado de trabalho ou ficam desempregadas, a exemplo de duas entrevistadas do curso de artesã em bordado à mão. Assim, cada vez mais as mulheres precisam prioritariamente

do trabalho para sobreviver e, conforme afirma Antunes (2009), têm à disposição situações instáveis, precárias, quando não existentes de trabalho.

Quadro 7. Cursos do Programa Mulheres Mil e profissão atual das mulheres

Cursos	Entrevistadas	Profissão atual	Trabalha na área do curso formal ou informal
Curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas	A	Aposentada (ainda atua no comércio informal e na prestação informal de serviços domésticos)	Não
	B	Vigilante	Não
	C	“Do lar”	Sim Mercado informal
Curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal	D	Aposentada	Não
	E	Auxiliar de produção	Não
	F	Aposentada	Não
Técnicas de artesanato	G	Aposentada	Não
	H	Auxiliar de limpeza	Não
	I	Auxiliar de serviços gerais	Não
Manicure e pedicure	J	Estudante	Não
	L	Camareira	Não
	M	Cozinheira	Não
Artesã em bordado à mão	N	Desempregada	Não
	O	Desempregada	Não
	P	Aposentada	Não

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando se discorre sobre a informalidade, Venco (2003, p. 25) explica que “[...] há um terreno fértil para a proliferação de práticas mais flexíveis no mercado de trabalho”, e existe uma dificuldade de incorporação dos papéis desempenhados pelas mulheres nas sociedades capitalistas, com o reforço das dificuldades históricas de integração do trabalho da mulher nessa sociedade, o que contribui sobremaneira para a propagação de um “mito” e do não reconhecimento em torno de algo dito como “trabalhos apenas feminino”. E ao relacionar tal aspecto à classe em questão (egressas), percebe-se que, além de serem consideradas pobres e mulheres, há uma intensificação das desigualdades com a própria qualificação obtida que não lhes propiciou uma condição de trabalho dita humanizadora e transformadora.

Ainda sobre a profissão atual, importante salientar que as mulheres que disseram ser aposentadas ainda atuam na informalidade para complementar a renda, em que algumas empregam as técnicas aprendidas nos cursos para benefício próprio. Vale exemplificar também que a entrevistada A do curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas se diz aposentada, mas realiza trabalhos não relacionados ao curso, no comércio informal, além da prestação informal de serviços domésticos.

Diante das contradições apresentadas, é possível verificar que há um direcionamento da força de trabalho das mulheres, de acordo com Saffioti (2013), para atividades mal remuneradas, sem prestígio e que podem fraudar a legislação trabalhista. Assim, ao observar os aspectos referentes ao perfil das pesquisadas, constata-se a dimensão das características apresentadas por elas, divididas entre a família, o lar e o trabalho, seja no trabalho formal, informal ou ainda no dito “trabalho feminino”, maneira pela qual esse trabalho, em conformidade com a referida autora, muitas vezes é encarado pela sociedade ou por ela mesma.

Desse modo, a construção histórica relativa a “trabalhos femininos” remete à reprodução das desigualdades de gênero. Os cursos oferecidos são, na sua maioria, voltados para a produção de produtos realizados em consonância com dons femininos e em âmbitos domésticos e precários.

No próximo tópico será apresentada a complementação dos dados a partir das análises das entrevistas.

4.2 Análise das entrevistas

Dados coletados sobre a trajetória de vida das egressas confirmam, em grande medida, que o mundo do trabalho não é harmonioso, tampouco unificador, pois a observação parte de situações concretas e históricas que remetem à realidade vivenciada por essas mulheres no contexto em que estão inseridas.

As análises tencionaram retratar a inserção no mundo do trabalho das egressas de acordo com a formação obtida nos cursos ofertados, no período de 2012 a 2014, no Programa Mulheres Mil do IFG – *Campus Itumbiara*. Para se alcançar tal propósito, as perguntas do questionário 2 foram divididas em blocos e nomeadas com temáticas distintas que envolviam os assuntos norteadores desta pesquisa. Cabe salientar que as falas das egressas foram transcritas de maneira

integral, sem alteração da forma com que elas relataram, mantendo-se a grafia popular com erros na gramática erudita, algo que não impede a valorização simbólica das informantes e dos dados fornecidos por elas.

O primeiro bloco das perguntas, cuja temática foi “trabalho geral”, teve o intuito de ativar a lembrança das mulheres sobre trabalhos realizados por elas ou que ainda fazem, e assim posteriormente adentrar em questões relacionadas mais diretamente a esta pesquisa. Já no segundo bloco (“sobre o curso”) se abordaram aspectos referentes aos cursos do Mulheres Mil que cada entrevistada fez, abordando os motivos que levaram a realizá-los, as disciplinas e o mercado de trabalho, o retorno financeiro com a formação obtida etc.

Logo no bloco três, intitulado “trabalho – quando ingressou no curso”, foram feitas perguntas que nortearam a memória das egressas, com vistas à descrição de trabalhos realizados à época do curso e à verificação das contribuições no sustento da família. Em contrapartida, no bloco quatro (“trabalho – após terminar o curso”), as perguntas foram direcionadas à inserção no mercado de trabalho, às facilidades e dificuldades, ao empreendedorismo, à criação de cooperativas, entre outras.

Em seguida, o bloco cinco, com o tema “trabalho”, teve perguntas direcionadas a entender e apresentar o trabalho atual das referidas mulheres, relacionando-as aos cursos realizados, aos principais benefícios obtidos por egressa com a qualificação profissional, aos impedimentos de não atuar na área de formação e a alguma intermediação, por parte de determinado órgão do governo, para conseguir trabalho na área desses cursos. Para finalizar, o bloco seis, composto de “Críticas, elogios e sugestões” sobre o Programa Mulheres Mil, e os principais anseios das mulheres participantes desses cursos.

4.2.1 Trabalho geral na percepção das egressas

Ao iniciar a entrevista com o tema “trabalho geral”, com base na percepção das egressas, constata-se que algumas delas, em algum momento da vida, desempenharam atividades remuneradas no mercado formal, com carteira assinada, ou no informal. Em contrapartida, atuavam também em serviços domésticos desempenhando cuidados com o lar e a família. Havia ainda aquelas que estavam desempregadas e viviam de doações, trabalhos informais (“bicos”) ou algum benefício recebido do governo federal, como o Bolsa-Família.

Percebe-se uma vasta e dinâmica atuação dessas pessoas em inúmeras atividades. Estas, em alguns momentos, como explica Frigotto (2010), se tornam genéricas e se voltam a satisfazer as necessidades imediatas, sendo algo apenas dito como emprego, sem o devido sentido ou valor, como ferramenta de uso para sobreviver diante das mazelas vividas por elas.

Quando indagadas sobre a importância do trabalho delas para a manutenção da família e para a sociedade como um todo, é unânime a opinião de que ele é primordial para que as condições de vida sejam reproduzidas, colaborando para o desenvolvimento delas em algum ramo de atividade.

Para as trabalhadoras, seja em qual ofício for, o emprego é importante pelo valor do trabalho em si, porque gera alguma renda, mantém as pessoas vinculadas ao mercado de trabalho e, nos casos daquelas que têm carteira assinada, permite na visão delas o gozo de direitos de cidadania vinculados ao trabalho, mesmo que sejam restritos. Mesmo diante de processos históricos e contraditórios que permeiam as questões sobre trabalho, as mulheres continuam em busca de trabalhos que lhes deem algum benefício financeiro para sobreviverem.

Nesse prisma é possível esboçar que as formulações acerca da inserção da mulher em cursos de qualificação profissional e as ações posteriores após a formação ocorreram em condições bastante adversas que não devem ser vistas de forma isolada. Em suas realizações históricas, as mulheres, incluindo aqui as participantes desta pesquisa, quase sempre foram motivadas a retornar aos estudos pela necessidade de aprender algo para encontrar um emprego em um mercado de trabalho mais desenvolvido e aumentar a renda ou complementá-la, além de suprir as suas necessidades materiais mais básicas.

Tal situação pode ser percebida em determinadas falas que serão apresentadas a seguir. Como afirma Segnini (1998), há um certo desejo de algumas mulheres, ainda que não revelado explicitamente, de deixar de exercer apenas os papéis tradicionalmente considerados femininos (mãe, dona de casa, esposa). Dessa maneira, são conferidas às mulheres determinadas profissões naturalmente femininas a partir da oferta de cursos de qualificação, na tentativa de atenuar os conflitos sociais e a divisão sexual do trabalho.

Isso permite compreender que as referidas ocasiões se relacionam à realidade da maior parte de indivíduos do mesmo perfil – nesse caso, as egressas do Programa Mulheres Mil ainda se encontram em situação de vulneráveis. A noção de vulnerabilidade aqui discutida perpassa a identificação de grupos com algum atributo em comum, mais propensos a problemas similares e

que estão em situação de risco social, com padrões comuns de conduta e probabilidade de sofrer algum evento danoso.

4.2.2 Sobre o curso realizado pelas egressas

Quando questionadas sobre o curso que fizeram, as mulheres disseram que foi bom e interessante, por permitir que aprendessem várias coisas, já que algumas delas estavam em casa sem fazer nada – essa era uma oportunidade de estudar, melhorar a vida, conhecer outras pessoas, ocupar o tempo e, no futuro, talvez poder trabalhar com isso para aumentar a renda. A seguir é possível verificar, nas falas de algumas delas, detalhes dos cursos:

Achei bom assim, porque você aprendeu a fazer muitas coisas, né? Igual, às vezes ficava faltando porque o tempo era pequeno (Entrevistada B; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas, 2016).

Foi bom assim porque eu interagi com as pessoas ali. Às vezes você está com problema em casa e você chega lá, começa a conversar com todas, cada um tem um problema e você começa... Eu gostei muito dessa parte. Quanto ao ensinamento é bom, eu acho que quem tem o dom pega logo, quem não tem, não pega. Sobre o financeiro também dos Mulheres Mil que, tipo, eu não estava trabalhando, quer dizer que a ajuda de custo que tinha já ajudava a gente bastante. Gostei muito dessa parte também (Entrevistada P; curso de manicure e pedicure, 2016).

O curso, por ser específico, eu achava muito bom. Nós não aprendeu umas parte [sic], não, porque teve uma mulher que aprendeu, né, ela ia lá ensinar a gente e não foi. Ela aprendeu a fazer isso. Então, alguns dias eles ensinou [sic] algumas coisas, às vezes eu até perdi, porque não deu pra ir. Então é muito bom (Entrevistada H; curso de técnicas de artesanato, 2016).

Eu achei bom. Nem “faiava” (risos) [sic], eu gostava de ir no curso lá. Achei bom assim, porque você aprendeu a fazer muitas coisas, né? Igual, às vezes ficava faltando porque o tempo era pequeno, mas licor, essas coisas, eu tenho vontade de fazer (Entrevistada B; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas, 2016).

Diante disso, é possível perceber contradições nas falas das egressas, pois a qualidade aqui atribuída aos cursos se refere a ter uma oportunidade, mesmo que limitada e com algumas falhas, como instrumento de rompimento e superação de algumas dificuldades e carências. Busca-se, pois, ultrapassar barreiras para fortalecer a identidade de cada uma delas e do empoderamento, além de ter uma possível preparação para o mercado.

O desafio é aparar as arestas deficitárias dos cursos de qualificação profissional como o Mulheres Mil. Não basta apenas certificá-las para um ofício, é preciso proporcionar, de maneira efetiva, com efetividade “[...] a potencialidade profissional das mulheres, aumentando sua informação, aprimorando suas percepções e trocando ideias e expressando sentimentos” (YANNOULAS, 2002, p. 40). Isso remete ao termo empoderamento, cujo “[...] objetivo mais amplo é fornecer as capacidades, habilidades e disposições para o exercício legítimo de poder” (idem), sendo amplamente utilizado nos documentos que descrevem o programa, quando se refere à inserção das egressas no mercado de trabalho.

De fato, há uma negação entre os discursos apresentados pelos cursos e a prática vista nos comentários das mulheres citadas, pois, para elas, as atividades eram rápidas, num curto espaço de tempo. Em determinados cursos, alguns aspectos eram ensinados, outros, não; faltava material para praticar; não havia continuidade do que ainda precisava ser fixado em outras aulas, mudando-se o assunto a ser abordado. Às vezes, as pessoas menos escolarizadas tinham certa dificuldade de aprender, precisando da ajuda de outras colegas de sala para tentar acompanhar melhor os ensinamentos; e determinados cursos beneficiavam aquelas que já tinham noção de alguma prática, em detrimento de outras que não tiveram tempo hábil para aprender.

Há, assim, uma ideologia direcionada à suposta disponibilização de algumas oportunidades educacionais, por meio de várias modalidades que se qualificam, às vezes, num caráter desigual, fragmentado e aligeirado. Isso pode não propiciar o domínio completo dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho, por meio da autonomia intelectual, o que constitui, com frequência, um “[...] esvaziamento do conteúdo dos trabalhadores” (LUCENA, 2008, p. 24).

Tal aspecto pode ser confirmado na fala da entrevistada H, do curso de técnicas de artesanato (2016), quando cita o tempo do curso:

É rápido porque um dia você vê uma coisa e outro dia você vê outra. Hoje nós começou [sic] um trabalho, amanhã termina outro. Hoje nós começou [sic] artesanato, depois você vai pra outro, entendeu? Então, cada dia um pouquinho, porque, ao invés de pegar e vou fazer esse, vamos fazer o fuxico, vamos fazer isso, começava um e pulava para o outro, vamos fazer o degradê em tela, pulava para o outro curso... aí acabou que nós nem aprendeu [sic] degradê, aquele de bananeira, de fibra, era para a gente aprender, eu queria. Então você começava um e pulava para outro, aí você não termina aquele que começa e fica meio perdido. Igual é [sic] uma matéria: se você não terminar, vai para um e vai para outro.

Quando se mantém uma tendência de fragmentação do saber e da divisão entre os trabalhos intelectual e mental inerente à produção capitalista, como também apresenta Lucena (2004), é difícil requerer do sistema educacional uma qualificação de melhor nível que seja passível de colaborar com a classe diversificada de mulheres que procuram tal formação. Nesse sentido, o autor afirma ainda que “[...] a verdadeira qualificação requer formação básica e tempo de preparo” (*ibidem*, p. 176), evitando assim ser apenas a reprodução e o fortalecimento de um “[...] processo de precarização das condições e relações de trabalho” (*idem*).

Além disso, segundo os relatos das egressas, a vontade de fazer os cursos do Mulheres Mil se deve ao fato de gostarem de realizar atividades do tipo ou por já terem feito outros cursos, mas não trabalhavam na área de nenhum deles.

Eu sempre gostei de fazer curso. Meu marido fala: você faz curso e não vai para frente. Eu tenho muito curso, tenho curso de cabelereira, atendente de hotel, tenho de tudo. Se tiver como fazer, eu faço, eu gosto muito de fazer curso (Entrevistada A; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas, 2016).

Porque todo curso que anunciou eu tava [*sic*] fazendo. Eu fazia Bolsa-Futuro, eu tenho uns sete cursos do Bolsa-Futuro (Entrevistada H; técnicas de artesanato, 2016).

Isso remete à lógica contraditória da necessidade de fazer cursos pela quantidade em detrimento à qualidade que eles oferecem a essas mulheres. Há uma ideologia de que, se tiverem muitos cursos, será mais fácil de serem empregadas. Para tanto, não basta a formação profissional; o mercado de trabalho precisa estar apto a abarcá-las, a demanda em determinada área necessita ser transparente, e os empregadores precisam conhecer as qualificações que foram disponibilizadas para compor a força de trabalho dessas mulheres. Há, inclusive, trabalhadoras desempregadas, na informalidade ou subempregados com formação profissional em qualificações destinadas ao preenchimento de vagas que, com frequência, não estão disponíveis ou não foram criadas na cidade onde se ofertaram os cursos. Então, conforme Miranda e Araújo (2006, p. 93-94), é preciso “[...] desmistificar o que conduz a ilusão de que os postos de trabalho estarão novamente disponíveis após a qualificação ou requalificação profissional”.

Já as análises sobre as disciplinas dos cursos que mais ajudaram na vida das mulheres se referem à atuação no mercado de trabalho ou ao dia a dia em casa, com a família e os amigos, com vistas a compreender de que forma elas absorveram os aprendizados e puderam remeter isso

às suas ações, impactando de alguma forma no desenvolvimento como pessoas. Há opiniões divergentes das entrevistadas sobre isso, a exemplo das falas citadas a seguir:

Matemática. Eu aprendi muita coisa como... Eu faço quitanda, só que eu não via meu lucro, eu fazia por fazer, entendeu? Eu não fazia conta do que eu gastava, fazia por fazer. Aí eu aprendi na matemática como tirar o cálculo (Entrevistada M; curso de artesã em bordado à mão, 2016).

Foi muito bom o inglês, eu pelo menos não tinha nenhuma noção de inglês. Eu odeio inglês, para mim ele não existe. Para mim que não sabia falar nenhuma palavra de inglês, eu ainda aprendi a falar algumas coisas. Porque eles ensinaram pra gente numa brincadeira, foi brincando, foi conversando com a gente, foi desenvolvendo a gente. Então eu gostei muito. Eu não tiraria nada. Tudo que tem lá tinha que ficar lá; pelo contrário, aumentar o tempo (Entrevistada I; curso de técnicas de artesanato, 2016).

Eu gostei de todas as matérias, eu achei bacana que englobou várias matérias: inglês, matemática, português, computação. Eu fiquei encantada com todas as matérias (Entrevistada C; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas, 2016).

Teve umas aulas de você falar da sua vida, da mulher, achei muito bom você expor a mulher. Não é só de fogão, mulher não é motorista, mulher é isso, mulher é aquilo. Nós somos tudo. Nós somos mulher porque carregamos todo o serviço, dá conta do serviço, trabalha fora, faz isso e faz aquilo. Porque tem aquelas mulher [sic] que só fica dependendo e à toa, não faz nada – era eu antigamente, só dentro de casa e achava que era aquilo ali. Quando acorda para a vida, está muito diferente, é outra vida. Você convive com as pessoas, você tem os amigos de escola, amigos de cursos, tem mais conhecimento, tem mais amizades, você não é de ficar ali naquele mundo, canto fechado (Entrevistada H; curso de técnicas de artesanato, 2016).

Em outro exemplo, uma trabalhadora que atuava na área do curso que estava, revelou que as disciplinas relacionadas diretamente ao seu trabalho atual em uma fábrica de produtos de limpeza auxiliaram no desempenho laboral, em que a empresa recebeu bem a formação obtida com a química, as misturas, as medidas e formulações dos sabões líquidos e sabonetes. Ela complementa o discurso ressaltando o que mais gostou:

Foi o sabonete líquido, eu já fazia o sebo de carneiro, já ia fazer o sabonete de barra, os cubozinhos. Como lá eu aprendi o líquido, foi mais fácil eu fazer a fórmula dos sabonetes (Entrevistada E; curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal, 2016).

De maneira geral, comprehende-se que, nas falas das mulheres, não há como mensurar a disciplina que foi a mais adequada para o aprendizado, o desenrolar no mercado de trabalho e em

suas vidas. Há, segundo elas, melhorias de fato, o que as auxilia com entendimento e atitudes para saírem das vulnerabilidades diversas que algumas enfrentavam quando cursaram o Programa Mulheres Mil.

A materialidade da situação aqui exposta leva a refletir sobre as contradições presentes entre as disciplinas, os seus benefícios e a qualidade dos cursos ora relatados pelas egressas. Para tanto, convém salientar os benefícios dos cursos apresentados, sob a perspectiva das egressas, mas tendo cuidado para que as situações citadas anteriormente não operem apenas como vantagens e na elevação da autoestima das mulheres.

Isso, ao longo do tempo pode ser passível de anulação e colaborar na justificativa sobre o desprestígio de determinada classe social – nesse caso, as egressas do Mulheres Mil –, mantendo assim a informalidade e o subemprego em condições precárias nas quais a maioria se encontra. De fato, em consonância com os dizeres de Hirata e Kergoat (2007), há mudanças, mas, ao mesmo tempo, nada muda.

4.2.3 Trabalho das egressas ao ingressarem no Programa Mulheres Mil

Foi possível constatar algumas mulheres que, à época do curso, estavam depressivas, pobres e desempregadas, desenvolvendo atividades apenas no lar ou na informalidade (“bicos”) e que tinham diversas dificuldades, além de pessoas idosas, aposentadas, empregadas com carteira assinada, donas de casa, estudantes, mas ainda havia, em todas elas, vontade em obter algum empoderamento em suas vidas.

Vale ressaltar que tais pessoas contribuíam na renda da família de alguma forma. E apenas uma das entrevistadas atuava na mesma área do curso e tinha mais interesse por já trabalhar com produtos de higiene (qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal).

Desse modo, tais elementos vão ao encontro do que fora discutido no capítulo 2, já que as mulheres se inseriam sobretudo em espaços e postos de trabalho que demandavam menores índices de qualificação e dedicação em termos de jornada de trabalho, em que algumas estavam na informalidade e com salários inferiores, o que não lhes possibilitava ascender para trabalhos melhores, permanecendo em segmentações e desigualdades das relações de gênero já apontadas no capítulo anterior. Chama a atenção o fato de elas estarem em busca de caminhos e meios,

mesmo que por vezes fossem tortuosos e deficitários, para uma possível transformação dos fenômenos da vida social em que se encontravam inseridas.

4.2.4 Trabalho das egressas após o término do curso do Programa Mulheres Mil

Este tópico abordou questões amplamente discutidas nos objetivos do Programa Mulheres Mil e elencados no capítulo 3. As egressas, ao serem questionadas sobre algum auxílio ou intermediação para conseguir determinada vaga de trabalho, a maioria relatou que não. Elas comentam que, se o Programa Mulheres Mil tivesse articulado mecanismos para a inserção delas no mercado de trabalho, teriam tido mais oportunidades, conforme as opiniões subsequentes:

Seria bem mais fácil. Porque quando você tem influência de alguém, acontece mais rápido. Igual, eu não estava trabalhando e não tinha muitas referências (Entrevistada L; curso de artesã em bordado à mão, 2016).

Eu acho. Se eles entram juntos, é mais fácil. Eles têm mais oportunidade que nós para estar chegando e conversando com eles e indicando; as oportunidades deles são outras, não é [sic] igual à da gente. A gente não tem o apoio do pessoal da cidade (Entrevistada I; curso de técnicas de artesanato, 2016).

Não. Só que abriu os cursos novos de crochês e pinturas que tinha [sic]. Mas isso acho que não, eu não lembro, não. Eles falaram: “se vocês terminarem, procurem um lugar para vocês e não vêm só estudar e ganhar o diploma do curso, mas procure [sic] aperfeiçoar no mercado de trabalho”. Eles conversaram sobre isso com a gente, mas só isso, assim (Entrevistada O; do curso de manicure e pedicure, 2016).

Na fala das respondentes, percebe-se que havia apenas o estímulo verbal na sala de aula para buscar trabalho formal ou partir para o empreendedorismo e as formas associativas e solidárias; assim, talvez alcançassem a empregabilidade, e, para elas, a intermediação ajudaria de alguma forma para o direcionamento ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, a individualização e a responsabilidade atribuída a essas egressas para se desenvolverem no mercado de trabalho com a formação obtida se apoiam, conforme Venco (2003), na tese de desqualificação dos trabalhadores oriundos em discursos governamentais diante das demandas de mercado. Tal fato é usado para explicar o desemprego em que estão imersas.

Em contrapartida, no tocante à inserção no mercado de trabalho após o curso, uma das egressas explicou que, mesmo diante das dificuldades e de não ter tido nenhuma intermediação,

apresentação de vagas de trabalho ou ajuda para conseguir um trabalho na área do curso, ela resolveu que deveria fazer algo por conta própria para aumentar a renda, ainda que na informalidade. Assim, explica que:

A gente começou a colocar em prática imediatamente. Terminou o curso e eu achei muito interessante. Era uma coisa que eu gostava de fazer, gosto de cozinha. É uma coisa que eu me identifiquei no curso: a gente tinha as aulas práticas lá e eu chegava em casa e já fazia. Então, a gente fazia uma geleia na aula, na mesma semana chegava em casa e fazia, e todos gostavam. Eu comecei a passar para minhas amigas degustarem. Elas gostaram e pediram para eu fazer. Assim começou. O que eu fazia, eu pegava a bolsa e saía para as pessoas degustar [sic]. Eu fui a floriculturas para as pessoas tentarem vender junto com os arranjos, cesta do café da manhã. Eu sempre levava minhas amostras para a pessoa degustar. Aí eu pensei que, se eu me esforçasse, se eu saísse, eu me dava bem, eu conseguia vender. Eu fiz a minha propaganda. Então, muitas da cidade me conhecem, nós chegamos a fazer para Uberlândia, Goiânia. Então, pessoas daqui vão indicando, indicando. Assim que funciona, e até hoje as pessoas me procuram. Eu faço também lembrancinhas. A gente fez lembrancinhas para o dia das mães numa escola, no ano de 2015 (Entrevistada C; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas).

Aqui há um caso que se destacou diante dos outros, sendo necessário apresentar alguns benefícios citados pela entrevistada C: uma mulher, que se tornou empreendedora do próprio negócio com os ensinamentos obtidos a partir da qualificação profissional e tem melhores condições financeiras de se desenvolver, conta com o apoio do marido que possuía um trabalho e renda para comprar os produtos, proporcionando a ajuda necessária para o deslanchar de um negócio. Até os dias atuais, a referida egressa atua com tal empreendimento de forma artesanal e na informalidade, conciliando com o cuidado da casa, do marido e dos filhos.

Vale ressaltar que o meio em que esta mulher está inserida, bem como as facilidades que possuía, como ter dinheiro para investir na produção, propiciaram uma ascensão mais fácil na obtenção e na elaboração de um negócio próprio. Logo, conseguiu desenvolver um trabalho e se diferenciar das demais, aliando a teoria com a prática, além de apresentar habilidades produtivas para o próprio crescimento.

Já no caso da entrevistada A, do curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas (2016), nota-se que sua realidade era o contrário da citada anteriormente, pois não tinha renda fixa, contava com pouco dinheiro de trabalhos informais diversos e, ainda assim, por um período desenvolveu e vendeu produtos a partir do aprendizado oriundo da qualificação obtida, como pode ser visto abaixo:

Emprego, não. Eu tive um retorno muito bom do curso que eu fiz; os licores eu vendi, mas trabalho, não. Eu preparei os licores e ofereci para amigos, e foi assim que eu fui... Vendi mais para amigos, vendi para outras pessoas, também médico, tinha uns médicos que me encomendava [sic] os licores no final de ano. No final de ano era que eu vendia mais, Natal e Ano-Novo [...]. Quando eu terminei, nós tinha [sic]... eu devo ter guardado por aí, não sei onde, mas eu sei que eu tenho um panfleto de Goiânia que uma das professoras deu para nós. Eu entrei em contato com eles, aí peguei, fui nessa loja e trouxe um pouco de garrafa. Aí fiz e ofereci para amigos, e fui oferecendo daqui, oferecendo dali. Teve uma saída até boa.

É importante compreender que, mesmo diante de uma sociedade cujos componentes são os mais variados possíveis – ideológicos, culturais, educacionais, financeiros, entre outros –, houve uma constante relação contraditória estabelecida pelas mulheres com o meio em que se inserem.

Conforme o objeto aqui estudado, referente às egressas do Mulheres Mil, é possível notar que elas não estão isoladas em si mesmas, e sim em constante interação com o ambiente vivenciado ao longo da qualificação recebida dos cursos. Cumpre salientar a imprescindível interdependência entre o meio e o indivíduo.

Nesse entremeio, outra mulher que já trabalhava na área quando adentrou o curso – entrevistada E, do curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal –, disse ter sido possível levar os conhecimentos obtidos para o local de trabalho, recebendo, inclusive, um aumento de salário por desenvolver fórmulas novas e incrementar as existentes. Como tinha o material impresso do curso, como as apostilas com fórmulas e descrições, era mais fácil para aplicar os conhecimentos quando precisava; atualmente, ela faz sabão apenas para uso próprio e não trabalha na área do curso.

Essas mulheres, apesar das dificuldades existentes em suas vidas e da formação rápida obtida, souberam apropriar do conhecimento ofertado nos cursos do Mulheres Mil, aliando-o às suas experiências, mesmo como donas de casa. Nesse ínterim, os cursos que tiveram um melhor desenvolvimento das egressas no mercado de trabalho em um dado momento ocorreram no início do programa, quando ele não fazia parte do Pronatec/BSM.

Os fatos sociais supramencionados mostram que, com o passar dos anos e a ampliação da oferta de vagas nos cursos de qualificação profissional do Programa Mulheres Mil, no período em que ele foi integrado ao Pronatec/BSM, houve uma aproximação com “[...] a temática da

qualificação profissional de mulheres a rede socioassistencial” (BRASIL, 2014a, p. 4). Isso pode ter prejudicado o correto desenvolvimento das atividades, já que houve várias deficiências e um aligeiramento dos aprendizados disponibilizados, como apontado pelas egressas ao longo desta pesquisa.

Nessa discussão, tem-se que algumas egressas não trabalharam ou realizaram algo na área do curso, ao passo que outras atuaram na informalidade vendendo tapetes, sabões líquidos, artesanatos diversos para parentes, amigos e vizinhos, na tentativa de complementar a renda e para o consumo próprio.

Diante de uma visão dinâmica desses fenômenos, evidencia-se que algumas famílias são chefiadas por mulheres e, devido ao desemprego delas, tiveram os rendimentos afetados e se encontram em condições de vulnerabilidade. Assim, a análise social aqui citada difunde um conceito particularmente útil que exprime situações vivenciadas por elas quando se tornam indivíduos não empregáveis, para os quais tem disponível, conforme aponta Lucena (2004), apenas a procura constante por um emprego num cenário precário e permanente, estando distante do mercado de trabalho formal.

Com o passar do tempo, devido à desvalorização dos produtos produzidos por elas na informalidade ou por não terem aprendido o suficiente nos cursos de qualificação, tais mulheres desistiram, sem produzir mais nada ou, em alguns casos, permanecendo com a produção para consumo próprio, somente.

Assim que eu fiz o curso eu comecei, andei ganhando um dinheirinho. É porque eu vendia para parente. Aí depois foi ficando decadente assim, sabe? Então, eu não fiz mais. Mas para casa eu fiz sabão, ajudou bastante, mesmo assim ajudou muito (Entrevistada F; curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal, 2016).

Kuenzer (2007b) alude que há uma inclusão excludente, na qual se observa um movimento duplo que, ao mesmo tempo em que inclui a força de trabalho dessas mulheres de forma precarizada em determinados locais produtivos, as exclui de outros postos de trabalho. Entretanto, sob o ponto de vista da educação, há um discurso propalado por meio de políticas públicas em direção à democratização, no qual se “[...] estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro” (*ibidem*, p. 492-493). Por conseguinte, há uma inclusão em determinados pontos da cadeia produtiva, mas, para isso, precarizam-se os processos educativos,

o que frequentemente não propicia a inclusão ou a permanência, apenas uma simples oportunidade de certificação.

Quando questionadas sobre as explicações e oportunidades oferecidas durante o curso relacionadas a empreendedorismo, formas associativas e solidárias, participações em feiras ou exposições para mostra e venda de produtos fabricados por elas, a maioria afirmou que tais aspectos foram discutidos durante o curso. Algumas não lembravam ao certo os assuntos abordados, em que tinham apenas uma vaga lembrança de algo feito por meio de palestras e visitas.

Algumas relataram ainda que, em alguns cursos, tiveram oportunidades de mostrar os produtos em eventos que ocorreram na instituição ofertante. Mas, ao aliar tal fato às dificuldades ou facilidades para inserção no mercado de trabalho, mediante o conhecimento obtido na qualificação profissional, a maioria relatou que foram inúmeras: quando se considerava a prática, o que foi ensinado sobre cooperativismo ou empreender era difícil de ser feito, já que possuíam inúmeras deficiências que não foram sanadas ao longo dos cursos.

Diante disso, a análise das trajetórias vivenciadas pelas egressas revela deficiências. Apesar da tentativa de aproximar a teoria à prática, a formação obtida não foi suficiente para o pleno desenvolvimento em determinados contextos, apresentando contradições que não foram supridas ao longo do processo histórico construído por elas.

Nesse sentido, algumas delas disseram ainda que buscaram informações para descobrir como era possível montar uma cooperativa, se reuniram com mais colegas dos cursos e conversaram com professores durante as aulas. Todavia, diante das inúmeras dificuldades, como não ter dinheiro para investimento no negócio próprio, conhecimento necessário (foram abordados aspectos simples e rápidos durante as aulas) e conhecimento aprofundado de como fazer e começar diante das burocracias que lhes foram apresentadas, não foi possível desenvolver o próprio negócio de forma regularizada.

Os aspectos da realidade humana aqui apresentados pelas mulheres não foram compreendidos isoladamente, e, para entendê-los, é preciso observar a conexão íntima que existiu entre eles e aquilo que eles não são. Houve vários impeditivos, a exemplo da aprendizagem rápida e deficitária, da falta de renda e dinheiro, do mercado escasso para alguns produtos obtidos por meio dos cursos e do reconhecimento de valor desses produtos na cidade de Itumbiara-GO. Segundo elas, o comércio não valoriza determinados tipos de produtos, como artesanatos e sabão

líquido – muitas vezes, o preço que querem pagar é irrisório; então, o custo-benefício não compensa à fabricação e venda. Muitas delas desistiram de ter um negócio próprio ou continuar no ramo, em razão das inúmeras dificuldades enfrentadas.

A partir dessa discussão, é possível visualizar as contradições existentes entre os benefícios apresentados pelos cursos e os ganhos obtidos pelas mulheres, sendo essa uma categoria fundamental da lógica dialética. Tais fatos não se apresentam apenas diferentes, mas contraditórios e antagônicos, e o movimento histórico, realizado por essas mulheres no âmbito da realização da qualificação profissional, é produto das contradições.

4.2.5 Trabalho

O trabalho atual das egressas foi discutido na seção que trata do perfil delas, mas aqui são abordadas questões específicas para complementar o que fora apresentado. Assim, as funções atuais foram: cozinheira, auxiliar de limpeza, camareira, auxiliar de produção, vigilante, auxiliar de serviços gerais, aposentada, desempregada, do lar e estudante. Algumas delas afirmaram que tinham carteira assinada e não possuíam outro benefício.

Quando abordadas sobre as mudanças que tiveram em suas vidas após o curso, a maioria disse que houve um bem-estar a elas, com elevação da autoestima, mas poucas retornaram aos estudos e outras percorreram trabalhos precários até se tornarem desempregadas. Ao esboçar tais situações, nota-se que Saffioti (2013) reconhece as péssimas condições de trabalho das mulheres ao longo do processo histórico, perpassando os dias atuais. Na sequência, há opiniões divergentes das entrevistadas quando indagadas sobre os referidos aspectos:

Primeiro a autoestima. Eu sou de São Paulo, lá em São Paulo eu trabalhava. Quando eu vim para cá, eu já virei dona de casa. Esse curso mudou muito minha autoestima. Fazer uma coisa que eu gostava e ainda estava sendo remunerada por isso, então para mim foi 10 (Entrevistada C; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas, 2016).

Não resolveu muita coisa. Eu aprendi muito pouco, não foi muita coisa. Mas eu achei bom, bom demais. A gente não tem nada para fazer dentro de casa e tem o curso para fazer, é bom. Só não consegui pegar tudo não. A cabeça da gente não dá para memorizar tudo não. Me deu descrença, mas eu vou continuar (Entrevistada J; curso de artesã em bordado à mão, 2016).

Eu sempre quis procurar coisas melhores, por causa da gravidez eu parei de estudar e, graças a Deus, eu fiz o curso e consegui. Fiz o curso e voltei a estudar

agora; vou terminar o ano que vem, já. Não quero parar, quero aprender mais (Entrevistada O; curso de manicure e pedicure, 2016).

Mudou minha maneira de ser, meu jeito de ser, meu jeito de agir, a contribuir com os outros melhor, olhar os outros e, quando precisar, a gente está lá. Eu não era muito de falar que não fazia, mas eu acho que eu mudei mais. Eu vi que não era da maneira que eu estava fazendo o correto para com os outros. Eu achei assim a minha ida para conversar com o pessoal e ajudar os outros também, colaborou e muito. Vê o lado do outro, entender o lado do outro. Nem tudo podia ser levado a fogo e ferro. Então, eu aprendi muito lá (Entrevistada I; curso de técnicas de artesanato, 2016).

Para ação, na prática, não. Mas, por dentro, no interior da gente, quanto ao conhecimento que a gente teve, mudou muita coisa (Entrevistada P; curso de manicure e pedicure, 2016).

Foi maravilhoso demais para mim. Igual eu falei para você, foi muito bom para mim. Todos os sentidos foi [*sic*] muito bom. Me tirou de casa, me acabou a timidez, arrumei muitas amigas, muita gente boa, ali todo mundo era gente boa que valorizava a gente. Então, eu faria demais (Entrevistada F; curso básico de qualificação profissional em fabricação de produtos de limpeza em geral e higiene pessoal, 2016).

Motivou a querer fazer outros cursos, com certeza. Eu até queria fazer [...]. Eu queria fazer, quero voltar a estudar, quero tentar melhorar, mesmo. Motivo é você querer melhorar e ir sempre para frente (Entrevistada L; curso de artesã em bordado à mão, 2016).

Na área, não. Eu voltei para fazer uns cursos de informática para mais, eu terminei esses dias. Depois que eu terminei, não fui só para escola terminar o segundo grau porque eu não tinha terminado. Ajudou muito na abrição [*sic*] de cabeça para voltar a estudar. Eu tinha só a oitava série e voltei, terminei o segundo grau (Entrevistada B; curso básico de processamento de alimentos – conserva e licores de frutas).

É perceptível que as mulheres entrevistadas tiveram êxito em temas relacionados à formação cidadã de uma forma geral, o que vai ao encontro do que Brasil (2014b) afirma, com elevação da autoestima, melhoria na saúde da mulher, conhecimento de direitos e deveres, comportamento sustentável e exercício da cidadania.

Mesmo com essas questões, não foi possível propiciar, a algumas egressas, a saída delas da posição de vulneráveis no mundo do trabalho, e, como afirma MTE-DIEESE (2007 apud KATZMAN, 1999; 2001), esse conceito vai além da obtenção de autoestima, mas se pretende, ao menos, ter “[...] a menor capacidade de enfrentar situações de risco, de controlar as forças que afetam as possibilidades de aproveitar as oportunidades de boa inserção ocupacional propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade”.

4.2.6 Sugestões, críticas e observações sobre o Programa Mulheres Mil

Ao partir do princípio de que a presente pesquisa está centrada na história do Programa Mulheres Mil, na sociedade que abarca tais cursos ofertados e nos sujeitos que realizaram a qualificação profissional – neste caso, as egressas –, interessa explicar e apresentar a materialidade das relações sociais vivenciadas e construídas historicamente pelas mulheres durante o curso, por meio das sugestões, críticas e observações sobre o referido programa.

As sugestões se relacionaram a ter outros cursos, não tão rápidos e fragmentados, mas com mais horas e que contemplem o ensino com calma, detalhando melhor o conteúdo a ser abordado, com sequência e organizado para as mulheres aprenderem, independentemente do grau de instrução que possuem.

Indicaram ainda que deve haver a distribuição correta de materiais e aulas, para que não falte oportunidade de aprenderem. Ademais, solicitaram que o valor da bolsa-auxílio seja pago sem atrasos e revisto para uma quantia que lhes proporcione comprar materiais para continuar a praticar as atividades em casa, quando não estiverem na escola.

Nesse sentido, as mulheres enfatizaram que o curso de manicure e pedicure foi desorganizado, principalmente no quesito material, o que consequentemente gerou demora para iniciar as aulas práticas. Também sugeriram que o material deve ser entregue a elas, para que possam praticar em casa e desenvolver um trabalho:

Porque quando você está fazendo o curso, você trabalha lá, porque lá tem o alicatinho, mas quando você chega em casa, você não tem e, às vezes, nem precisava comprar. Quando vai o material e você pode trabalhar em casa e tal, é diferente. Me parece que outro curso dá o material e você continua trabalhando. Aí você vem embora e larga o material lá; você não traz o material, é só de você trabalhar lá. Aí muita gente para de trabalhar porque não tem condições de comprar o material (Entrevistada P; curso de manicure e pedicure).

Algumas respondentes salientaram que é necessário ter uma organização melhor, em se tratando da entrega dos documentos e certificados, como exemplificado na fala da entrevistada I, do curso de técnicas de artesanato (2016): “[...] tive dificuldade de pegar meu diploma, porque meu diploma desapareceu. Eu andei vários tempos atrás dele para depois eu pegar, mas eu consegui pegar”.

Outro ponto abordado por algumas entrevistadas se refere a colocar mais professores capacitados, que saibam ensinar para esse público específico do Programa Mulheres Mil, composto por pessoas do sexo feminino de diferentes faixas etárias, vulneráveis econômica e socialmente, que historicamente estiveram em desvantagem no mercado de trabalho e que tinham escolaridade insuficiente ou diversificada, dificuldades de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Tal fator pode ser visto nos discursos subsequentes:

Eu acho que teria que colocar professores mais capacitados, que sabe [sic] mesmo fazer, ensinar para a gente aprender a fazer. Por exemplo, matemática é uma coisa que mexe com cálculo; então, a pessoa tem que estar ali e aprender todas as regrinhas para fazer. Ele apenas explicava, e ele mesmo resolvia, então acabou ali. Passou o tempo e acabou (Entrevistada O; curso de manicure e pedicure, 2016).

Eu acho que tinha que ter mais professores, porque são poucos professores e, às vezes, não dava para pegar direito. Um fazia duas, três coisas e você nunca sabia exatamente o que era (Entrevistada L; curso de artesã em bordado à mão, 2016).

Salientaram ainda a necessidade de haver uma intermediação efetiva da mão de obra a ser formada. Muitas delas disseram que a instituição que ofertou o curso poderia ter uma escola-empresa para apresentar, auxiliar e incentivar as mulheres em oportunidades com vagas no mercado de trabalho, na área dos cursos ofertados no Mulheres Mil. Seria possível apresentar a elas as vagas relacionadas aos cursos que fizeram e elaborar uma carta de recomendação ou intermediação junto às empresas locais.

Elas apresentaram ideias no sentido de que os cursos sejam voltados a um desenvolvimento melhor das mulheres no mercado de trabalho da cidade onde estão inseridas, como pode ser visto na fala da entrevistada I do curso de técnicas de artesanato: “[...] que saia melhor para a nossa cidade”.

Dessa maneira, as sugestões das egressas foram relacionadas aos cursos de informática; sobre como montar um salão de cabeleireiro, com ensinamentos sobre cabelo e maquiagem; de culinária; de etiquetas/boas maneiras; e de laticínios (produção de leite, queijos, quitandas e doces).

Nesse entremeio, muitas delas agradeceram o carinho e a paciência que os membros do Programa Mulheres Mil tiveram com elas. Apesar das falhas encontradas, disseram que se sentiram bem com a convivência no ambiente escolar e que fariam novamente algum curso, pois

é uma forma de elas se sentirem ativas e valorizadas, saírem do comodismo em que se encontram e complementarem a renda ou conseguirem um emprego que lhes dê um retorno financeiro.

Por outro lado, é possível citar que há uma contradição: mesmo diante das inúmeras deficiências dos cursos, ainda assim os fariam novamente, em busca de algo que não conseguiram ter em outro curso já realizado antes. Nas falas a seguir, atesta-se tal fato:

Para tentar aprender de verdade, eu não consegui, mesmo. Problema meu foi só não ter aprendido, não ter conseguido aprender. Mas eu queria, sim. Eu achei muito bom, eu ia todos os dias. Só faltava se fosse uma coisa muito urgente, mesmo (Entrevistada L; curso de artesã em bordado à mão, 2016).

Eu ia fazer esse mesmo [curso] de novo, para acabar de aprender o crochê peruano, um outro crochê que não sei dizer o nome, para você ver que eu não aprendi. Era mais difícil, mais complicado. A menina que estava ensinando a gente só veio uma vez. Ai não tinha como, o tempo era pouco para estar aprendendo. Esse não aprendi (Entrevistada I; curso de técnicas de artesanato, 2016).

Os dados da pesquisa permitem afirmar que, nos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil elencados nesta pesquisa, há um rápido treinamento, de natureza incompleta, a partir de algum domínio de educação geral. Isso não implica necessariamente o acesso a um conhecimento crítico e construtivo para o desenvolvimento da capacidade de emancipação humana, pois algumas egressas não conseguiram aprender e se inserir num mercado formal, permanecendo, muitas vezes, desempregadas ou em trabalhos precários e informais. Pode-se reconhecer que, como declara Saffioti (2013), o trabalho para a mulher das camadas menos favorecidas, a exemplo das egressas aqui pesquisadas, se impõe como meio de subsistência.

Diante disso, os fatos apresentados nesta pesquisa foram concebidos como um conhecimento da realidade apresentada e compreendidos num todo dialético¹⁵. Vale dizer que o saber das egressas deveria ser visto como uma parte que compõe o processo de trabalho, e não como ele todo.

Portanto, a materialização do trabalho implica em articular suas diferentes partes, evidenciando-se o senso de necessidades que possuem e com qual delas interpretam o mundo e suas relações de trabalho. Elas têm consciência de que ocupam os lugares mais baixos na cadeia

¹⁵ Kosic (1976 apud LUCENA, 2004, p. 41) explica que “[...] o pensamento dialético parte do pressuposto que o conhecimento humano se processa em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo. [...] a realidade é um todo dialético e estruturado [...]”.

produtiva, mas, apesar disso, parece sobrar poucas alternativas às egressas com os cursos que foram realizados, para tentar subverter esse quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As egressas do Programa Mulheres Mil – *Campus Itumbiara* almejam uma emancipação, mas muitas delas ainda não conseguiram tal quesito e outras têm uma consciência de si e dos componentes que regem suas vontades, desejando uma possível liberdade para colocar em prática a autonomia e a construção de um saber transformador de suas realidades.

De fato, alguns fatores foram (e continuam sendo) limitadores para o desenvolvimento dessas pessoas como seres sociais concretos e realizados. Esses aspectos foram constantemente explicitados nesta pesquisa, a exemplo da falta de oportunidades, da certificação utilizada como mercadoria, das deficiências em contextos educacionais, das dificuldades financeiras, da falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido, da produção local em detrimento dos cursos ofertados deficitários e não correlacionados etc.

Foi necessário um amadurecimento das ideias, de forma a desenvolver um olhar crítico para mostrar a realidade ante as inúmeras situações ora postas. Procurou-se aqui chegar à compreensão e à explicação dos fenômenos sociais, relacionando-os com as condições históricas que lhes deram origem e que estão em constante interação.

Para tanto, explicita-se que o Programa Mulheres Mil é apontado como um programa de qualificação profissional para mulheres em vulnerabilidade social, com um caráter compensatório. Os cursos ofertados no *Campus Itumbiara* são atividades historicamente pertinentes aos papéis femininos, sobretudo nos espaços domésticos e informais, que possuem nenhuma (ou pouca) relação com a empregabilidade local.

Cabe aqui questionar e analisar o que pode ser feito para as mulheres que estão envolvidas nesse tipo de educação sejam contempladas com uma qualificação profissional. São fundamentais, porquanto, uma formação básica e um tempo de preparo adequados ao aprendizado dessa classe social (as egressas do Programa Mulheres Mil).

Não basta beneficiar apenas uma minoria ou uma parcela de determinado público, mas ser abrangente a todas as mulheres matriculadas, seja em qual nível estiverem, sem distinção entre raça, cor, gênero. Isso impede que seja um curso que apenas reproduza e reforce os modos de precarização das condições e relações de trabalho.

Portanto, o desenvolvimento dos conceitos obtidos na qualificação profissional, a plena conscientização dos significados sociais e a produção de novos conhecimentos a partir dos já existentes seriam ideias para desenvolver a apropriação de si pelas mulheres. Logo chegariam à

tão almejada autonomia sobre atos e produções com aquilo que deveriam ter aprendido, caso os cursos ofertados não tivessem sido tão rápidos, precários e desconectados das práticas vivenciadas por elas.

Os dados obtidos permitiram fazer tais apontamentos, mas há que se elencar que há o reconhecimento do mérito do Programa Mulheres Mil em outros contextos, mas seria interessante mais pesquisas com uma amostragem maior e mais abrangente para comparar e apresentar novos dados que possam vir a complementar esta pesquisa.

Ressalta-se ainda que a maioria dos problemas, críticas e reclamações se referia a cursos ofertados e ministrados após o Programa Mulheres Mil ter sido inserido no Pronatec, talvez porque o projeto tenha perdido algumas características durante o caminhar e desenvolvimento numa migração para outro contexto diferente daquele que fora inicialmente construído.

Por meio da pesquisa aqui realizada, foi possível analisar que a demanda de vários cursos com focos diferentes em um mesmo órgão pode ter contribuído para isso. O direcionamento do Mulheres Mil para alguma coordenação paralela ao Pronatec poderia solucionar tais problemas diante de um público variado e com inúmeras características peculiares.

O não desenvolvimento do Observatório do Mulheres Mil também foi um fator relevante e deficitário que colaborou para o programa não caminhar na direção em que fora idealizado. Quando se fala em mundo do trabalho, há de se considerar a materialidade dos fatos, bem como a dialética que compõe tais questões. Nessa lógica, o processo dialético é infinito e histórico, pois proporciona o entendimento e dá forma ao estrato social, tornando comprehensivos os elementos culturais e ideológicos que muitas vezes se fazem presentes na fala das egressas e ainda estão delineados na teoria que integra esta pesquisa.

A análise crítica da atual conjuntura social em que as mulheres entrevistadas se encontram é imprescindível, pois verifica com singularidade as ferramentas utilizadas historicamente, tanto pelo Programa Mulheres Mil quanto pelas egressas, para estabelecer o *status quo*. Por conseguinte, o empoderamento dessas pessoas é trabalhado no programa, mas de forma precária e com ausência, em alguns momentos, de ações voltadas à equidade de poder entre os sexos; assim, torna-se pertinente abordar, com efetividade, a formação integral da mulher e a elevação da escolaridade.

Muitas vezes, o trabalho feminino foi (e continua sendo) usado nas políticas públicas como pressão para mudanças na histórica exclusão das mulheres do mercado de trabalho. O

Programa Mulheres Mil é um exemplo desse tipo de ação, que apresenta contradições ao longo de seu desenvolvimento – na teoria, possui indícios de uma educação que buscara a totalidade do aprendizado, mas, na prática, não realizou tal feito. Ele se centrou apenas na ideia do curso profissionalizante com formação rápida e deficitária de mão de obra a ser atuante em diversos contextos, como o precário, a informalidade, o desemprego, o flexível etc.

Percebe-se que o Programa Mulheres Mil analisado nesta pesquisa, é interessante, ousado e que as expectativas *a priori* eram as melhores possíveis, mas os dados aqui obtidos permitiram apresentar algumas deficiências relatadas pelo universo pesquisado de 15 mulheres do Campus Itumbiara, não sendo possível direcionar para demais cursos e outras mulheres que não fizeram parte da amostra pesquisada. Para tanto seria necessário novas pesquisas com novas amostras retratando a realidade das demais egressas tanto do campus já pesquisado como de outros.

Destarte, em termos de educação e trabalho, os cursos ofertados limitaram o acesso à cidadania e à equidade das mulheres, com naturalização das diferenças de gênero e a manutenção das egressas em situações de vulnerabilidade, em se tratando do mercado de trabalho – os cursos, em grande parte, foram direcionados para serviços domésticos, reforçando a divisão sexual do trabalho. Observa-se então que esse tipo de qualificação profissional apresenta contradições, pois, ao mesmo tempo em que oferece acesso ao saber, seja ele parcializado, fragmentado e rápido, esse mesmo conhecimento se torna uma mola propulsora de exclusão das egressas em relação ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Caio. A concepção de educação na obra de István Mészáros. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social**: as contradições do capital no século XXI. São Paulo: Práxis, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 11, s/p., 2000.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. A classe trabalhadora e a mundialização do saber. In: LUCENA, Carlos (Org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas: Alínea, 2008.
- BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 9 dez. 2012.
- _____. **Projeto Mulheres Mil**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.oei.es/pdf2/mulheres-mil.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- _____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.
- _____. Portaria n. 693, de 9 de junho de 2008a. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jun. 2008a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/06/2008>>. Acesso em: 16 dez. 2016.
- _____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008b. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito do Programa Mulheres Mil.** Brasília, 2011a.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11834&Itemid=11834>. Acesso em: 3 maio 2012.

_____. Ministério da Educação. **Mulheres Mil: do sonho à realidade = Thousand Women: making dreams come true = Mille Femmes: du rêve à la réalité.** Brasília, 2011b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32301-setec-pmm-livro-mulheres-mil-em-portugues-do-sonho-a-realidade-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 3 maio 2012.

_____. **Mulheres Mil na rede federal:** caminhos da inclusão. Brasília, 2011c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015:** projeto de lei. Brasília, 2011d.

_____. Ministério da Educação. **Programa nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.** Brasília, 2011e.

_____. Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jul. 2011f. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011g. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 19 dez. 2016.

_____. **Cartilha Pronatec – Brasil sem Miséria.** Brasília, 2013a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, 2013b.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 168, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013c. Disponível em:

<http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

_____. **Cartilha Pronatec – Brasil sem Miséria – Mulheres Mil.** Brasília, 2014a.

_____. Ministério da Educação. **Mulheres Mil**. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. **Relatório de gestão do exercício de 2013**. Brasília, 2014c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=456&limitstart=30>. Acesso em: 10 maio 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate**, n. 24, Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. **A rede federal por estado**. Brasília, s. d. Disponível em: <http://institutofederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=79>. Acesso em: 3 dez. 2015.

CARRILHO, Anabelle. A feminização na produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras** – análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional** – trabalho e tempo livre. Brasília: Plano, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, Robson; AFONSO, Scocuglia. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: SCOCUGLIA, Afonso et al. **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2011.

FRANÇA, Robson; SILVEIRA DE FRANÇA, Polyana Imolesi. Trabalho e conhecimento tácito na reorganização da produção capitalista – uma análise das suas contradições. In: LUCENA, Carlos (Org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas: Alínea, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. São Paulo: CUT, 2005.

GENTILLI, Pablo. O conceito de empregabilidade. In: LODI, Lucia Helena. In: Seminário Nacional sobre avaliação do planfor: uma política pública de educação profissional em debate, 1., 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Unitrabalho, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/a0537132.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2015**. Rio de Janeiro, 2015.

IFG. Instituto Federal de Goiás. Campus Itumbiara. **Histórico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/itumbiara/index.php/historia>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

_____. **Solenidade**: Campus Itumbiara certifica alunas do Programa Mulheres Mil. 2012. Disponível em: <<http://www.itumbiara.ifg.edu.br/index.php/noticias/1012-solenidade>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

_____. **Mulheres Mil**: IFG deve atender mais de 500 mulheres neste segundo semestre. 2013. Disponível em: <<http://ifg.edu.br/itumbiara/index.php/noticias/1507-ifg-deve-atender-mais-de-500-mulheres-neste-segundo-semestre>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Cláudio; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2002 (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Da dualidade assumida a dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, s. l., v. 5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007b.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação profissional para as populações de baixa renda: expressões de sua efetivação. In: SOUSA, Antônia de Abreu (Org.). **Educação e formação para o trabalho no Brasil**. Fortaleza: UFC, 2012.

LOMBARDI, Maria Rosa. Anotações sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.

- _____. Trabalho e conhecimento tácito na reorganização da produção capitalista: uma análise das suas contradições. In: LUCENA, Carlos (Org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas: Alínea, 2008.
- _____. Trabalho, capitalismo e formação dos trabalhadores. In: SCOCUGLIA, Afonso et al. **O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2011.
- LUCENA, Carlos; FRANÇA, Robson Luiz; PALAFOX, Gabriel Humberto Munoz. Mundialização e trabalho: um debate sobre a formação dos trabalhadores no Brasil. **HISTEDBR**, Campinas, n. esp., p. 147-161, maio 2009.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.
- MACHADO, Lucília; SHEILLA, Menezes. Definições extraídas do dicionário de formação profissional. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário de formação profissional**. Belo Horizonte: NETE, 2000. Disponível em: <<http://www.iiep.org.br/modulos/mod001/docs/definicoes.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2014.
- MANZINI, E. J.; SIMÃO, L. M. Considerações sobre a elaboração de roteiro de entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). **Colóquio sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MIRANDA, Ana Paula Rocha; ARAUJO, Maria Arlete Duarte de. Transformações no mundo do trabalho: um olhar sobre a qualificação profissional. **Revista Interface**, Natal, v. 3, n. 1, jan./jun. 2006.
- MTE. Ministério do Trabalho e Emprego; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas. 2007. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Multifaces do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 23, n. 69, s/p., mar. 2002.

_____. Notas sobre a mulher e a sua luta pela “igualdade substancial”. In: LUCENA, Carlos (Org.). **Trabalho, precarização e formação humana**. Campinas: Alínea, 2008.

_____. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOMA, Amélia Kimiko; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Trabalho, educação e sociabilidade na transição do século XX para o XXI: o enfoque das políticas educacionais. In: ARAÚJO, Renan; SOUZA, José dos Santos (Orgs.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. 1 ed. Maringá: Práxis; Massoni, 2010.

OIE. Organização de Estados Iberoamericanos. **Brasil**: cursos capacitam mulheres para trabalho autônomo ou emprego. 2010. Disponível em:
http://www.oei.es/noticias/spip.php?article7878&debut_5ultimasOEI=75. Acesso em: 5 jan. 2015.

OIT. Organização Internacional do Emprego. **Tendências mundiais de emprego**: o risco de uma recuperação sem emprego. 2014. Disponível em:
http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/get14integra_1124.pdf. Acesso em: 9 dez. 2015.

PREFEITURA DE ITUMBIARA. **O município**: sobre Itumbiara. 2015. Disponível em:
<http://www.itumbiara.go.gov.br/site/home/index.php?p=conteudo&id=6>. Acesso em: 1 fev. 2016.

RAMOS, Marise. **A concepção do ensino médio integrado**. 2008. Disponível em:
http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 29 maio 2015. Mimeo.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALES, Francisco. **PLANFOR**: política compensatória para a “inclusão” na informalidade. Fortaleza: UFC, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Caxambu: Anped, 2006.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. A relação “educação e trabalho” no pensamento pedagógico dos empresários brasileiros em fase de neoliberalismo. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique (Orgs.). **Trabalho, educação e reprodução social:** as contradições do capital no século XXI. São Paulo: Práxis, 2013.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. **Cadernos Marxistas.** São Paulo: Xamã, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENCO, Selma. **Telemarketing nos bancos:** o emprego que desemprego. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. O trabalho associativo em economia solidária na ótica do gênero. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antonio de (Orgs.). **Trabalho e gênero:** entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia: PUC-Goiás, 2011.

YANNOULAS, Silvia; SAMPAIO, Myrian. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno. **Trabalho com a diversidade no PLANFOR:** raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP, 2001.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Roteiro das entrevistas com as mulheres (questões fechadas)

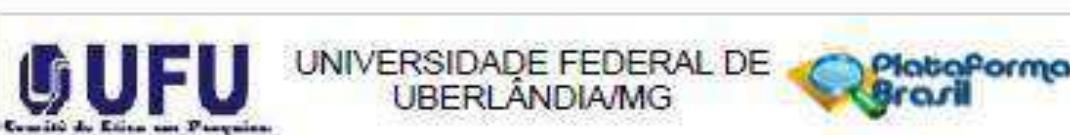
- 1) Idade: () até 30 anos () entre 31 e 40 anos () entre 41 e 50 anos () acima de 51 anos
- 2) Você estuda atualmente? () Sim () Não
- 3) Qual sua escolaridade? () Analfabeta
Ensino fundamental: () completo () incompleto
Ensino médio: () completo () incompleto () curso técnico
- 4) Estado civil:
() Solteira
() Casada
() Viúva
() Outros: _____
- 5) Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você?
() Moro sozinha
() Duas
() Três
() Quatro
() Cinco ou mais
- 6) Qual sua renda mensal bruta (somando a renda de toda a família)?
() Até 1/2 salário mínimo
() De 1/2 a 1 salário mínimo
() De 1 a 2 salários mínimos
() De 2 a 3 salários mínimos
- 7) Qual a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?
() Sou sustentada pela família
() Trabalho e recebo ajuda financeira de algum órgão do governo
() Sou a principal responsável pelo sustento da família
() Outro: _____
- 8) Recebe auxílio financeiro de algum órgão do governo? () Sim () Não
- 9) Se sim, qual? _____
- 10) Você trabalha atualmente? () Sim () Não

Apêndice 2 – Roteiro das entrevistas com as mulheres (questões abertas)

Tema	Questões
Trabalho geral (Para ativar a lembrança das mulheres sobre trabalho e assim adentrar nas questões da pesquisa).	<ul style="list-style-type: none"> • Me fale sobre seu trabalho: quais os tipos de trabalho que você atuou? Está exercendo (ou já exerceu) alguma atividade remunerada (com carteira assinada), de caráter informal (sem vínculo empregatício) ou temporário? • Quando e que tipo de trabalho? (Autônomo, cooperativo, do lar etc.)
Sobre o curso	<ul style="list-style-type: none"> • Quando fez o curso Mulheres Mil de _____, no ano de _____, explique: o que a motivou a fazer esse curso? • O que você achou do curso em si (gostou, achou interessante, não gostou)? • No curso, quais disciplinas mais te ajudaram de alguma forma no dia a dia ou no trabalho? De que forma isso contribuiu para
Trabalho Quando ingressou no curso	<ul style="list-style-type: none"> • Quando ingressou no Programa Mulheres Mil, você lembra se já trabalhava? • Fale sobre como era seu trabalho: o que você fazia, como ele era organizado e quais eram suas responsabilidades? • Contribuía no sustento da família?
Trabalho Após terminar o curso	<ul style="list-style-type: none"> • Você teve auxílio ou intermediação de alguma forma para conseguir a vaga de trabalho? • De acordo com o que vem à sua cabeça, como se deu sua inserção no mercado de trabalho após terminar o curso? • Diga se lhe explicado ou dadas oportunidades sobre empreendedorismo, formas associativas e solidárias. Você participou de alguma feira ou exposição para mostra e venda dos produtos fabricados? • Existe algo que dificultou ou facilitou sua inserção no mercado de trabalho?

Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Como você descreve seu trabalho? Está empregada na área do curso? • Há quanto tempo está nesse trabalho? • Você teve algum retorno financeiro, trabalho com carteira assinada e possui algum benefício como vale-alimentação, seguro saúde etc? • Ocorreu alguma mudança ou melhoria na sua vida após terminar o curso, como prosseguir nos estudos? Está empregada na área do curso ou em outra área?
Sugestões	<ul style="list-style-type: none"> • O que você sugere sobre o programa? O que pode ser melhorado ou não? • Faria novamente o curso? Por quê? • Você tem alguma observação que não foi contemplada nas questões anteriores e que gostaria de registrar neste espaço? • Alguma crítica, sugestão ou observação?

Apêndice 3 – Parecer consubstanciado do CEP/UFU



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mundo do trabalho e a Qualificação Profissional: Uma análise das egressas do Programa Mulheres Mill do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Câmpus Itumbiara.

Pesquisador: Adriana Cristina Omêra dos Santos

Área Temática:

versão: 2

CAAE: 58850716.5.0000.5152

Instituição Proponente: Faculdade de Educação - UFU

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.833.520

Apresentação do Projeto:

Conforme apresenta o protocolo: A pesquisa trata-se de uma investigação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, inserida na Linha de Pesquisa "Trabalho, Sociedade e Educação". Tem como tema a inserção das egressas no mercado de trabalho após cursarem o programa mulheres mill. Os objetivos da pesquisa são: identificar e analisar a inserção no mundo do trabalho das egressas de acordo com a formação obtida nos cursos oferecidos no Programa Mulheres Mill no período de 2012 a 2014, desenvolvido no Instituto Federal de Goiás (IFG)- Câmpus Itumbiara; aprofundar estudos sobre o Programa Mulheres Mill no Brasil; delinear o perfil social e econômico das egressas; mapear e avaliar a trajetória das egressas no mundo do trabalho, conhecendo os motivos que levam mulheres a buscar a profissionalização a partir do Programa, aliando com os estudos dos arranjos, das vocações e das potencialidades produtivas, sociais e culturais das comunidades beneficiadas pelo Programa estão condizentes com a empregabilidade local. É uma pesquisa qualitativa, e serão utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista semiestruturada com as mulheres que frequentaram o curso da referida instituição. Esperamos que o resultado desta pesquisa sirva de subsídios para novas pesquisas bem como, contribua com o fomentar do debate sobre o acesso ao mundo do trabalho de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

CEP: 38.408-144

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3299-4131

Fax: (34)3299-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br

Continuação do Parecer: 1.033.520

análise efetiva do Programa Mulheres MIL.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o protocolo:

"Objetivo Primário: Identificar e analisar a inserção no mundo do trabalho das egressas de acordo com a formação obtida nos cursos oferecidos no Programa Mulheres MIL, desenvolvido no Instituto Federal de Goiás -Câmpus Itumbiara, no período de 2012 a 2014.

Objetivo Secundário:

a) Descrever o Programa Mulheres MIL no Brasil;

b) Definir o perfil social e econômico das egressas do Programa Mulheres MIL do Instituto Federal de Goiás -Câmpus Itumbiara;

c) Mapear e avaliar a trajetória das egressas do Programa Mulheres MIL do Instituto Federal de Goiás-Câmpus Itumbiara no mundo do trabalho, conhecendo os motivos que levam essas mulheres a buscar a profissionalização a partir do Programa, aliando com os estudos dos arranjos, das vocações e das potencialidades produtivas, sociais e culturais das comunidades beneficiadas pelo Programa, estão condizentes com a empregabilidade local".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

Riscos: "Para a realização desta pesquisa existem os seguintes riscos: expor os sujeitos envolvidos com a pesquisa, caso haja a quebra do sigilo e o sujeito da pesquisa se sentir constrangido em responder alguma questão da entrevista. Seguiremos à risca o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para minimizar os riscos, assim como também respeitados os critérios éticos da pesquisa com seres humanos, tal como preconizado na Resolução nº 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Ademais, os nomes das entrevistadas serão preservados para que não haja quebra de sigilo, colocando apenas siglas nas fichas de entrevista, e esta será realizada em local apropriado. A entrevistada poderá se recusar a responder às perguntas e mesmo solicitar o término da entrevista. Como a entrevista vai ser gravada e transcrita, as entrevistadas poderão, a qualquer momento, solicitar a exclusão de partes, conforme acharem conveniente. Os riscos de identificação do sujeito são mínimos, mas se de alguma forma ocorrer, não serão prejudiciais a sua vida, pela natureza das informações coletadas. As entrevistas e suas transcrições serão guardadas na casa da pesquisadora, guardados em armário com chave, evitando assim o acesso de terceiros ao conteúdo das mesmas".

Benefícios: "Os resultados obtidos científicamente serão compartilhados com a comunidade"

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 204 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144

UF: MG Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3299-4131 Fax: (34)3299-4935 E-mail: ceo@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 1.000.520

acadêmica. Consideramos também como benefícios da pesquisa tais pontos: por se tratar de uma proposta de pesquisa inovadora em âmbito local, irá colaborar com suprir lacuna na literatura sobre o tema; Subsidiará discussões na comunidade acadêmica; Auxiliará os profissionais que atuam no desenvolvimento do Programa Mulheres MII a repensarem as ações necessárias para aperfeiçoamento de tal qualificação profissional, a partir da realidade da pesquisa apresentada; por meio de apresentações em congressos, pretende-se fomentar o debate sobre o empregabilidade dessas mulheres com a qualificação proporcionada por tal programa".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa qualitativa e descritiva com coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental. Para a realização das entrevistas semi-estruturadas há um roteiro contendo questões para a caracterização das participantes da pesquisa e questões substantivas considerando o seu propósito. O protocolo afirma que "na obtenção dos contatos das egressas será elaborado um documento para formalizar junto à diretoria do IFG-Itumbiara explicando os objetivos da pesquisa". A amostra está definida em 15 participantes distribuídas em 5 grupos (artesanato, fabricação de produtos de limpeza, bordado, manicure e processamento de alimentos).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer consubstanciado número 1.733.471, de 12 de Setembro de 2016, foram atendidas.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Data para entrega de Relatório Final ao CEP/UFU: Abril de 2017.

Endereço: Av. Jólio Neves de Ávila 2121- Bloco "A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica CEP: 38.408-144

UF: MG Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3298-4131

Fax: (34)3298-4395

E-mail: cnpq@proje.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 1003.020

OBS.: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 466/12, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento à Resolução CNS 466/12, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador:

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na Integra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também a mesma, juntamente com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo final (Res.251/97, Item III.2.e).

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica CEP: 35.408-144

UF: MG Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3230-4131

Fax: (34)3230-4335

E-mail: cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 1.033.520

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_744524.pdf	11/10/2016 00:51:22		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	respostas_as_pendencias_CEP.docx	11/10/2016 00:50:57	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	10/10/2016 15:06:18	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Modelo_TCLE_nvo.doc	10/10/2016 15:05:28	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Instituicao_Co_Participante_.jpg	10/10/2016 15:04:39	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
Outros	modelo_instrumento_coleta_dados.docx	15/08/2016 14:49:53	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
Outros	links_currículo_lattes_pesquisadores.docx	13/08/2016 10:45:47	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
Outros	termocompromissoequipeexecutora.pdf	13/08/2016 10:38:20	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	13/08/2016 10:34:34	Adriana Cristina Omena dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLÂNDIA, 16 de Novembro de 2016

Assinado por:

Sandra Terezinha de Farias Furtado
(Coordenador)

Apêndice 4 – Resposta do SIC sobre a criação do Observatório do Programa Mulheres Mil

Dados do Pedido	
Protocolo:	23480003914201648
Solicitante:	roberta rodrigues ponciano
Data de abertura:	09/03/2016 15:02
Orgão Superior Destinatário:	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário:	IFGO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prazo de atendimento:	29/03/2016
Situação:	Respondido
Status da Situação:	Acesso Concedido (Informações enviadas por e-mail)
Forma de recebimento da resposta:	Pelo sistema (com avisos por e-mail)
Resumo:	Criação do observatorio do Mulheres Mil.
Detalhamento:	Gostaria de saber se foi criado o observatorio do Mulheres Mil, quando e onde esta funcionando. E qual o contato de tal órgão para saber maiores detalhes.

Dados da Resposta	
Data de resposta:	22/03/2016 12:08
Tipo de resposta:	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta:	Informações enviadas por e-mail
Resposta:	<p>Re: consulta e-SIC/ Protocolo nº 23480003914201648 Serviço de Informação ao Cidadão sico@ifg.edu.br ter 22/03/2016 12:04</p> <p>Sra, em atendimento à sua solicitação, através da Consulta no e-SIC, protocolada sob nº 23480003914201648, à Coordenação Geral da Bolsa Formação da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Goiás nos informou que no IFG não foi criado o Observatório Mulheres Mil. O Programa Mulheres Mil, atualmente, está sob responsabilidade da PROEX, uma vez que o mesmo faz parte do PRONATEC.</p> <p>Portanto, para obter informações acerca do Programa deve-se entrar em contato com a Coordenação Geral da Bolsa Formação, na PROEX, pelo telefone (62) 3240-7759.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Heloisa Helena Lopes dos Santos Calxeta</p>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
 Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:
 Av. Assis Chateaubriand nº 1.658 - Setor Oeste
 Telefone: (62) 3612-2222
 74.130-012 - Goiânia - GO
 Horário de Atendimento: das 07h00 às 13h00, nos dias úteis

Classificação do Pedido	
Categoria do pedido:	Educação
Subcategoria do pedido:	Educação profissional e tecnológica
Número de perguntas:	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
09/03/2016 15:02	Pedido Registrado para o Órgão IFGO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	SOLICITANTE
22/03/2016 12:08	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/IFGO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás